

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TANIA CORDOVA



**O NOVO COMPÕE COM O VELHO:
O LUGAR DO GRUPO ESCOLAR NO CENÁRIO DO ENSINO
PÚBLICO PRIMÁRIO NA CIDADE DE LAGES, NO ESTADO DE
SANTA CATARINA (1904-1928)**

CURITIBA

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

TANIA CORDOVA

**O NOVO COMPÕE COM O VELHO:
O LUGAR DO GRUPO ESCOLAR NO CENÁRIO DO ENSINO
PÚBLICO PRIMÁRIO NA CIDADE DE LAGES, NO ESTADO DE
SANTA CATARINA (1904-1928)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha: História e Historiografia da Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gizele de Souza

CURITIBA

2008

AGRADECIMENTOS

Este momento é onde se pode reconhecer o caráter do trabalho coletivo, escrito a muitas mãos. Se a síntese que se expressa neste trabalho foi realizada, no limite, individualmente, o mesmo não se pode dizer do processo de construção.

Independente de crenças inicio agradecendo a uma força maior, que se manifesta nas oportunidades que constituem nossa existência.

À minha família, presença constante. Meus pais, Manoel e Zeneide, que com generosidade, amor e vários incentivos garantiram minha chegada até aqui. A Júlia e ao Guilherme, pela compreensão nas ausências. E a todo o resto da família, sempre na torcida.

A minha orientadora professora Gizele de Souza, a sua postura de orientadora alimentou em mim um respeito gigantesco.

É necessário também agradecer aos professores com que pude dialogar neste processo: Carlos Eduardo Vieira, Liane Maria Bertucci Martins, Marcus Levy Albino Bencostta, Marcus Aurélio Taborda, Nádia Gaiofatto Gonçalves. Dessa dissertação participam reflexões construídas durante os encontros. Do mesmo modo, é necessário agradecer à banca de qualificação, momento muito importante na delimitação da pesquisa, na qual participaram a professora Rosa Fátima de Sousa e o professor Marcus Aurélio Taborda.

Aos colegas de caminhada, pela trajetória iniciada no curso de pós-graduação em 2006, pela incessante ajuda, pelas horas de debates, angústias, alegrias, que junto vivenciamos: Cristiane, Elisângela, Linete, Alicia, Suderli, Dêsire e Sidmar. Certamente estarão marcados sempre na minha vida. Uma alegria conhecê-los.

Ao professor Geovani Broering e Soraya Broering por terem permitido que parte deste processo acontecesse.

Ao Museu Histórico Thiago de Castro pela possibilidade de acesso ao acervo: em especial a Eveline, Ariane e Carla, as três mosqueteiras do acervo.

Aos outros seres imprescindíveis deste processo: OS AMIGOS.

Sônia, Janete, Joelma, Kátia, Fabi, Márcio, Dainana, Juliano, Jean Pierri, Bibiana, Ciro, Madalena, Luciana, Daniela, Graciela, Fabiani, Fernando Leão, Aujor, Jorge, Ana, Leandro, Sirlei, Cristiane Pessoa, Cristiane, Layon, Thaís,

Elaine, Alice, Viviane, Dona Edite, Fernando Schiniman, Fernanda Turina, Ricardinho, Seco, cada qual a sua forma, muito obrigada!

A três pessoas singulares que compõem também, este universo de amigos: Sérgio, Sara e Solange – os 3S – Obrigada!!!!

Agradeço em especial a professora Zuleide primeiro pela amizade, pelo companheirismo de trabalho e por ter revisado o texto.

OBRIGADA!!!

Tania

RESUMO

A presente pesquisa, de cunho historiográfico, buscou compreender o lugar ocupado pelo Grupo Escolar Vidal Ramos, no cenário do ensino primário em Lages, no estado de Santa Catarina. Este novo tipo de escola pública primária, o Grupo Escolar foi organizado no estado com a Reforma do Ensino Público em 1910. Neste trabalho, compreende-se junto com Michel de Certeau que lugar não se refere somente ao espaço físico que uma instituição escolar, tenha ocupado na história, mas a um lugar de produção, de sentidos e significados. A perspectiva de análise de lugar do grupo escolar não objetiva construir uma história institucional, mas percebê-lo na composição com as outras ações de escolarização presentes no ensino primário em Lages, identificando se a constituição do grupo escolar em Lages trouxe modificações para o ensino primário e, principalmente, verificar de que natureza tais mudanças ocorreram e se essas ocorreram. As iniciativas de ensino primário em Lages e seus modos de escolarização da infância, no início do século XX, vão sendo (re)organizadas concomitantemente, ou seja, o grupo escolar coexiste junto a outras iniciativas de ensino tais como: aulas de fazenda, aulas particulares laicas, aulas confessionais, mas, possivelmente apresenta-se com características particulares. Trabalha-se com a hipótese de que o grupo escolar tenha ocupado um determinado lugar social representativo na organização do ensino público primário de Lages, e que pelas características dessa “forma escolar” tenha produzido modos distintos de escolarização daqueles já presentes em outras estratégias de ensino primário na cidade. O período cronológico delimitado compreende os anos de 1904, momento em que é mencionada na legislação de ensino catarinense a possibilidade de organizar grupos escolares no estado, até 1928, quando o poder executivo estadual reorganizou alguns aspectos da instrução pública primária. Ao buscar pistas para proceder as análises do problema de pesquisa exposto foram consultadas fontes de natureza distinta: livros de matrículas das aulas públicas em Lages do final do século XIX e início do XX; livro de matrícula do Grupo Escolar em Lages do período de 1920 a 1926; fotografias de escolas, de professores, de turmas, de festejos e exposições escolares (convites, programas das festas e comemorações); legislação educacional catarinense referente ao período estudado. Os textos que compõem esse trabalho estão organizados em cinco momentos. O primeiro constitui-se na introdução na qual se apresenta os intentos da pesquisa. O segundo texto busca perceber o lugar que o grupo escolar ocupou no cenário da instrução primária em Lages junto às outras iniciativas de escolarização primária existentes. O terceiro volta-se para compreender as iniciativas de reorganização do ensino catarinense, bem como, identificar as apropriações das idéias e modelos em circulação no Brasil pelas prescrições legais e pelas posições de determinadas autoridades de ensino catarinense. No quarto, o olhar volta-se para funcionamento interno da escola. Com essa pesquisa foi possível identificar em Lages a presença inegável desta forma escolar no cenário do ensino público primário, bem como, compreender o lugar ocupado pelo mesmo entre as iniciativas de escolarização primária.

Palavras-Chave: Grupo Escolar. Ensino primário. Cultura Escolar, Santa Catarina – Lages. Escolarização.

ABSTRACT

This search, stamp historiográfico, sought to understand the place occupied by the Group Vidal Ramos School, in the scenario of primary education in Lages, in the state of Santa Catarina. This new type of public primary school, the School Group was organized in Santa Catarina state with the Reform of Public Education in 1910. In this work, understand with Michel de Certeau that is place not only refers to the physical space that a school, the school group here in Lages, has occupied in history, but a place of production, senses and meanings. The prospect of analysis place the group doesn't aim to build a school no institutional history, but perceiving it in composition with the other actions of these schooling in primary education in Lages, identifying whether the constitution of the school group in Lages brought changes to primary education and, above all, check that nature such changes occurred, and whether they occurred. The initiatives of primary education in Lages and its modes of schooling of children at the beginning of the twentieth century, are being (re) organized concurrently, or the school group coexists with other initiatives in education such as: lessons from ranch, classes private secular, religious classes, but possibly presents itself with particular characteristics. It works with the hypothesis that the school group has occupied a seat social representative organisation of public education in primary Lages, and that the characteristics of this "school form" has produced different modes of education of those already present in other strategies for primary education in the city. The limited time period includes the years from 1904 when it is mentioned in the legislation of education Catarina the possibility of organizing school groups in the state until 1928, when the executive reorganization state some aspects of public primary education. To seek clues to carry out analyses of the problem of search above have been consulted sources of a different nature: books of public school enrollment in Lages the end of the nineteenth century and early XX; book of registration of the School Group in Lages period of 1920 to 1925; photos of schools, teachers, classes, exhibitions and celebrations of school; (invitations, programs of festivals and celebrations); educational legislation Catarina for the period studied. The texts that make this work are organized into five times. The first is in the introduction which outlines the attempts of search. The second text search understand the place that the group held in the school context of primary education in Lages with the other existing initiatives of primary education. The third round to understand the initiatives to reorganise the education in Santa Catarina, and identify the appropriations of ideas and models in circulation in Brazil and the legal requirements for the positions of certain authorities of education is Santa Catarina. In the fourth round to look for the internal functioning of the school. This research was possible to identify the presence in Lages undeniable school in this way onto the stage of primary education, and understand the place occupied by the same between the initiatives of primary education.

Key words: School Group. Primary education. Culture School. Santa Catarina – Lages. Schooling.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1	- PERÍODO DE FORMAÇÃO DOS JORNAIS EM LAGES 1883 – 1929	22
FIGURA 1	- INÍCIO DAS OBRAS PARA A CONSTRUÇÃO DO GRUPO ESCOLAR EM LAGES, 03 DE SETEMBRO DE 1921.....	33
FIGURA 2	- CORPO DISCENTE DO COLÉGIO VIRGILO GODINHO EM 1904.....	38
FIGURA 3	- AULA PÚBLICA DO PROFESSOR JOSÉ BATISTA GÓSS 08 DE AGOSTO DE 1908.....	43
QUADRO 2	- ALUNAS MATRICULADAS NA AULA PÚBLICA EM LAGES NO ANO DE 1851.....	43
QUADRO 3	- ALUNOS MATRICULADOS NA AULA PÚBLICA DO PROFESSOR SIMPLICIO NO PERÍODO DE JANEIRO DE 1896 A DEZEMBRO DE 1901.....	44
QUADRO 4	- DADOS REFERENTES AO FINDER DO ANO LETIVO NA 1ª AULA PÚBLICA PARA O SEXO MASCULINO.....	45
QUADRO 5	- DADOS ENCONTRADOS NO LIVRO DE MATRÍCULAS DA AULA PÚBLICA DE DONA ANNA ANTONIA DE OLIVEIRA CARVALHO NO PERÍODO ENTRE 1886 A 1896.....	46
FIGURA 4	- GRUPO ESCOLAR VIDAL RAMOS, VISTA DO PARQUE JONAS RAMOS.....	52
FIGURA 5	- MOSTRA O GRUPO ESCOLAR EM FASE FINAL DE CONSTRUÇÃO.....	53
QUADRO 6	- GRUPOS ESCOLARES INAUGURADOS NAS REGIÕES CATARINENSES ENTRE 1911 E 1913.....	64
QUADRO 7	- MOVIMENTO ESTATÍSTICO DO GRUPO ESCOLAR VIDAL RAMOS (INAUGURADO EM 20-05-1913).....	79
QUADRO 8	- APRESENTA O NÚMERO DE ALUNOS DA SEÇÃO MASCULINA DO GRUPO ESCOLAR EM LAGES ENTRE OS ANOS DE 1920 – 1923.....	80
QUADRO 9	- ALUNOS MATRICULADOS NO GRUPO ESCOLAR VIDAL RAMOS PARA O 1º ANO EM 1920.....	81
FIGURA 5	- CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO DO GRUPO	

	ESCOLAR VIDAL RAMOS – 20 DE MAIO DE 1913.....	85
FIGURA 6 -	ALUNOS DO GRUPO ESCOLAR VIDAL RAMOS EM 20 DE MAIO DE 1913.....	92
QUADRO10 -	MOVIMENTO DO GRUPO ESCOLAR INCLUINDO AS PROMOÇÕES.....	98
FIGURA 7 -	DESFILE DOS ALUNOS DO GRUPO ESCOLAR EM LAGES SEM DATA.....	105
FIGURA 8 -	TRABALHOS EXPOSTOS NO GRUPO ESCOLAR, SEM DATA DE EXPOSIÇÃO.....	109
FIGURA 9 -	PRIMEIRA COMUNHÃO DOS ALUNOS DO GRUPO ESCOLAR VIDAL RAMOS, 1928.....	111
FIGURA 10 -	PRIMEIRA COMUNHÃO NO GRUPO ESCOLAR – 1928.....	112

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O GRUPO ESCOLAR COMPÕE O CENÁRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NA REGIÃO DA SERRA CATARINENSE.....	26
2.1 BREVES NOTAS SOBRE A CIDADE DE LAGES E A RELAÇÃO COM A INSTRUÇÃO PÚBLICA.....	26
2.2 A CONFIGURAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO EM LAGES: INICIATIVAS DE ESCOLARIZAÇÃO QUE ANTECEDERAM E COEXISTIRAM AO GRUPO ESCOLAR.....	34
2.1.1 As iniciativas de caráter particular (aulas particulares confessionais; aulas particulares laicas e as aulas nas fazendas....	34
2.1.2 As iniciativas de caráter público (as aulas públicas).....	42
2.3 A CRIAÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO PARA O ENSINO PRIMÁRIO: O GRUPO ESCOLAR.....	49
3 A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO ESCOLAR VIDAL RAMOS EM LAGES EM MEIO A REFORMA DO ENSINO PÚBLICO DE SANTA CATARINA.....	55
3.1 ESPAÇO, TEMPO E ATIVIDADES NA PROPOSTA DOS GRUPOS ESCOLARES EM SANTA CATARINA.....	67
4 A COMPOSIÇÃO DO GRUPO ESCOLAR VIDAL RAMOS: SUJEITOS, PRÁTICAS E RITOS.....	76
4.1 AS CRIANÇAS E OS PROFESSORES DO GRUPO ESCOLAR.....	76
4.2 COMEMORAÇÕES E FESTAS ESCOLARES: DIMENSÕES DE UMA CULTURA ESCOLAR NO GRUPO VIDAL RAMOS.....	86
4.2.1 Festejos, Comemorações, Exames e Exposições no Grupo Escolar Vidal Ramos.....	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
FONTES.....	120
REFERÊNCIAS.....	123

1 INTRODUÇÃO

A Reforma do Ensino Público catarinense, em 1910, determinava que o ensino público primário devia ser ministrado nos seguintes estabelecimentos: I – Escolas Ambulantes; II – Escolas Isoladas; III – **Grupos Escolares**.

A Legislação da Educação em Santa Catarina caracterizava o grupo escolar como estabelecimento onde o ensino primário era graduado, tendo por finalidade ministrar a educação, conforme o programa aprovado pelo governo. O curso primário no grupo escolar tinha duração de quatro anos. O prédio destinado ao funcionamento do grupo escolar devia estar organizado em espaços destinados a abrigar uma ala para a seção masculina e outra para seção feminina. Além das salas de aulas, o prédio devia possuir acomodações como: gabinete para o diretor; gabinete para o museu escolar, cômodo para a portaria; galpão de abrigo para cada seção onde deviam ser instaladas privadas, lavatórios e pátios para o recreio de cada seção.

O Poder Executivo Catarinense, em 1910, autorizava pela Lei n. 846 de 11 de outubro, a construção de edifícios para grupos escolares “de preferência nas sedes urbanas dos municípios que auxiliarem o governo doando: a) terreno apropriado a construção; b) prédio adaptado ou susceptível de adaptação ao funcionamento de tais estabelecimentos”. (Artigo 45). Começa a surgir no cenário do ensino público catarinense uma nova forma escolar, entendida neste trabalho a partir da perspectiva sugerida por Guy Vincent que apresenta a forma escolar como:

a emersão da escola como lugar específico e separado das outras práticas sociais, onde se constituíam saberes escritos formalizados, produziam-se efeitos duráveis de socialização sobre os estudantes, disseminava-se a aprendizagem das maneiras de exercício de poder e propagava-se o ensino da língua na construção de uma relação escritural com a linguagem e o mundo, que configurava a forma escolar (VINCENT, Apud: VIDAL, 2005, p. 37).

Entre 1911 e 1913, sete grupos escolares surgiram no cenário da instrução pública catarinense, desses grupos, apenas o de Joinville passou por adaptações na

estrutura física para adequar-se às exigências de Grupo Escolar, os outros seis foram construídos, isto é, os espaços físicos destinaram-se especificamente para abrigar esse tipo de escola.

Os Municípios que receberam esse tipo de escola foram: Joinville, Laguna, Blumenau, Itajaí, Lages e Florianópolis, sendo que na capital do estado foram construídos dois grupos: o Grupo Escolar Lauro Muller e o Grupo Escolar Silveira de Souza.

A organização escolar introduzida por esse tipo de escola pública primária em Santa Catarina apresentava-se sob algumas prescrições como por exemplo: a organização do espaço escolar (uma nova estrutura arquitetônica) e dispositivos disciplinares como a ordenação do tempo escolar. Ao referir-se sobre o emprego do tempo escolar nos grupos escolares paulistas Souza analisa que:

O emprego do tempo tornou-se um aspecto extremamente relevante para a racionalização das atividades pedagógicas. Tratava-se de fixar a jornada escolar – início e término das aulas – estabelecer cadências, ritmos, intervalos, descansos. Implicava os períodos de ocupação e descanso de professores e alunos nos diversos momentos da aula e a fragmentação do saber em matérias, unidades, lições e exercícios, reforçando mais os aspectos que distinguiam uma matéria da outra do que daqueles que as aproximavam. Procedia-se, ainda, à hierarquia de cada matéria, de acordo com o espaço de tempo que lhe teria sido destinado. (SOUZA, 1998a, p.36).

Os grupos escolares em Santa Catarina instituíram um tempo escolar próprio.

Nos grupos catarinenses procurava-se implementar o tempo fabril, cronometrado pelo relógio mecânico. As aulas realizavam-se de segunda-feira a sábado, no turno matutino, e deveriam oscilar entre 15 e 40 minutos e serem quebradas pelo “recreio geral” de meia hora. (...) O tempo de recreio (...) e o tempo das aulas eram bem marcados pelas “formaturas”. O Regimento Interno dos Grupos Escolares prescrevia o “toque de silêncio”, seguido do “toque de formar”, quando cada professor deveria “formar a sua classe”. O artigo 166 dizia claramente: Os diretores e os professores se esforçarão a fim de conseguirem formaturas rápidas, perfeitas, homogêneas, considerando que a criança deve se habituar à ordem e à disciplina nas menores cousas. (DALLABRIDA, 2003, p.295).

O mobiliário prescrito nesses estabelecimentos apresentava-se distinto daquele utilizado pela escola até então, a exemplo da substituição dos bancos sem encostos por carteiras individuais ou bancos com encosto para duas pessoas.

Outro fator que denotava alteração e que procurara contrastar com as outras iniciativas de ensino existentes na cidade de Lages, ao menos no âmbito do ensino público, foi a prescrição de adoção do método de ensino intuitivo ou lições de coisas. A proposição de adoção desse método de ensino provocava na legislação catarinense a organização de novos materiais didáticos como: caderno para anotações e exercícios, livros de leitura, mapas, globos, entre outros. O Regimento Interno dos Grupos Escolares, de 1914, prescrevia que:

cada aluno deveria ter um livro de leitura; um lápis de pedra; um lápis de pau; um caderno de caligrafia; um caderno de desenho; um caderno de linguagem; um caderno para as contas (3^{os} e 4^{os} anos); um caderno para cartografia (3^{os} e 4^{os} anos); uma lousa; uma caneta e penas; materiais para trabalhos manuais e folhas avulsas de papel, quando fosse o caso. (SILVA, In: VIDAL, 2006, p. 360).

Em 6 de janeiro de 1911, a Lei Municipal n. 267 autorizou a cessão do terreno para a **construção do grupo escolar na cidade de Lages**. Esse grupo, **inaugurado em 1913**, se constituiu na primeira escola pública da região, mantendo-se por um período, como o único estabelecimento de ensino público primário. As primeiras iniciativas públicas de ensino da região da serra catarinense¹ datam da década de 30 do século XIX². Junto às iniciativas públicas, no espaço urbano, existiam iniciativas particulares de caráter religioso, que aconteciam em espaços definidos pela Igreja Católica. A frequência a esse tipo de ensino, geralmente estava restrito a crianças provenientes de famílias mais favorecidas economicamente da região.

Ainda no espaço urbano, encontravam-se iniciativas particulares de ensino de caráter laico, que semelhante às de orientação religiosa, também dispunham de espaço definido pelo proprietário da escola. A clientela desse tipo de ensino, partindo da perspectiva de que as aulas eram pagas, ficavam também, restritas às crianças mais favorecidas economicamente, ou como nomeia a imprensa serrana “crianças mais abastadas”.

¹ A cidade de Lages compõe com mais dezoito municípios a região serrana de Santa Catarina (Região da Serra Catarinense). Estes municípios são: São José do Cerrito; Celso Ramos; Anita Garibaldi; Cerro Negro; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Painel; São Joaquim; Urupema; Bom Jardim; Ponte Alta; Palmeira; Otacílio Costa; Correia Pinto; Bocaina do sul; Bom Retiro; Urubici; Rio Rufino.

² A primeira aula pública no município de Lages foi autorizada quando o decreto em 1830 aprovou o funcionamento de uma aula para meninos no espaço urbano. As aulas públicas aconteciam sob a responsabilidade de um único professor nomeado pelos órgãos responsáveis pela instrução.

No entanto, vale destacar que as Leis Municipais destinavam subvenções a essas iniciativas particulares de ensino. Essas subvenções mensais estavam associadas à disponibilidade de vagas nessas escolas, que deveriam ser destinadas, a princípio, para as crianças com menos condições financeiras favorecidas.

Nas localidades da serra catarinense, isto é, nas regiões distantes do espaço urbano, o ensino se dava por meio das escolas rurais mantidas pelas subvenções municipais³ e pelas aulas que aconteciam nos espaços das fazendas, onde se contratava um professor para lecionar, geralmente aos filhos dos fazendeiros. Esse tipo de ensino caracterizava-se pela iniciativa particular.

Junto a essas iniciativas, também visualiza-se no espaço urbano em Lages, a presença do grupo escolar, a partir de 1913. É possível indicar que o grupo escolar coexistiu junto a outras iniciativas de escolarização. Neste estudo, compreende-se escolarização na perspectiva assumida por Faria Filho, que afirma que o termo está associado a um duplo sentido,

Num primeiro, escolarização pretende designar o estabelecimento de processos e políticas concernentes à "organização" de uma rede, ou redes, de instituições, mais ou menos formais, responsáveis seja pelo ensino elementar da leitura, da escrita, do cálculo (...). Em outra acepção, estamos entendendo por escolarização o processo e a paulatina produção de referências sociais, tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados."(FARIA FILHO, 2003, p.78).

Esta pesquisa, de cunho historiográfico, tem como **problema perceber o lugar que o grupo escolar ocupou na configuração da instrução primária na cidade de Lages, no estado de Santa Catarina**. Compreende-se junto com Certeau (2000), que *lugar* não refere-se somente ao espaço físico que uma instituição escolar, aqui o grupo escolar em Lages, tenha ocupado na história, mas a um lugar de produção, de sentidos e significados. A perspectiva de análise de lugar

³ Estas escolas, assim como as aulas públicas, eram multisseriadas, isto é, um único professor era responsável por alunos em diferentes níveis de escolarização. Estavam situadas nas localidades da serra catarinense como: São José do Cerrito, Painei, Campo Belo do Sul, estas distantes do centro urbano, se considerar a organização geográfica da região serrana. "A área territorial da Região Serrana é de 16.271, 90 Km² o que representa 17,04% da área territorial do estado de Santa Catarina". (AMURES, 1997). Até 1908, o município mantinha na zona rural, as seguintes escolas: Painei, 30 alunos; Capão Alto, 36 alunos; Canos, 20 alunos; São José do Cerrito, 48 alunos; Índios, 27 alunos; Quarteirão do Chapéu, 35 alunos; Campo Belo, 29 alunos; Mato do Cerrito, 42 alunos; Lageado Grande, 19 alunos e Arraial de São Francisco, 32 alunos. (*Região Serrana*, 30 de novembro de 1908).

do grupo escolar não objetiva construir uma história institucional, mas percebê-lo na composição com as outras ações de escolarização presentes no ensino primário em Lages, identificando se a constituição do grupo escolar em Lages trouxe modificações para o ensino primário e, principalmente, verificar de que natureza tais mudanças ocorreram, e se ocorreram.

Interessa-se por verificar se o Grupo Escolar de Lages, no plano da proposição, apresentou características educativas específicas representativas de uma cultura escolar na perspectiva aqui compreendida por Viñao Frago, para quem o termo cultura escolar é melhor expressado se utilizado no plural, pois considera que não há uma única cultura da escola mas, múltiplas culturas escolares. Viñao Frago amplia a compreensão de cultura escolar, à medida que a compreende como dimensão daquilo que acontece no interior da escola.

Alguien dirá: todo. Y si, es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objectos e conductas, modos de pensar, decir y hacer. Lo que sucede es que en conjunto hay algunos aspectos que son más relevantes que otros, en el sentido que son elementos organizadores que la conforman e definen. Dentre ellos elijo dos a lo quehe dedicado alguna atención en los últimos años: el espacio y el tiempo escolares. Otros no menos importantes, como las prácticas discursivas y lingüísticas o las tecnologías y modos de comunicación empleados, son ahora dejados a un lado. (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 69).

As iniciativas de ensino primário em Lages e seus modos de escolarização da infância, no início do século XX, vão sendo (re)organizadas concomitantemente, ou seja, o grupo escolar coexiste junto a outras iniciativas de ensino tais como: aulas de fazenda, aulas particulares laicas, aulas confessionais, mas, possivelmente apresenta-se com características particulares. Trabalha-se com a hipótese que o grupo escolar tenha ocupado um determinado lugar social representativo na organização do ensino público primário de Lages, e que pelas características dessa “forma escolar” tenha produzido modos distintos de escolarização daqueles já presentes em outras estratégias de ensino primário na cidade.

Segundo Peixer (2002), o Grupo Escolar em Lages se constituiu em um dos três elementos significativos na configuração do espaço urbano nas primeiras

décadas do século XX⁴. A documentação examinada apontava para a descrição de que o prédio construído para abrigar essa instituição estava localizado no centro da cidade e constituía-se numa construção ampla, simétrica, com pátio interno que separava as alas masculina e feminina. As salas eram amplas e bem arejadas. Existiam ainda outros espaços, reservados ao corpo administrativo e para o armazenamento de materiais necessários ao funcionamento da instituição.

O período cronológico delimitado por esse trabalho compreende os anos de **1904 a 1928**. A justificativa para tal recorte está associada ao momento em que o governo catarinense já demonstrava o interesse em implantar grupos escolares no estado. Em 1904, a Lei n. 636, de 12 de setembro, autorizava a contratação de professores para a direção de grupos escolares nos municípios, em que esse tipo de escola já estivesse instalado⁵.

Em 1928, o poder executivo estadual autorizou a reorganização do ensino público primário em Santa Catarina, Lei n. 1619 de 1º de outubro de 1928. Segundo Fiori (1991), um dos aspectos que tenham contribuído para a reorganização do ensino público primário no estado catarinense foram os resultados apresentados na 1ª Conferência Estadual de Ensino Primário ocorrida em Florianópolis em 1927⁶. As medidas sugeridas produziram a modificação na revisão dos programas escolares e

⁴ Cf. Peixer (2002), com o advento da República novas formas de regular o crescimento urbano foram delineadas. Em Lages “este é um dos momentos de constituição de discursos e projetos de modernidade, formando e forjando rupturas com as tradições e com as práticas populares no espaço vivenciado. (...) Vive-se, (...), o período de redefinição do papel da cidade e de sua proeminência na região, de constituição da cidade como locus de poder político (...). Assim, as ações na cidade perpassam a criação de novos espaços de sociabilidade para a elite, ações no espaço intermediário, de controle dos grupos populares, de modificação dos padrões de comportamento, de criação de signos e símbolos que representaram este novo tempo” (p.55-56). Nesse sentido, são criados três marcos que representaram esta mudança na configuração da cidade: a construção do Palácio Municipal em 1901, símbolo do poder público local e sua influência; o Grupo Escolar Vidal Ramos em 1913, colégio público e laico que representava as preocupações com o acesso a educação do povo lageano e a construção da Catedral Diocesana em 1922, marco importante da atuação e presença religiosa. Estes três elementos apontados por Peixer, constituíram-se em espaços de referência no cenário urbano modificando e criando novos padrões de comportamentos sociais.

⁵ Lei n. 636, de 12 de setembro de 1904, item XXIX “para a direção do primeiro grupo escolar fundado no estado é facultado ao Governo contratar temporariamente os serviços de um diretor de estabelecimento idêntico da Capital Federal ou de São Paulo, mediante aquiescência e indicação do governo da circunscrição preferida”.

⁶ Realizada de 31 de julho a 10 de agosto de 1927, em Florianópolis a 1ª Conferência Estadual do Ensino Primário, reuniu autoridades, diretores, chefes escolares, professores e outras “pessoas de reputado saber pedagógico” na qual procuraram “ventilar os mais salubres e precípuos problemas de pedagogia”, no intento de “minorar e solver o analfabetismo” que deixava “enferma a nossa nacionalidade”. Os trabalhos apresentados nessa conferência trataram das mais diversas questões pedagógicas. No entanto, os aspectos higienistas destacaram-se nas preocupações apresentadas nesse evento.

a redução de seus conteúdos; a oficialização do método analítico para o ensino da leitura nos Grupos Escolares (Ibidem). Desse modo, considera-se, então, como marco da pesquisa os anos de 1904, por ser o momento em que essa nova forma escolar surge na legislação do ensino público em Santa Catarina até o momento em que se apresenta a primeira alteração na estrutura desse tipo de escola. Vale ressaltar, que os grupos escolares no estado catarinense somente serão implantados em 1910, com a Reforma autorizada por Vidal José de Oliveira Ramos⁷ e conduzida pelo professor, contratado de São Paulo, Orestes Guimarães⁸.

O interesse pela história dos grupos escolares, segundo Souza e Faria Filho (2006), se intensifica a partir dos anos 90, como resultado da renovação experimentada pela historiografia da educação brasileira. Esta renovação vem permitindo não só a incorporação de novos objetos, de novas temáticas ao campo de investigação histórica, mas também a possibilidade de velhos objetos sofrerem novas releituras, “Esses (...) tornam-se agora “novos”, porque são apanhados numa perspectiva que realça sua materialidade de dispositivos, através dos quais bens culturais são produzidos, postos a circular e apropriados” (NUNES, 1992).

Dentro dessa perspectiva, a História da Educação vem ampliado seu campo de investigação a partir da inserção de novas temáticas e novas fontes. O universo

⁷ Filho de Vidal José de Oliveira Ramos e Julia Batista de Souza, Vidal José de Oliveira Ramos Júnior nasceu em 24 de outubro de 1866 na cidade de Lages – cidade do Planalto catarinense. Nesta cidade ocupou os cargos públicos de vereador e prefeito. Foi Deputado Provincial, Estadual, Federal e Senador. Eleito em 1910, como Governador do Estado de Santa Catarina, em sucessão a Gustavo Richard, representante das oligarquias joinvilense. A inserção de Vidal Ramos, como governador do estado possibilitou a projeção da serra catarinense no cenário político estadual. No mesmo ano em que foi eleito, Vidal Ramos sancionará a primeira grande reforma da instrução pública catarinense. Casado com Tereza Fiúza de Carvalho Ramos, com quem teve onze filhos, sendo dois deles Governadores do Estado de Santa Catarina: Nereu de Oliveira Ramos e Celso de Oliveira Ramos. In. CORRÊA, C. H. Os governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982: notas biográficas. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983. Vidal José de Oliveira Ramos Júnior, é reconhecido popularmente apenas como Vidal Ramos. É dessa forma – Vidal Ramos – que se fará referência a ele, neste texto.

⁸ Orestes de Oliveira Guimarães nasceu na cidade de Taubaté em 27 de fevereiro de 1871, formado professor pela Escola Normal da Praça da República. Tornou-se diretor do Grupo Escolar “Dr. Lopes Chaves”, e posteriormente diretor de outros Grupos Escolares em São Paulo. De acordo com TEIVE, G. M. G. (2003), além de sua experiência como diretor de grupos escolares, a sua circulação entre personagens que comandaram a reforma paulista, corroborou para a indicação de seu nome para a direção do Colégio em Joinville, e posteriormente esta sua condição, associada ao trabalho que desenvolveu em Joinville, seduzirá as autoridades catarinenses que o contratarão para comandar a reforma no Estado.

“ havia sido aluno de Caetano Campos- o reformador, foi colega de Oscar Thompson, José Feliciano de Oliveira, João Lourenço Rodrigues, Ramón Rocca Dordal, Romão Puigari e Arthur Breves, os quais galgaram os mais altos postos na instrução pública paulista”(ibidem p.223).

“Orestes representava o novo, o moderno, na época representado pelos ideais de progresso e de civilização”(idem. Ibidem p.223).

escolar vem sendo delineado por pesquisadores que buscam compreender a escola como produtora de uma cultura própria⁹, na qual os sujeitos se apropriaram deste ambiente cultural e o reelaboram no seu cotidiano, produzindo práticas sociais e escolares.

Na perspectiva apontada por Certeau (1994)¹⁰, se trata de inventariar o cotidiano da escola – a formação e as práticas ou modos de pensar e agir de professores e alunos, as relações de poder, as formas de compreender e organizar os espaços, os tempos de aprendizagem, as ações de seus sujeitos. Nesse sentido, as possibilidades de reconstrução histórica acerca de táticas, estratégias e formas de apropriação produzidas pelos sujeitos escolares no cotidiano foram sinalizações para o entendimento da cultura escolar.

De acordo com Faria Filho (et al., 2004), os estudos desenvolvidos por pesquisadores da cultura escolar no Brasil,

têm significado, reconhecidamente, uma renovação dos estudos em história da educação brasileira. Tais estudos, no entanto, não significam apenas uma “ampliação” *ad limina* das teorias ou definições produzidas por pesquisadores estrangeiros. Longe disso, o que se observa (...) é uma grande riqueza de elaboração e uma criatividade acentuada nos processos de apropriação, havendo, inclusive tentativas de se propor definições (Idem. p. 151).

Ainda, segundo o mesmo autor, os pesquisadores da História da Educação no Brasil vêm debruçando-se cada vez mais sobre as práticas escolares, sobre a materialidade e formalidade da cultura escolar.

De uma forma geral, os estudos que se concentram nesta vertente, em íntimo diálogo com outros desenvolvidos na área, têm afirmado o quanto os praticantes da cultura escolar desenvolvem suas práticas a partir de seus lugares, de suas posições no interior de um sistema de forças assimétricas. Tais práticas, no entanto, não visam apenas à operacionalização destas ou daquelas prescrições, mas objetivam produzir lugares de poder/saber, inteligibilidades e sentidos para a ação pedagógica escolar junto às novas gerações. Tais práticas são entendidas, nesses estudos, como produtores de sujeitos e de seus respectivos lugares no interior do campo pedagógico (...) tais práticas

⁹ VIDAL, D. G.; SOUZA, R. F.; FARIA FILHO, L.M.; SOUZA, G.; BARRA, V. M. da.; ABREU, G. S. A. de.

¹⁰ Cf. CERTEAU, (1994, p.97) “Estratégias e táticas (...) Elas circulam, vão e vem, saem da linha e derivam num relevo imposto, ondulações espumantes de um mar que se insinua entre os rochedos e os dédalos de uma ordem estabelecida.

produzidas pelos sujeitos no seu dia-a-dia escolar, também os produzem (Idem, *Ibidem*. p.151).

No intuito de inserção nessa perspectiva historiográfica educacional busca-se, neste estudo, compreender a composição do ensino primário em Lages tendo o Grupo Escolar Vidal Ramos como *forma escolar* particular que comungou e distinguiu-se de práticas educativas presentes no contexto da instrução primária local.

Ao buscar pistas para proceder às análises do problema de pesquisa anteriormente exposto foram consultadas **fontes** de natureza distinta: livros de matrículas das aulas públicas em Lages do final do século XIX e início do XX; livro de matrícula do Grupo Escolar em Lages do período de 1920 a 1925; fotografias de escolas de professores de turmas, de festejos e exposições escolares; (convites, programas das festas e comemorações); legislação educacional catarinense referente ao período estudado. A consulta a essas fontes oportunizou a possibilidade de produzir um mapeamento das escolas e modos de escolarização presentes em Lages inventariando determinadas práticas escolares e dando visibilidades a sujeitos partícipes desse processo educativo: as crianças e os professores.

Vale explicitar que, para dar conta da demarcação temporal definida para a pesquisa (1904-1928), optou-se por utilizar fontes sobre o ensino primário (público e particular) em Lages desde os fins do século XIX a fim de apenas localizar as ações de ensino presentes nesta localidade e, principalmente, para fornecer dados da situação da instrução primária lageana existente e servir de parâmetro para o estudo sobre o Grupo Escolar Vidal Ramos. Tal estratégia se faz presente no capítulo dois.

O corpus documental neste trabalho, a utilização das fontes já mencionadas, não podem contar com um número considerável de documentos, pois, fontes primárias como por exemplo: livros de matrículas de aulas públicas, bem como de grupos escolares, são escassas nos espaços institucionais destinados à guarda e à preservação de documento. Esse conjunto de documento: fotografias, livros de matrícula, etc., foi localizado no Museu Histórico Thiago de Castro¹¹, localizado na

¹¹ O Museu Histórico Thiago de Castro é resultado de um sonho que se estruturou como objetivo de vida de seu idealizador, Danilo Thiago de Castro. Essa trajetória teve início em 1937, quando Danilo ainda era bastante jovem, mas já entusiasmado com a possibilidade de “guardar a memória” da cidade de Lages. Procurava, adquiria e guardava tudo aquilo que, para seu entendimento era

cidade de Lages. Vale destacar, que as fontes transcritas neste trabalho apresentam-se com a grafia atualizada.

Nesse sentido, cabe lembrar a advertência de Julia com relação às fontes:

Convém (...) recontextualizar as fontes das quais podemos dispor, estar conscientes de que a grande inércia que percebemos em um nível global pode estar acompanhada de mudanças muito pequenas que insensivelmente transformam o interior do sistema; convém ainda não nos deixarmos enganar inteiramente pelas fontes, mais freqüentemente normativas que lemos. (JULIA, 2001, p. 15).

Porém, mesmo que as fontes sobre as práticas de escolarização primária em Lages não sejam abundantes, e que no caso desta pesquisa se constituiu em

representação de um modo de ser do passado, e que poderia servir para as futuras gerações como referência do cotidiano de outrora. Com o tempo, o interesse pelas coleções foi refinando ainda mais seus anseios e preocupações quanto ao ato de “guardar”, e dessa forma o Sr. Danilo saía à procura de objetos, peças, documentos e fotografias para formar a sua coleção. Nessa trajetória, em 1943, funda num quarto de sua residência particular o “Museu Histórico Thiago de Castro”. Ainda que de maneira modesta, o “quarto-museu” já apresentava uma coleção considerável de caráter histórico. Onde, entre fotografias, objetos e documentos começava a esboçar a exposição de um dos maiores acervos históricos particular de Santa Catarina. No ano de 1948 uma comissão da Câmara de Lages prestigia a coleção do Sr. Danilo em visita ao “quarto-museu”, e através dos vereadores registra-se algumas impressões sobre o acervo demonstrando sua relevância para a cidade de Lages. Anos depois da visita dessa comitiva, o Museu é oficialmente criado através da Lei 281 de 9 de Junho de 1960, decretada pela Câmara do Município de Lages e sancionada pelo prefeito da legislatura vigente. Através da dedicação de seu trabalho frente às atuações culturais de preservação dos registros históricos, Sr. Danilo, constituiu um acervo documental bastante vasto incluindo coleções de jornais, documentos de diversificada titulação, uma biblioteca, coleção de revistas, mapoteca e um acervo de numismática. O acervo do Museu Histórico Thiago de Castro é eclético, sendo caracterizado enquanto histórico, pela relevância de seus documentos que datam de variados períodos dos séculos XVIII, XIX e XX. O acervo documental do Museu Thiago de Castro é de considerável amplitude, possui aproximadamente 8 mil documentos que abrange os séculos XVIII ao XX. Os documentos são de várias tipologias, como por exemplo: escrituras de propriedades da região (fazendas) (século XVIII e XIX), documentos de venda e compra de propriedades (fazendas), ofícios, correspondências e documentos burocráticos da administração estadual e municipal (século XIX e XX), livros de movimentação do comércio em Lages (século XIX e XX), sisas de bens de raiz, documentos referente à cobrança de impostos, documentos referentes aos tropeiros (século XIX). Documentação de caráter cultural referente às sociedades recreativas e aos grupos dramáticos (teatro) em Lages, também encontramos variados documentos sobre música, cartas, certidões, e convites de ordem pessoal, pertencente a várias famílias tradicionais de Lages. Mapas demográficos que demonstram a movimentação da população de Lages (século XIX), documentos referentes à medicina, médicos de Lages e região (século XIX e XX), documentos da justiça eleitoral que contém o local de votação e o nome do eleitor, de Lages e região (século XIX). Documentos, referentes à escravatura em Lages e região, bem como documentos referentes à religião.

Este acervo encontra-se em sua grande maioria em boas condições, sendo que uma pequena parte, cerca de 2.800 documentos, já estão ordenados em pastas adequadas e devidamente catalogados. Os demais documentos estão separados por categorias (administração estadual, administração municipal, justiça, escravatura, religião, etc.). Durante o ano de 2005 foi realizado um índice provisório dos documentos do arquivo, facilitando assim a disposição dos acervos à pesquisa. A relevância destes documentos é bastante pertinente para o desenvolvimento de pesquisas em diversas áreas, principalmente as de caráter historiográfico, são em sua grande maioria exemplares únicos que trazem informações sobre uma Lages e região de outrora.

esparços fragmentos, é possível encontrá-las se houver a tenacidade e a sensibilidade para interpretar seus indícios, suas recorrências.

No *corpus* documental, a fonte priorizada por esta pesquisa, constituiu-se dos excertos extraídos da imprensa local. Entendendo o jornal, enquanto veículo de divulgação e, por excelência, propiciador de circulação de idéias, cujos agentes buscavam influenciar o público leitor. Os jornais consultados foram importantes para compreender o lugar ocupado pelo grupo escolar no cenário da instrução primária em Lages¹².

A criação da imprensa escrita em Lages data das últimas décadas do século XIX¹³. A partir dos excertos encontrados, é possível perceber a tentativa desta mesma imprensa de se auto-representar¹⁴ e de se constituir em veículo capaz de difundir as “luzes” e aproximar a sociedade lageana da tão aspirada modernidade. Vieira ao analisar a atuação da imprensa como agente que difundia as idéias de modernidade, afirma que:

A imprensa constitui-se como um dos ícones da modernidade, de um lado pela tecnologia que incorporava ao processo de produção e de circulação da notícia, de outro pela possibilidade que revelava de afirmação de uma esfera pública de discussão capaz de abranger o local, o regional, o nacional e o internacional. O cosmopolitismo da modernidade entendeu a imprensa como uma ferramenta decisiva para romper com o provincianismo e instalar o debate público em dimensões inéditas. A modernidade foi concebida pelos seus

¹² A respeito da intervenção dos jornais nos espaços públicos e as modificações que se introduzem após a profissionalização dos periódicos ver HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

¹³ Em 14 de abril de 1883, começa a circular na região serrana a primeira edição do jornal *O Lageano*. A circulação deste semanário constitui-se em 2 fases. A primeira vai de 1883 até 1889. Com a proclamação da República, o semanário é extinto, voltando a circular em 04 de janeiro de 1891 sob a direção de ilustres representantes da política local como João Costa, Belisário Ramos, Vidal Ramos Júnior, Caetano da Costa. Conforme Peixer (1996), uma das características da imprensa lageana era a defesa incondicional da política, do partido que representavam. Nesse sentido, os jornais se configuraram em locais de debates e divulgação da idéias defendidas, propostas pela elite lageana. Na falta de um jornal de feições populares ou operárias, com a qual se pudesse contrapor ou que pudesse proporcionar um processo diferenciado de interpretação do discurso dessa elite os jornais em Lages se tornaram agentes que buscavam influenciar o público leitor. No entanto, a mesma autora, chama a atenção de que o alcance dos jornais era restrito a alguns grupos locais, sendo importante observar que a maioria dos grupos populares não tinham acesso aos mesmos, ou se o tinham, ocorria de forma esporádica, sendo que a aquisição do conteúdo divulgado nestes jornais se fazia, principalmente, pela divulgação oral.

¹⁴ Cf. Chartier (1990), o conceito de representação remete as formas de compreender à realidade, de construí-la ou modificá-la. Segundo o autor, as representações não são discursos neutros, pelo contrário, produzem estratégias e práticas que tendem a impor uma autoridade à custa de outras, a legitimar projetos reformadores ou a justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas. (p.17)

principais arautos como a ação edificante da razão que – por meio da ciência, da tecnologia, da instrução e das políticas sociais – universalizaria um novo modo de pensar e de agir. Não obstante isso, a universalização do *ethos* moderno não se realizaria, segundo aqueles que assumiram a sua difusão como missão, sem instrumentos pedagógicos eficientes. Nesse quadro, os impressos de forma geral e os jornais de maneira particular representaram meios privilegiados para a ação do sacerdócio modernizador. (VIEIRA, 2007, p 19).

As fontes jornalísticas apresentam, para além desta intenção discursiva, a intencionalidade de projetar o município de Lages no cenário catarinense e de criar a representação de uma sociedade culta, composta de homens distintos.

A criação de um jornal na bela cidade de Lages, bem demonstra o grau de ilustração a quem tem atingido seus generosos habitantes e constitui uma prova robusta para desfazer a errônea opinião daqueles que, não conhecendo esse abençoado torrão o julgam um antro de famigerados indígenas. **Convencer-se-ão agora de que há ali uma sociedade culta, composta de homens distintos**, de nobres aspirações e animados de bastante patriotismo para promoverem o engrandecimento de seu rico município (Carta enviada por Pereira Oliveira, em 14 de julho de 1883 e publicada no jornal *O Lageano*, 28 de julho de 1883. Grifo meu).

Distante deste querido torrão onde nasci, meu coração pulsa de alegria e minha alma expande quando uma boa nova dele me chega. Nestes últimos tempos uma sobre todas, produziu em mim inexcedível júbilo – a do estabelecimento de uma imprensa, e da criação de um jornal...
Lages não permanecerá mais nas trevas. A imprensa que é a alavanca para a difusão da luzes e de todo o progresso, vai abrir [para] Lages o caminho para o provir de glórias(*O Lageano*, 28 de maio de 1883).

A imprensa em Lages, no final do século XIX e início do XX buscava ser portadora das novas idéias¹⁵, porta-voz das aspirações em constituir uma sociedade moderna, civilizada conforme os padrões culturais que circulavam em centros como Florianópolis, São Paulo, Rio Grande do Sul e, que chegavam a Lages por meio dos contatos estabelecidos com estes centros (viagens, estudos, negócios, comércio). A nota divulgada pelo jornal *O Clarim*, apresenta o esforço em mostrar uma Lages que já se encaminhava para esse intento de se configurar enquanto moderna e civilizada. “Indubitavelmente Lages vai, em seu vertiginoso evoluir de progresso,

¹⁵ Ver por exemplo, ROMERO, S. In: BARROS, R. S. M. referindo-se as correntes de pensamento, as novas idéias que circulavam no Brasil do século XIX vindas da Europa.

galgando uma posição elevada que a porá em breve em digna de rivalizar com as mais adiantadas do estado (*O Clarim*, 14 de setembro de 1988).

Nesse sentido, a imprensa em Lages contribuiu para reforçar o quanto as idéias de progresso e civilização eram sonhadas nas pacatas ruas da cidade. Ou ainda, a partir das crônicas se percebe o empenho em destacar a importância de aspectos que levaram a cidade a conformar-se enquanto “cidade civilizada”. Frentes, como a instrução pública, a melhoria das condições das estradas, a reorganização do espaço urbano e a criação de espaços de sociabilidades eram constantemente divulgadas nesses veículos da imprensa. No entanto, não se pode esquecer que a divulgação dessas frentes, no contexto lageano em questão, giravam em torno das idéias e percepções de um determinado grupo representado por esta imprensa, no qual nem sempre apareciam reivindicações dos grupos populares.

De acordo com Vieira (2007), o uso da imprensa, em geral, e do jornal, em particular, como fonte para a História da Educação, vinha permitindo aos pesquisadores compreender a “presença, a regularidade e a intensidade que as questões educacionais assumem em contextos determinados, propiciando, como poucas fontes, estabelecer os vínculos que unem educação e sociedade” (Idem, p.37). Todavia, ao recorrer aos excertos jornalísticos, deve-se estar atento ao fato de que se corre o risco de ir buscar num periódico precisamente aquilo que se quer confirmar, o que em geral acontece quando se desvincula uma palavra, uma linha ou um texto inteiro de um contexto¹⁶.

Entre o final do século XIX e início do XX, no cenário lageano circularam diversos jornais. O quadro a seguir apresenta o período de formação desses jornais, bem como informações que esclarecem, que a criação dos mesmos esteve vinculada à orientação de ordem política ou religiosa.

¹⁶ O historiador José Honório Rodrigues (1968), tomando o jornal como uma das “principais fontes de informação histórica” ponderava que “nem sempre a independência e a exatidão dominavam o conteúdo editorial”, caracterizado por uma “mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso”(p.198).

JORNAL	PERÍODO	INFORMAÇÕES
O Lageano (1ª fase)	14/04/1883-1889	Sem informações
O Serrano / O Echo da Serra	01/1885	Conservadores
O Escudo	26/01/1886 - 1893	Liberais
O Lageano (2ª fase)	4/01/1891	Neste período, esta ligado a representantes da política local.
Gazeta de Lages	21/04/1892	Republicano
Rebate	1893	Partido Republicano Federalista
O Município	1896	Sem informações
Região Serrana 1	1897 – 1914	Sem informações
O Imparcial	23/06/1901 - 1907	De orientação maçônica, ligado a família Ramos
O Cruzeiro do Sul	13/05/1902 - 1915	Católica / Franciscana
A Aurora	7/09/1906	Sem informações
O Clarim	1907	Sem informações
A Evolução		Sem informações
A Notícia	01/01/1912	Sem informações
O Planalto	Junho de 1917	Sem informações
Correio Lageano 1	1924	Partido Republicano Catarinense
A Época	1924	Aristiliano Ramos (oposição)
O Conciliador	1/03/1929	Sem informações

QUADRO 1 – PERÍODO DE FORMAÇÃO DOS JORNAIS EM LAGES – 1883 – 1929

FONTE: PEIXER, Z. I. 2002, P.88

Para este estudo, dos jornais listados acima, trabalhou-se com as matérias divulgadas nos seguintes jornais:

- O Lageano;
- Gazeta de Lages;
- Região Serrana;
- O Imparcial;
- O Clarim;
- O Planalto.

Dentre os periódicos consultados, dois títulos aparecem com maior frequência ao longo da pesquisa, *O Lageano* e *O Imparcial*. As notas divulgadas por estes dois jornais, apresentavam Lages em sintonia com as idéias que circulavam em outros centros, principalmente o Rio Grande do Sul e São Paulo. Estes jornais foram, também, unânimes em divulgar os discursos em prol de alcançar o progresso e a modernidade. Nestes discursos a educação aparece como mecanismo capaz de trazer modificações no comportamento social. No excerto abaixo, junto com a melhoria das vias de comunicação, a educação aparece como instância de reivindicação junto ao governo.

nós os habitantes da serra acima, em contínuo contato com as florescentes povoações da opulenta província do Sul: admirando constantemente seu progressivo desenvolvimento, não podíamos quedar-nos mudos, a vista de tanta vida, de tão animador movimento. Era preciso não descendermos da heróica raça paulista, tão digna do alto renome de que goza, pelos ousados cometimentos com que ilustram as páginas da história pátria, para então repousarmos com o Estado de apatia em que vegetamos. Desmereceríamos de tão nobre estirpe, si nos conservássemos indiferentes ao censurável abandono de nossos vitais interesses, sem ao menos procurarmos opor barreira as perniciosas causas que fazem jazer depreciadas, as prodigiosas riquezas, em que a natureza tão prodigamente dotou o nosso abençoado solo. (...) Por um lado, a pobreza ameaçada pela fome, por outro, o monstro da ignorância aterrando o espírito público com horrorosas tragédias, atentados e violências! Da ação do governo esperamos providências para obtermos: o desenvolvimento da instrução; melhoramento das vias de comunicação (*O Lageano*, 26 de abril de 1888).

Até a implantação do Grupo Escolar em 1913, o espaço ocupado pela educação nos jornais da região, era pouco expressivo, estando restrito à divulgação dos resultados dos exames das aulas públicas e a notas de caráter informativo como propagandas das escolas particulares, ou acontecimentos nas escolas confessionais. As divulgações dos exames escolares apresentavam o desempenho, a forma e as disciplinas nas quais o aluno era avaliado.

Os procedimentos metodológicos adotados para a análise das matérias dos jornais selecionados foram: primeiramente, selecionar matérias cujo objeto de divulgação fosse sobre educação ou instrução. Em momento seguinte, o critério de trabalho recaiu para a classificação das matérias em dois focos de interesse. Um primeiro de caráter geral, que dissesse respeito à conformação do ensino em Lages. Um segundo, de esfera mais específica, que remetesse a indícios do lugar do

grupo escolar no cenário lageano. Desta forma, foram consultadas notas informativas, propagandas de escolas, enfim, tudo o que pudesse identificar a temática da educação no período delimitado pela pesquisa.

Diante do exposto, apresenta-se a estrutura do corpo do texto que aqui segue:

O GRUPO ESCOLAR COMPÕE O CENÁRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NA REGIÃO DA SERRA CATARINENSE constitui-se no segundo momento, no qual o intento volta-se para a compreensão das iniciativas de ensino existentes na região da serra catarinense anteriores e concomitantes ao grupo escolar. Ao “resgatar” essas iniciativas de orientação particular e pública, que compunham o cenário do ensino primário em Lages, não se fez com o objetivo de compará-las entre si, mas de compreender o lugar que o grupo escolar, entendido aqui como uma nova forma escolar pública primária irá compor com estas iniciativas.

O terceiro texto, **A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO ESCOLAR VIDAL RAMOS EM LAGES EM MEIO A REFORMA DO ENSINO PÚBLICO DE SANTA CATARINA**, estrutura-se sob a perspectiva de perceber as iniciativas que conduziram o governo catarinense a articular a Reforma do ensino público nos anos 10 cuja permanência se estende ao final dos anos 20. Reforma esta que implantou os grupos escolares no estado de Santa Catarina. Esse texto também trata de localizar o papel do grupo escolar de Lages na reforma da instrução primária no estado de Santa Catarina, bem como, a tarefa de identificar as apropriações de idéias e modelos em circulação no Brasil pelas prescrições legais e pelas posições de determinadas autoridades de ensino catarinenses. Torna-se evidente, pelas fontes transcritas neste texto, a reiterada referência para as autoridades do ensino catarinenses e lageanas do chamado modelo paulista de ensino.

A COMPOSIÇÃO DO GRUPO ESCOLAR VIDAL RAMOS: SUJEITOS, PRÁTICAS E RITOS corresponde ao texto que institui duas frentes de discussão. A primeira diz respeito a dar visibilidade aos sujeitos que irão compor este Grupo Escolar em Lages, as crianças e os professores. A segunda busca apresentar determinadas práticas simbólicas usuais nos grupos escolares, tais como: festas, comemorações, exposições, práticas estas que, para além de dar visibilidades à escola, apresentavam também uma dimensão festiva no qual o aluno era partícipe deste processo.

Como texto final, busca-se avaliar das questões propostas para o estudo, quais aspectos foram possíveis de serem evidenciados, quais ocuparam menor relevância. Indica-se também diante da temática tratada, possibilidades investigativas que foram surgindo ao longo do período da pesquisa.

2 O GRUPO ESCOLAR COMPÕE O CENÁRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NA REGIÃO DA SERRA CATARINENSE

2.1 BREVES NOTAS SOBRE A CIDADE DE LAGES E A RELAÇÃO COM A INSTRUÇÃO PÚBLICA

Como já explicitado a cidade de Lages se compõe com mais dezoito municípios a região serrana de Santa Catarina (região da Serra Catarinense). Historicamente, constituiu-se como cidade pólo desta região e se mantém com esta característica até a contemporaneidade.

Fundada em 1766, Lages teve suas terras distribuídas em forma de sesmarias. A maneira como se deu esta distribuição, aliada a outros processos de apropriação da terra, possibilitou o surgimento de grandes latifúndios e, conseqüentemente, de latifundiários.

A atividade econômica na região serrana até o início do século XX, ao menos até as três primeiras décadas, estava voltada principalmente à pecuária latifundiária, que destinou às mãos dos proprietários de terra o poder político e o tropeirismo¹⁷. As atividades ligadas ao comércio, até o período citado, não tiveram influências significativas para a região. Uma das causas atribuídas a essa pouca atividade comercial deve-se à situação geográfica, como sendo um dos entraves a este desenvolvimento. Um segundo fator é atribuído às péssimas condições das estradas que ligavam Lages a outras regiões.

Politicamente, a região da serra catarinense organizou-se sob a forma do coronelismo¹⁸. Essa prática política no cenário lageano delimitava o poder a

¹⁷ Esta atividade consiste na condução de animais soltos ou de mercadorias em lombos de animais arriados. Tal atividade esteve ligada diretamente à ocupação da vila de Lages e, posteriormente, na constituição da cidade.

¹⁸ Cf. Leal (1986), o fenômeno político presente nas regiões brasileiras que teve no período da Primeira República, seu momento de maior força. O termo é usado para designar alguns hábitos políticos e sociais que ocorrem no meio rural brasileiro, onde os grandes latifundiários ainda são chamados de coronéis. Esta prática difundiu-se na região da serra catarinense onde imperava um sistema econômico fundado nas oligarquias pecuaristas que detinham o poder dirigente da região e em determinados períodos influíram no executivo estadual.

representantes de determinadas famílias da região¹⁹. A região central catarinense, em especial a região de Lages, teve a frente da administração pública a liderança da família Ramos²⁰ e de seus aliados, estabelecendo relações de clientelismo²¹. Nesse sentido, a oligarquia Ramos passou a influenciar a vida política e social na região²². Sendo que dois membros dessa família, Vidal Ramos e Aristiliano Ramos, articularam junto ao poder estadual, as duas reformas no ensino público catarinense²³.

Com a proclamação da República os estados brasileiros buscaram reorganizar-se politicamente. Em Santa Catarina, e mais especificamente em Lages, esta reorganização resultou o surgimento de dois partidos políticos com significativas expressões e atuações na serra catarinense - Republicano Governista e o Liberal.

À frente do poder municipal em Lages ficaram os republicanos representados por João de Castro Nunes, que foi eleito em 1891 para o cargo de Superintendente Municipal. A informação dessa organização política foi importante, pois remete à condição da constituição da imprensa em Lages.

De acordo com Peixer (2002), uma das características dessa imprensa era a defesa das idéias do partido que representavam (Republicano Governista e o Liberal). Assim, a defesa por uma educação pública que visava a formar o novo

¹⁹ Os coronéis eram da família Ramos de Lages; Rupp, de Campos Novos; Albuquerque, de Curitiba (coronelismo rural). (SERPA.,1996).

²⁰ No período que abrange o interesse desse estudo: Lages foi comandada politicamente pela família Ramos. Presente na região desde os primórdios do povoamento e considerada de procedência conhecida, esta família tem início com Matheus José Coelho e Maria Antônia de Jesus, pais de Laureano José de Oliveira Ramos (abolido o Coelho por ter nascido em um domingo de Ramos). Laureano José de Oliveira Ramos e Maria Gertrudes de Moura Ramos tiveram nove filhos, entre eles: Vidal José de Oliveira Ramos Senior, pai de Belisário José de Oliveira Ramos, e Vidal José de Oliveira Ramos Júnior (que aboliu o Júnior quando da morte do pai). Esses dois são, respectivamente pais (Belisário) de Aristiliano Laureano Ramos e (Vidal) de Nereu Ramos, que como seus pais estiveram à frente do executivo estadual, sendo que Nereu Ramos ocupou o posto de Presidente da República em um determinado período da história política do Brasil. A hegemonia política regida pela oligarquia coronelística dos Ramos, se fez presente na vida pública do município de Lages até meados da década de 70 do século XX.

²¹ Grosso modo, as relações de clientelismo se estabelecem quando o coronel de plantão de uma região usa do aparelho estatal para beneficiar seus aliados políticos. A educação na região serrana, de acordo com PINTO (2003), foi usada como barganha pelas classes dirigentes para favorecer as reivindicações dos aliados políticos desses coronéis que comandavam o poder público municipal articulado com o poder estadual.

²² Esta família não foi a única a constituir a elite dirigente de Lages, mas foi referência expressiva na historiografia local SERPA., 1996; COSTA, 1982; PEIXER, 2002.

²³ A Reforma na instrução Pública Catarinense, em 1910, foi autorizada por Vidal Ramos, e a Reforma em 1935, por Aristiliano Ramos.

cidadão para a República e os desejos de constituir um novo tipo de escola em Lages estavam presentes nos excertos jornalísticos, do final do século XIX e início do XX, e serviram como meio de divulgação dos interesses dessa nova organização política.

Representando os latifundiários e pecuaristas da Serra Catarinense, Vidal Ramos assumiu o governo do estado em 1902, quando Lauro Muller, após eleito para o mesmo cargo renunciou para assumir o cargo de Ministro.

A imprensa lageana, composta pelos jornais de circulação regional, *O Imparcial*, *Cruzeiro do Sul* e *Região Serrana*, colocam em circulação uma edição única referenciando esse momento histórico para a política lageana e homenageando o benemérito cidadão Coronel Vidal José de Oliveira Ramos Júnior.

Onze de novembro será para o povo lageano que reconhece em Vidal Ramos Junior um espírito superior, talhado para grandes cometimentos, uma data de luz, das mais gratas recordações.

Vidal Ramos Junior é a concretização de um tirocínio político-social, matizado pelos grandiosos cometimentos, nesta época em que dezenas se contam as fases de evolução profunda e por isso mesmo melindrosos da vida orgânica de um povo.

Ufanos e orgulhosos enviamos ao brioso e altivo filho de Lages, o protótipo da honestidade e do civismo, como penhor da nossa dedicação arraigada e da confraternização dos povos serranos com os do litoral e esperamos que aquele penhor precioso sirva de (...) seguro e infalível entre as populações de ambas as regiões **hoje separadas ainda pela natureza ingrata do solo e que o mais breve possível seja destruída para sempre, por meio de uma boa via férrea a serra geral que de lá nos segrega** (*O Imparcial, Cruzeiro do Sul e Região Serrana*, 11 de novembro de 1902, Grifo meu).

A fonte acima demarca que um dos entraves ao desenvolvimento de uma atividade mais ampla para o comércio lageano é atribuído a sua localização geográfica e as péssimas condições das estradas que ligavam a região serrana ao litoral fazendo, também menção as péssimas condições das estradas e reivindicando um contato mais direto com outros centros como Florianópolis.

Nos dois períodos em que Vidal Ramos esteve à frente do governo do estado de Santa Catarina²⁴, seu irmão Belizário Ramos comandava o executivo municipal em Lages, permanecendo no cargo por vinte anos (1902 a 1922). Deste modo, as

²⁴ Vidal Ramos ocupou o cargo de governador do estado de Santa Catarina em dois períodos, o primeiro em 1902 e o segundo em 1910.

articulações políticas entre estado e município estiveram, muitas vezes, associadas às ações desta família, e que resultarão em algumas medidas como no caso o Grupo Escolar de Lages, que compunha parte das ações da reforma do ensino público do estado, e ao mesmo tempo teve o terreno cedido pelo poder municipal.

Entre as ações políticas engendradas pelos Ramos na região serrana, a instrução pública, como já explicitado, aparece como um dos mecanismos que dará força e permanência a esta oligarquia no poder por longo tempo. Nessa perspectiva, dois momentos da história da educação em Santa Catarina terão a cidade de Lages como cenário de implementação de ações educativas que modificaram a organização do ensino público. A construção do grupo escolar organizando o ensino público primário na região, e a criação da Escola Normal de Lages em 1933.

O discurso republicano colocava em circulação o ideário de criar uma sociedade moderna. Para isso, algumas medidas como a reorganização do espaço urbano e a idéia de uma nova escola se fizeram frentes para a concretização deste projeto.

O novo tipo de escola proposto pela República direcionava para a formação do novo homem e deveria estar articulado às exigências do desenvolvimento industrial e ao processo de urbanização. Nesse sentido, dar-se-á início a construção de espaços específicos para a escola que, ao mesmo tempo, em que procuravam distinguir-se das formas de educação existentes, buscaram também, contribuir com a reorganização dos espaços citadinos.

Em Santa Catarina, o “bando de idéias novas [que] esvoaçavam (...) de todos os pontos do horizonte” (ROMERO, Apud BARROS, 1986 p.18)²⁵, compuseram um discurso em prol da civilização e trouxe para as regiões da Província, e em específico para a região da serra catarinense, os desejos de constituir-se uma cidade com ares de modernidade.

A Serra Catarinense (...), não ficou fora dos inefáveis ares de modernização, peculiar aos tempos da Era Vitoriana, do Imperialismo, da importação de hábitos culturais, da reorganização dos espaços urbanos, das idéias positivistas, teorias evolucionistas, do apreço pelos homens portadores de ilustração intelectual. Espaços que

²⁵ ROMERO, referindo-se as correntes de pensamento, as novas idéias que circulavam no Brasil do século XIX vindas da Europa. In: BARROS, 1986, p.18.

correspondiam à circulação desses valores foram organizados” (NUNES, 2007, p. 26).

O século XIX impregnado pelas idéias que circulavam no país, criando e recriando as estruturas sociais, auxiliaram na concretização do discurso de uma Lages que, também, clamava por mudanças, por reformulações das condutas e das sociabilidades²⁶. O excerto apresenta a projeção dessas idéias caracterizando uma sociedade em sintonia com o progresso e com o desenvolvimento que se buscava alcançar.

será ela a via-láctea do céu do nosso progresso. A sua luz se erguerão os obeliscos das artes industriais e ciência mensageira da completa civilização, ela trará em seus braços a riqueza, convulsionando o trabalho! O povo se acordará então de sua letargia.
Será uma época da verdadeira transição no seio social.
A educação doméstica, a instrução pública, a religião, tudo expiará um radicalismo benéfico em seus princípios acanhados, e o caráter lageano poderá sem reбуço figurar agora no poético da civilização...”
(*O Lageano*, 19 de maio de 1895).

Na busca por esses *inefáveis* ares de modernização, o espaço urbano passou a ser objeto de reorganização espacial e social, onde a construção de elementos como: a instrução pública, a imprensa, a afirmação da ação da esfera pública sobre a vida do cidadão comum, do embelezamento e da limpeza do espaço da cidade e a emergência de espaços de sociabilidades como os clubes, foram necessários para que se esteja em “sintonia com a febre modernizadora experimentada no Brasil, desde as últimas décadas do século XIX” (NUNES, 2007, p.35).

Apesar dos indícios que buscavam sintonizar Lages com a modernidade propalada no que tange a educação, as ações em modificar os espaços de escolarização pública só ocorreram nos primeiros anos da segunda década do século XX.

As iniciativas de escolarização que compunham o cenário lageano organizavam-se sob os tipos de: aulas públicas, aulas particulares de caráter confessional, aulas particulares de caráter laico e aulas constituídas nos interiores das fazendas, que foram na sua grande maioria, de iniciativa particular. Essas iniciativas apresentavam semelhanças e diferenças nas formas de praticar o ensino e na constituição do lugar físico que ocupavam. A título de exemplo, as aulas

²⁶ Sobre isso ver SERPA, 1986.

particulares (laicas e religiosas) apresentavam-se distintas das aulas públicas e das aulas nas fazendas. Em relação às aulas públicas, por condicionar o acesso à escola vinculado ao pagamento da mensalidade, o que restringia a frequência somente a quem podia pagar por elas.

Outro fator de distinção entre as iniciativas de escolarização em Lages, diz respeito ao espaço onde aconteciam estas aulas. Para as aulas de caráter religioso, em Lages, o Colégio São José, fundado pelos padres franciscanos que destinaram um local próprio para a prática de escolarização, ao contrário do que ocorria com as aulas públicas, que na sua maioria funcionava na casa dos próprios professores. Ou ainda, os espaços ocupados pelas aulas nas fazendas, quando geralmente o espaço ocupado era o da casa do fazendeiro.

Faria Filho e Vidal apontam que já,

Na década de 1870, os diagnósticos dos mais diferentes profissionais que atuavam na escola ou na administração dos serviços da instrução, ou ainda políticos e demais interessados na educação do povo (médicos, engenheiros...), eram unânimes em afirmar o estado de precariedade dos espaços ocupados pelas escolas, sobretudo as públicas, mas não somente essas, e advogavam a urgência de se construir espaços específicos para a realização da educação primária (FARIA FILHO,; VIDAL, 2000, p. 23).

No entanto, em Lages a substituição das aulas públicas, que aconteciam em espaços alugados ou na casa dos próprios professores, por espaços especialmente construídos para abrigar a escola pública só aconteceu a partir de 1911, quando o poder municipal autorizara a cessão do terreno para a construção do grupo Escolar que foi inaugurado em 1913. Até então o que se apresentava

por colégio [era] uma modesta casa de taboas, cujo salão de aulas nada primava pela higiene. O professor, um pouco menos que analfabeto, entregava-se a despreocupado passeio na vizinhança de casa, deixando muitas vezes, por esquecimento passar a hora de encerramento da aula sem ter explicado, se quer, uma sílaba, assistido estudos, nem ouvido lições. (*O Lageano*, 11 de maio de 1918).

Os indícios presentes no excerto, publicado cinco anos depois de inaugurado o grupo escolar na cidade de Lages, tenciona estabelecer um quadro comparativo entre as iniciativas educativas anteriores ao grupo e o diferencial apresentado pela

instalação do mesmo. No entanto, para esse momento, a fonte evidencia elementos de precariedade em relação às formas de aquisição da cultura letrada em Lages e que também já estavam presentes no Relatório apresentado ao governador do estado, Fellipe Schmidt, pelo Secretário de Estado, José Teixeira Raposo, em 1899.

Infelizmente tem sido descurada a instrução pública no Estado. Não porque se tivesse deixado de criar, transformar e transferir escolas; não porque tivesse cessado a faina de inventar professores; mas porque não tem havido o menor cuidado em distribuir aquelas e **habilitar estes de modo o mais conveniente às exigências do serviço.**

Não são muitas escolas, não são as legiões **de professores mais ou menos feitos às pressas** que podem desenvolver a instrução pública e garantir a eficácia do ensino oficial.

Distribuir mal muitas escolas, prover nas diversas cadeiras **professores incompetentes**, é disseminar a ignorância e quiçá aniquilar disposições que só o mestre sabe desenvolver.

Temos, no Estado, 184 escolas, poucas das quais vagas; mas qual o método de ensino nelas seguido, qual a garantia, que a maioria dos professores que as rege, da sua competência oferece?

As escolas vivem sob o mais arcaico dos regimes, os professores, esses, apresentam-se aos alunos levando apenas o salvo conduto de um exame cheio de complacências e de inutilidades.

Desse modo, compreende-se, pouco há que esperar do futuro.

Como se não bastara esse triste alimento atirado ao retrogradismo da instrução no Estado, temos ainda a infelicidade da classe dos professores interinos que, em exame que requerem e que lhes garantem uma cadeira, **limitam-se a provar que sabem ler... por cima e contar até dez...pelos dedos.**(SANTA CATARINA. Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça. Apud: FIORI, 1991 p.77-78, grifos meus).

Um dos grandes problemas do ensino em Santa Catarina, evidenciado no relato do secretário, e também, presente nos indícios do excerto do jornal *O Lageano*, estava associado à falta de formação dos docentes. A solução para esse problema começava a ser delineada a partir de 1910, quando a Reforma no Ensino Público catarinense²⁷, teve como uma das primeiras ações a reorganização da Escola Normal de Florianópolis. O governador do estado, Vidal Ramos, afirmava ser “natural e lógico, a reforma [começar] pela Escola Normal, destinada a formar

²⁷De acordo com Fiori (1991), “Diante da gravidade da problemática escolar ocorreram algumas reformas ou tentativas de reorganização do ensino público catarinense: a reforma do governo Manoel Joaquim Machado de 1892; as modificações planejadas no governo Hercílio Pedro da Luz, no ano de 1894; a reestruturação do ensino ocorrida em 1907, na gestão governamental de Gustavo Richard”(p.79). Mas, segundo a mesma autora, foi somente no governo de Vidal Ramos e sob a organização de Orestes Guimarães que o ensino em Santa Catarina sofreu modificações significativas.

mestres da mocidade catarinense” (RAMOS, 1911. p. 28), entendendo, então, que deveriam ser formados os mestres para depois proporcionar formação à criança.

No cenário da instrução da serra catarinense, a precariedade no ensino público, como já mencionado, não se diferenciava das outras regiões do estado. No meio urbano, as estratégias de ensino se davam por meio das iniciativas particulares e das iniciativas públicas. Esse cenário, como já sinalizado, foi modificado pela presença do grupo escolar inaugurado em 1913. A figura apresenta o início das obras destinadas ao novo espaço escolar em Lages.



FIGURA 1 – INÍCIO DAS OBRAS PARA A CONSTRUÇÃO DO GRUPO ESCOLAR EM LAGES, 03 DE SETEMBRO DE 1912

FONTE: ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO THIAGO DE CASTRO

A construção desse tipo de escola em Lages alterou o cenário da instrução pública primária, quando no âmbito do ensino público foram suprimidas as aulas existentes no perímetro urbano²⁸ reunindo-as em um único local.

Desse modo, é pertinente questionar: qual foi o lugar ocupado por esta nova instituição de ensino o grupo escolar em Lages? Em que espaço e condições foram apresentadas para esta escola? De que maneira esta se diferenciava das outras iniciativas de ensino? Que estratégias esse tipo de escola buscou para romper e se

²⁸ Cf. Lei n. 846 de 11 de outubro de 1910, Artigo 2 – d) A suprimir as escolas publicas atualmente existentes no perímetro urbano da capital, bem como as de qualquer outro município, aproveitando, tanto quanto possível, os serviços dos respectivos professores nos grupos que foram criados.

afirmar como distinta diante das iniciativas escolares existentes na serra catarinense?

No intento de perceber o movimento provocado, no cenário da instrução pública primária lageana, com a implantação do Grupo Escolar, buscou-se visualizar as iniciativas de escolarização que antecederam ao grupo. No entanto, não foi intenção realizar estudo comparativo sobre estas iniciativas de ensino primário em Lages, tampouco produzir uma arqueologia da escola primária, mas perceber na configuração do ensino primário em Lages, a dimensão e a presença que o grupo escolar ocupou.

2.2 A CONFIGURAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO EM LAGES: INICIATIVAS DE ESCOLARIZAÇÃO QUE ANTECEDERAM E COEXISTIRAM AO GRUPO ESCOLAR

2.2.1 As iniciativas de caráter particular (aulas particulares confessionais; aulas particulares laicas e as aulas nas fazendas).

Segundo Luchese (2007), poderíamos dizer que a igreja intentava dirigir a cultura regional por meio de seus seminários, internatos e escolas. Determinavam condutas sociais e a opinião pública através de seus periódicos e pregações, e também buscava influenciar os rumos políticos nos locais em que se estabelecia. A Igreja foi o centro para a organização cultural – constituindo-se não apenas como lugar para o culto, mas espaço para onde convergiam as relações sociais, econômicas e culturais das comunidades.

A cidade de Lages recebe em 1896, o lançamento da pedra fundamental do Colégio São José, primeira instituição particular, administrada por padres franciscanos. Esses padres apresentaram à sociedade lageana um projeto de educação que viria atender os meninos da região da serra catarinense, e que, durante seu período de existência dividiu os meninos em idade escolar com as aulas públicas e as aulas particulares laicas.

De acordo com Nunes (2007), um projeto direcionado para a educação, foi resultado de uma necessidade social escolar. Na região serrana, essa necessidade vinha sendo discutida e divulgada nos jornais locais. O jornal *A Gazeta* referindo-se

a essa necessidade em Lages defendia que “nem as qualidades físicas têm o mesmo aperfeiçoamento, nem o espírito tem a mesma lucidez sem educação” (*A Gazeta*, 9 de março de 1893) Apropriando-se desta situação existente, os padres franciscanos inauguraram, em 17 de fevereiro de 1899, o Colégio São José.

Quando da inauguração do Colégio São José contava, nos cursos primário e secundário, com 99 alunos, dos quais 26 eram internos. Esse colégio, destinado ao corpo discente masculino, foi resultado do movimento de várias forças locais e de muitas participações financeiras, a

Câmara Municipal emprestou-nos, para a construção de colégio, a quantia de 8:000\$000, sem juros, a ser reembolsados dentro de dez anos. Alguns amigos, igualmente, emprestaram-nos dinheiro sem juros, em particular os srs. Henrique Ramos, Belisário Ramos, Vidal de Oliveira Ramos, José Maria de Arruda”. (SINZIG, 1939, p.131).

A exposição contida no excerto remete à relação de influência da oligarquia Ramos no espaço da serra catarinense, relação esta já mencionada neste trabalho. Três membros dessa família, incluindo Vidal Ramos, que foi o articulador da reforma do ensino público em 1910, corroboraram com a constituição da escola confessional no espaço da cidade.

Atendendo a uma clientela constituída pelos filhos da elite lageana²⁹, o Colégio São José, fechou suas portas em 1904. De acordo com Nunes (2007, p.23) “não há um esclarecimento público sobre o assunto, mas os atritos constantes registrados nos jornais, entre os franciscanos (...) com a irmandade maçônica, evidenciam desentendimentos” que talvez tenham confluído para fechamento da instituição, que somente reabriu suas portas em 1928, novamente sob a direção dos padres franciscanos.

Com o fechamento do colégio, os filhos das famílias abastadas economicamente, no que diz respeito ao ensino secundário, deram continuidade a seus estudos em outros centros urbanos como São Leopoldo, no Rio Grande do Sul e em Florianópolis. É relevante citar que esta prática de enviar os meninos para estudarem em outros centros já ocorria, antes da abertura do colégio na região, como mostra a publicação do jornal *O Lageano* comunicando a saída de Vidal Ramos, em 1883.

²⁹ A formação de uma elite em Lages está associada aos latifundiários, aos dirigentes políticos e alguns profissionais liberais como médicos e advogados.

Segue hoje para São Leopoldo do Rio Grande do Sul, a fim de continuar os seus estudos no Colégio Conceição, o nosso estimável amigo Vidal José de Oliveira Ramos Filho, a quem desejamos todas as prosperidades por ser ele uma esperança da pátria. Com este completa o número de nove lageanos que se acham no referido colégio, prova de que Lages também deseja a instrução de seus filhos. (O *Lageano* 14 de julho de 1883)

Já para o ensino primário, o fechamento da escola talvez tenha significado a reinstalação dos alunos em outros espaços existentes para este nível de instrução: as aulas públicas, as aulas particulares de caráter laico e talvez, a volta do alunado para os interiores das fazendas, onde também se organizavam espaços de escolarização.

As iniciativas pedagógicas da Igreja Católica em Lages, receberam em 1901, a contribuição da Ordem da Divina Providência de Florianópolis. A vinda de três irmãs dessa ordem para a região, fazia parte de um projeto dos freis franciscanos em criar um colégio direcionado para alunos pobres. Todavia, este projeto foi transferido para 1903, quando estas irmãs fundaram o Coléginho Imaculada Conceição, que veio a se constituir num espaço que atendia às crianças pobres de Lages.

Em 1901, as irmãs da Ordem da Divina Providência deram início a um projeto mais arrojado, o de construir um colégio que atendesse aos anseios de formar as filhas dos senhores da região financeiramente bem constituídos. Para as meninas, filhas da elite lageana, não havia no cenário urbano, um local que privilegiasse uma formação que as conduzissem a se tornarem “moças de boas famílias”.

O Colégio Santa Rosa de Lima, fundado em 1901, destinado, então, a educar as meninas da sociedade lageana, passou a funcionar, em 1902, como internato e teria como função proporcionar uma educação que preparasse as meninas para serem, o que se compreendia a época, boas esposas, moças casadoiras, formadas para serem impecáveis em seu comportamento.

Em Lages, a ação pedagógica empreendida pelas ordens religiosas no espaço urbano, num primeiro momento, buscou criar espaços de educabilidade restritos a uma determinada parcela da população. A educação e a formação proporcionadas para aqueles que puderam freqüentar as escolas confessionais constituíram-se em diferenciais e a presença da mesma na sociedade lageana

significou um avanço cultural, ao menos da perspectiva de quem as freqüentaram. Como expressado no fragmento abaixo:

A região Serrana, não poderá agradecer suficientemente o que as irmãs fizeram em prol da educação (...). Tinham passado poucos anos da vinda das irmãs, quando, ao se entrar em qualquer casa da cidade ou numa fazenda, se via imediatamente se tiveram ou não uma filha no colégio Santa Rosa. Se tiveram, a sala toda apresentava outro aspecto, havia gosto na disposição dos móveis, nos quadros da parede, nas flores, um ar de distinção. A fonte: a educação das irmãs da Divina Providência. (SINZIG, 1939, p.76).

Esses dois espaços de ensino vinculados a ação religiosa em Lages constituíram-se em locais de escolarização destinados às crianças filhas da elite lageana. No entanto, para atender, também a esta parcela da população, outros espaços de iniciativa particular desvinculados da ação religiosa foram engendrados no cenário da instrução primária em Lages: as aulas particulares de caráter laico.

Entre estas aulas, que compunham o cenário da instrução primária em Lages, destaca-se a aula do professor Virgílio Godinho. Essa aula de caráter particular laico excluía de seus bancos escolares, quem não realizava o pagamento até o dia 6 de cada mês, como mostra a publicação do jornal *O Imparcial* de 18 de setembro de 1901. Aqui já se pode perguntar quem era a clientela que freqüentava esta aula. Quem eram as crianças matriculadas nessa escola? Certamente filhos de pais abastados, pois os que não realizassem pagamento seriam excluídos.

AULA PARTICULAR

Abrir-se-á no dia 23 do corrente mês uma aula particular dirigida por Virgílio José Godinho compreendendo:

O 1º Ano um ensino teórico e prático das matérias Aritmética, Português, História Pátria, Geografia, Política e caligrafia, segundo a capacidade do aluno.

O 2º Ano compreende o ensino das mesmas matérias mais desenvolvidas, e ainda as principais noções de *cosmografia*, *geometria* e *alemão*, ficando finalmente os alunos preparados para entrar em curso secundário superior.

HORÁRIO: Desde as 8 horas da manhã até as 2 da tarde

Teremos ainda uma aula independente, de música que terá lugar á tarde, 3 vezes por semana.

Atenção: As mensalidades devem ser pagas adiantamento, começando no dia 1º do mês próximo vindouro, sendo porém **excluído** da aula o aluno que até o dia 6 de cada mês não contribuir com o pagamento respectivo.

MENSALIDADES

1º ano, por mês, 6\$000

IIº « « 8\$000
 Aula de musica, por mês, 6\$000

O professor, Virgilio José Godinho.
 Rua Coronel Cordova

(Jornal *O Imparcial* em 18 de setembro de 1901, grifo meu)

O uniforme usado pelos alunos dessa escola era considerado refinado para a época, o mesmo era composto por: paletó preto boleado com 3 botões, camisa branca com gravata, calça meia canela, branca e botinas amarradas com cordão em presilhas. Arrematava uma faixa branca com os dizeres: *Aula Virgilio Godinho* acompanhava, ainda, um gorrinho branco, como se pode observar a partir da figura a seguir.



FIGURA 2 - CORPO DISCENTE DO COLÉGIO VIRGILO GODINHO EM 1904. O NOME DESSES ALUNOS CONSTA NO VERSO DA FIGURA, SÃO ELES: 2- THIAGO VIEIRA DE CASTRO, 4- LEOPOLDO BRASCHER, 9- ATALIBA COSTA, 10- ACHILES MACHADO, 12- OUTUBRINO VIREIRA BORGES, 13- JUVENAL GODINHO, 24- EUGENIO NEVES. NO CENTRO VIRGILIO GODINHO (TERNO ESCURO) E O PROFESSOR PAULINO ATAÍDE.

FONTE: ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO THIAGO DE CASTRO

As Leis Municipais, a partir de 1900, mostram um considerável aumento no número de subvenções destinadas à manutenção de escolas particulares no espaço urbano, bem como concessões para abertura de novas escolas na região. A Lei 117 de 8 de janeiro de 1904 “Cria a subvenção mensal de 40\$000 a qualquer escola de instrução primária fundada na sede dos distritos”, o Colégio do professor Virgílio foi, uma dessas escolas contempladas com a lei. É importante apontar que essas subvenções estavam condicionadas à oferta de algumas vagas para as crianças menos favorecidas economicamente, ou seja, para receber as subvenções municipais, essas escolas deviam manter em seus espaços crianças de condição econômica diferente daquela para quem se destinava essa iniciativa educacional. O jornal a *Gazeta* em 9 de março de 1893, referindo-se ao acesso das crianças menos favorecidas economicamente, publicava que a educação não seria somente “patrimônio do rico. O filho do povo (...) [teria] direito a aspirar a ela com todas as vantagens assegurada aquele”.

A implantação do Grupo Escolar em Lages, alguns anos depois, buscou concretizar, segundo o discurso da época, ao “filho do povo”, o acesso à educação. Um dos eixos que nortearam a reforma na educação catarinense apontava para a oportunidade de todos freqüentarem, sem distinção, os bancos desse novo tipo de escola como mostra o fragmento do discurso do governador Vidal Ramos, quando da inauguração do Grupo Escolar nesta mesma cidade “Aqui podem entrar o rico e o pobre, sem distinção de classe, porque aqui só impera uma única Constituição da República, baseada nos princípios liberais da igualdade e da fraternidade”(RAMOS, 1913).

No que concerne a esse tipo de iniciativa de ensino, a presença do grupo escolar no cenário da instrução primária em Lages parece não ter causado muitas modificações. A fonte a seguir mostra que esse tipo de oferta, para a freqüência do ensino primário no espaço urbano, continuou existindo, mesmo com a presença do grupo neste espaço.

Escola Particular Santa Teresinha

Elvira Batista Dias, diplomada pela Escola Complementar de Lages, tendo freqüentado o Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus e o último ano da Escola Normal Catarinense, já com 8 anos de prática no ensino de alunos, comunica aos interessados que vai abrir

uma escola particular em sua residência das 9 as 2 ensinando pelo programa adotado nos grupos escolares.

Fornecerá aos pais dos alunos boletins mensais contendo as notas de aproveitamento, marcando as faltas e as notas das sabinas mensais, garantindo aos alunos estudiosos analfabetos 4 anos preliminares em 1 ano de estudo.

Esta escola também recebe crianças de 3 a 6 anos preparando-as por meios de noções práticas de português, de civilidade, moral, religião, de brinquedos apropriados as suas idades para o curso preliminar, facilitando-lhes o estudo do mesmo.

(A *ÉPOCA*, 11 de setembro de 1927)

O Regulamento da Instrução Pública prescrevia que as iniciativas particulares podiam ser exercidas livremente. A proposta de ensino apresentada por esta escola seguiam o mesmo programa de ensino usado no grupo escolar. No entanto, pela descrição da fonte, o ensino administrado *garantia* a conclusão dos 4 anos do curso preliminar em apenas 1 ano. O que remete a pensar que proposta de ensino era esta que acelerava a aprendizagem do aluno. Esta iniciativa se voltava, também para o atendimento das crianças pequenas buscando facilitar o acesso das mesmas às etapas posteriores de escolarização.

No que diz respeito às iniciativas particulares de ensino no espaço urbano, Lages contava, como apresentado, com as aulas confessionais e com as de caráter laico. No entanto, não se pode considerar que apenas quem as freqüentavam tinha acesso ao ensino.

A região da serra catarinense, nesse período, apresentava uma composição geográfica constituída de latifúndios e pequenas localidades. Essa situação de organização territorial oportunizou o surgimento de uma modalidade de aquisição de ensino que ocorria nos interiores desses latifúndios. Há indícios, na região, da constituição de uma rede de escolarização doméstica que funcionava em espaços cedidos e organizados pelos proprietários desses latifúndios, onde um professor contratado, pelo mesmo, atendia a clientela escolar, que geralmente estava restrita aos filhos dos latifundiários ou às vezes, ainda, composta por parentes e vizinhos.

Assim, uma prática comum na região serrana, para a apropriação da cultura letrada, foi à figura dos professores de fazenda que, de acordo com a historiografia local³⁰, começara a surgir por volta de 1860. O surgimento deste personagem, no cenário da região serrana, possibilitava a apropriação da cultura letrada, e se

³⁰ COSTA, 1982.

justificava pelo difícil acesso aos centros urbanos, isto é, para o fazendeiro seria mais confortável, e talvez até menos dispendioso, manter um professor dentro de sua propriedade, pois quando do fim de seu trabalho, este iria embora e não teria vínculo empregatício algum com o proprietário.

Essa forma de instrução denota um interesse bem mais privado do que público, ou seja, na falta de uma organização da instrução pública, para a região serrana, se tornava viável educar suas crianças sob esta forma de se levar o professor para o âmbito do privado, porém é uma forma de educação que se tornava restrita, como mostra o trecho abaixo:

A instrução primária (...) é dada em sua maior parte por professores particulares, que vão ensinar pela campanha os filhos dos ricos proprietários. A pobreza nada pode aproveitar com este ensino, dado somente as pessoas das famílias dos fazendeiros abastados. (*O Lageano*, 14 de julho de 1883).

Essa publicação extraída do jornal *O Lageano*, em 14 de julho de 1883, fazia parte das respostas a um questionário que a Câmara Municipal respondeu ao Presidente da Província referindo-se a organização da instrução na região da serra catarinense.

Desta forma, a aquisição da cultura letrada, limitada, então, às primeiras letras - ler e escrever e a prática das quatro operações aritméticas -, acontecia por meio de escolas constituídas nos interiores das fazendas. Os alunos que recebiam este tipo de “primeiras instruções” realizavam testes de admissão para poderem ingressar e dar continuidade a seus estudos no Grupo Escolar, como testemunha Lauro Ramos, ex-aluno de fazenda e ex-aluno do Grupo Escolar: “entrei no segundo ano. As aulas que tive na fazenda de meu avô me ajudaram nesta admissão” (RAMOS, 2002, p.29).

É comum encontrar nos excertos jornalísticos notas de professores oferecendo-se para lecionar nos interiores como a que segue:

PROFESSOR

Nesta redação dá-se informação de um rapaz habilitado que propõe-se lecionar particularmente nos sítios. (*O Planalto*, 10 de março de 1921).

Publicações como essa, nos anos vinte, denotam que esta iniciativa de ensino, por meio da atividade docente no interior das fazendas, mesmo com a implantação do Grupo Escolar, manteve-se na região por um longo período.

2.2.2 As iniciativas de caráter público (as aulas públicas)

Em 1798, a Câmara Municipal de Lages enviou à Rainha, um pedido de concessão de um professor de primeiras letras para a vila de Lages. Mas, somente em 1830 foi aprovado o decreto, o qual autorizava a criação de uma cadeira de Primeiras Letras para meninos, “Fica também aprovado a criação de cadeiras de primeiras letras para o ensino de meninos nas vilas seguintes: uma na da Laguna, outra na de Lages”. (Decreto de 10 de setembro de 1830).

No entanto, autorizada em 1830 esta escola foi instalada na vila dois anos depois (1832) quando, também, foi nomeado o primeiro professor público, Manoel Gomes de Souza. Dessa forma, o ensino oficial em Lages teve início em 1832 e de acordo com Costa (1982), dez anos depois a vila de Lages já contava com quatro espaços destinados aos meninos, onde se ensinava ler, escrever, contar, rudimentos de gramática e doutrina cristã. Para as meninas, somente em 1851 é que se autorizou o funcionamento de uma aula pública.

Mas, nem sempre esses espaços eram apropriados para a educação, na maioria das vezes, funcionavam em lugares improvisados, adaptados para abrigarem a ‘aula’. Em lugares emprestados ou alugados, com professores reconhecidos ou nomeados como tais pelos órgãos de governo responsáveis pela instrução. A figura a seguir mostra a aula pública do professor José Batista Góss, essa aula funcionava na localidade de Canoas, interior da serra catarinense. Configurava-se em aula multisseriada que atendia a diferentes faixas etárias, onde meninos e meninas freqüentavam o mesmo espaço de ensino. O grupo escolar, no meio urbano alterou esses aspectos, quando introduziu a distribuição dos alunos por faixa etária e separou meninos e meninas. Todavia, nos interiores da serra catarinense, esta “organização” continuou sendo meio de escolarização das crianças.



FIGURA 3 – AULA PÚBLICA DO PROFESSOR JOSE BATISTA GÓSS – 08 DE AGOSTO DE 1908.

FONTE: ACERVO DO MUSEU THIAGO DE CASTRO

A título de exemplo, nos arquivos do Museu Thiago de Castro, encontram-se anotações referentes à aula pública para meninas, ministrada pela professora Clemência Antônia de Medeiros. Para o ano de 1851, esta aula contava com seis alunas matriculadas, como mostra o quadro a seguir.

Anna Gonçalves de Moraes Cordeiro
Cândida Theresa de Jesus
Cândida Ribeiro de Cordova
Maria Joaquina Waltrick,
Mequilina do Carmo Meurer
Innocencia Leite dos Prazeres.

QUADRO 2 - ALUNAS MATRICULADAS NA AULA PÚBLICA EM LAGES NO ANO DE 1851

FONTE: ARQUIVO DO MUSEU HISTÓRICO THIAGO DE CASTRO

No acervo do museu Thiago de Castro foram localizados livros de matrícula das aulas públicas para meninos e meninas, no período entre 1886 e 1901. O livro de matrículas referente à aula pública, para meninos, ministrada pelo professor Simplício dos Santos Souza, apresenta informações como: nome do aluno, lugar de origem, naturalidade e filiação. Havendo ainda um campo destinado para

observações, nas quais foram encontradas, somente referências quando da saída do aluno (data e, às vezes, o local para onde se destinavam). O quadro sistematiza estas informações.

Candido Loureiro do Amaral	13 anos	Filho de D. Raphaela da Conceição Amaral, natural de Lages; data da matricula 1º de fevereiro de 1896	
Indalecio Domingues d'Arruda	10 anos	Filho de José Maria Domingues d'Arruda, natural de Lages; matriculado em 1º de fevereiro de 1896	Retirou-se com seu pai para fora da cidade, a 1º de agosto.
Gregório Moritz de Carvalho	11 anos	Filho de D. Maria Leocádia da Conceição Moritz, natural de Lages, matriculado em 18 de janeiro de 1897.	
Theodoro Moritz de Carvalho	9 anos	Filho de D. Maria Leocádia da Conceição Moritz, natural de Lages, matriculado em 18 de janeiro de 1897.	Faleceu a 16 de novembro.
Rodolpho Antunes d'Oliveira	14 anos	Filho de Victor Antunes d'Oliveira, natural de Lages, matriculou-se em 16 de janeiro de 1899.	Retirou-se a 25 de fevereiro para matricular-se no Colégio dos Padres Franciscanos.
Sebastião Borges da Silva	8 anos	Filho de Anna Borges da Silva, natural de Lages, matriculou-se em 16 de janeiro de 1899.	Retirou-se a 1º de fevereiro, voltou em 4 de agosto.
José Albino Beller	12 anos	Filho de João Jacob Beller, natural de Lages, matriculou-se em 15 de janeiro de 1900	Saiu a 1º de setembro, matriculou-se na 3º escola.
Manuel Duarte Pinheiro	11 anos	Protegido do Dr. Eurico de Calda Brito, natural....., matriculou-se em 15 de janeiro de 1900.	Saiu a 1º de outubro, para acompanhar seu protetor que se mudou para a Bahia.

QUADRO 3 - ALUNOS MATRICULADOS NA AULA PÚBLICA DO PROFESSOR SIMPLÍCIO NO PERÍODO DE JANEIRO DE 1896 A DEZEMBRO DE 1901

FONTE: LIVRO DE MATRÍCULAS DA AULA PÚBLICA DO PROFESSOR SIMPLÍCIO DOS SANTOS SOUZA

Em 1896, encontravam-se matriculados para esta aula 68 alunos de faixa etária distintas. O resumo do movimento desta escola, assinado pelo delegado escolar, em 1897 foi o seguinte:

Matriculados durante o ano	68
Saíram	21
Faleceu	1
Ficaram	46
Prestaram exame foram aprovados	20
Deixaram de fazer exame	8

QUADRO 4 - DADOS REFERENTES AO FINDAR DO ANO LETIVO NA 1ª AULA PÚBLICA PARA O SEXO MASCULINO

FONTE: LIVRO DE MATRÍCULAS DA AULA PÚBLICA DO PROFESSOR SIMPLICIO DOS SANTOS SOUZA

As anotações do livro de matrícula e os dados apresentados pelo resumo do movimento da aula deste professor demonstram um considerável índice de evasão nesta aula durante o ano de 1896. Deixaram-na de freqüentar 21 alunos, entre os motivos apontados pelo professor, encontravam-se: a transferência para outras aulas públicas existentes no espaço urbano, como ocorreu com José Albino Beller, que saiu desta aula para matricular-se na 3ª aula pública. Ou ainda, a saída para matricular-se em aulas particulares de cunho religioso, como ocorreu com Rodolpho Antunes, que matriculou-se no Colégio dos padres franciscanos. No livro consta também, como justificativa para a saída desta aula, o abandono da escola para retornar para as fazendas, onde as crianças, ao menos aquelas que os pais podiam pagar, seriam assistidas por um professor que iria até a fazenda para instruí-los.

O livro de matrícula³¹ da aula pública para meninas de Dona Anna Antônia de Oliveira Carvalho³², apresenta o mesmo tipo de informações da aula para meninos do professor Símplicio. No entanto, além dos dados de identificação como: nome, idade, procedência, filiação, localidade em que residia, profissão dos pais, no campo destinado às observações, a professora registrava o desempenho das alunas.

As anotações feitas, neste campo pela professora mostram informações contraditórias ao suposto “progresso das alunas”, a exemplo acompanha-se as

³¹ Foram localizados no acervo do Museu Thiago de Castro, 2 livros da aula pública ministrada pela professora Anna Antonia de Oliveira Carvalho. Os livros compreendem as matrículas efetivadas entre 1886 e 1896.

³² De acordo com Clarice Nunes “a maioria das escolas isoladas eram conhecidas pelos alunos e suas famílias pelos nomes dos seus respectivos (diretores-professores) ex: a escola de “Dona Olímpia”, em Lages isto não fugiu ao apontado por Nunes, nos jornais encontram-se referencias as escolas de Dona Sofia, do Professor Símplicio, entre outras.

anotações referentes a aluna Maria do Carmo Neves. Num primeiro momento, esta aluna é classificada como analfabeta, em seguida lê e escreve, mas, por final é apontada como pouco inteligente. A questão que se põe é o que se entendia à época por pouco inteligente? Que critérios a professora Anna Antônia se utilizava para “diagnosticar” suas alunas e qualificá-las? Que concepções sobre infância e aprendizagem estavam em circulação junto a esses professores? O quadro a seguir organiza as informações descritas por esta professora no livro de matrículas.

NOME E IDADE DA ALUNA	DATADA MATRICULA	NOME E PROFISSÃO DO PAI	INFORMAÇÕES REFERENTES À ALUNA
Maria do Carmo Neves; 8 anos de idade.	Matriculada em 12 de janeiro de 1886	Filha de João Augusto Nunes, coletor, casado e residente nesta cidade.	É analfabeta; lê carta de nomes, escreve na lousa. É pouco inteligente.
Felicidade Cândida do Amaral, 12 anos de idade.	Matriculada em 25 de janeiro de 1886.	Filha de Ana do Amaral, solteira, costureira, moradora nesta cidade.	Lê por cima, escreve bastardinho ³³ , não conta ; escreve bem e com desembaraço, sabe doutrina cristã, tem princípios de contabilidade.
Julia Rodrigues de Ataíde, 11 anos de idade.	Matriculada em 08 de fevereiro de 1886.	Filha de Joaquim Rodrigues de Ataíde.	Lê mal e soletrado, não escreve, nem conta. Lê por cima, escreve bastardo, soma até 50, é pouco aplicada. Possui boa conduta.
Mercedes Domingos de Aguiar Arruda, 10 anos de idade.		Filha de Jose Maria Domingos Arruda	Lê por cima, escreve bastardo, faz conta até de menos, conta e até multiplica.

QUADRO 5 - DADOS ENCONTRADOS NO LIVRO DE MATRÍCULAS DA AULA PÚBLICA DE DONA ANNA ANTONIA DE OLIVEIRA CARVALHO NO PERÍODO ENTRE 1886 A 1896

FONTE: LIVRO DE MATRÍCULAS DA AULA PÚBLICA DE DONA ANTONIA DE OLIVEIRA CARVALHO CONTINUA

³³Cf. o Novo Aurélio Século XXI, **bastarda** é “a letra gótica cursiva do século XV, com elementos da chanceleresca, descendentes pontudos, ascendentes às vezes com anéis, e da qual derivam os modernos tipos góticos”; **bastardo** é “a letra de talhe de talhe meio inclinado, com ligaturas, e cujo desenho participa do rondo [espécie de letra de traços fortes acentuadamente arredondados, e talhe vertical, e cuja versão tipográfica pertence à classe dos tipos escriturais] e da letra inglesa [letra escritural de traços finos e talhe inclinado]”, a escrita **bastardinho** é “espécie de bastardo de módulo menor e traçado mais corrente”.

Theodora Gaspar Godinho, 13 anos		Filha de Gaspar Godinho, casado, negociante nesta cidade	Lê por cima e escreve bastardinho
Maria Eugenia dos Anjos, 11 annos	Apresentou-se a 7 de janeiro de 1887	Filha de Maria Jorge dos Anjos, solteira, costureira, moradora nesta cidade.	Lê por cima, escreve mal bastardo, têm principio de doutrina. É pouco inteligente.
Anna Caetana Vieira, 11 annoa	Matriculou-se a 23 de junho de 1888	Filha de João Luiz Vieira Júnior, casado, fazendeiro.	Lê mal, soletrado, escreve bastardo, retirou-se a 30 de agosto para a fazenda de seu pai.
Maria Ignacia de Souza, 8 anos	Matriculou-se a 26 de fevereiro de 1891	Filha de Ignácio de Souza, casado, morador neste termo.	Analfabeta. Retirou-se a 30 de abril para a fazenda do pai.

QUADRO 5 - DADOS ENCONTRADOS NO LIVRO DE MATRÍCULAS DA AULA PÚBLICA DE DONA ANNA ANTONIA DE OLIVEIRA CARVALHO NO PERÍODO ENTRE 1886 A 1896

FONTE: LIVRO DE MATRÍCULAS DA AULA PÚBLICA DE DONA ANTONIA DE OLIVEIRA CARVALHO
CONCLUSÃO

Ao final do ano letivo, nestas aulas públicas eram realizados os exames, sendo assistidos e avaliados pelo delegado escolar, autoridades locais e professores das outras aulas públicas existentes no espaço urbano, podendo ser assistidos por pessoas da sociedade lageana. Esses exames habilitavam os alunos a freqüentarem as classes posteriores, e eram publicados nos jornais locais.

Como exemplo, se apresenta a publicação do jornal *Imparcial* em 11 de dezembro de 1901, no qual se encontra o movimento dos exames das aulas públicas ocorridos entre 02 e 05 de dezembro daquele mesmo ano. Três aulas públicas para o sexo masculino e uma aula pública para o sexo feminino foram apresentadas pelo jornal. Segue a publicação referente ao exame realizado na aula para as meninas da professora Sophia Moritz de Carvalho, que em 1913 irá compor o primeiro quadro de docentes do Grupo Escolar inaugurado em Lages.

ESCOLA DO SEXO FEMININO

As 11 horas do dia 5, compareceram na escola dirigida pela Sra. D. Sophia Moritz de Carvalho, os srs. Castro Junior, delegado escolar, Simplicio dos Santos Souza e Virgilio Godinho, examinadores, e como espectadores os srs. João Luiz Vieira Junior, Hermelino Silva, Dr. Brocato, Cyrillo Vieira, João Baptista, José Felix de Oliveira, o representante de nossa folha, muitas exmas. famílias, e mais pessoas. Depois de examinadas em leitura, as alunas das classes inferiores, passaram os examinadores para as classes superiores obtendo os exames o seguinte resultado.

As alunas da primeira classe Emilia Baptista, Maria Cândida, Josina Godinho, Maria Antonia e Celima Pereira aprovadas plenamente em leitura, Geografia, História-pátria, Gramatica, escrita ditado e contas.

As alunas da segunda classe, Aurora Brascher, Adelaide Baptista, Rosalina de Liz, Juventina Godinho e Evencia Ortiz foram aprovadas plenamente em leitura, história-pátria e Geografia.

A ALUNA ROSALINA J. DE OLIVEIRA.

A professora D. Sophia apresentou, como preparada nas matérias superiores da escola, a aluna Rosalina de Oliveira filha do Sr. Joaquim Julião de Oliveira.

Com efeito, a aluna começou a trabalhar na pedra ao meio dia em ponto, terminando ás duas horas e meia da tarde, percorrendo durante esse tempo magnificamente, em Português, Aritmética e Geometria.

A menina desenvolveu-se também primorosamente em Astronomia, Física, Política, História-pártia e Geografia Geral, em que obteve distinção e louvor, merecendo entusiasmos aplausos dos examinadores, que faziam-lhe as mais intrincadas interrogações, as quais foram respondidas satisfatoriamente com toda facilidade.

O Sr. Castro Junior, delegado Escolar, manifestou sua satisfação por tão justa nota obtida por essa aluna.

Nesta escola notamos muita **ordem e respeito** o que muito contribuiu para um exame correto, como foi sendo-nos grato enviar nossos parabéns á habilitada diretora D. Sophia Moritz de Carvalho.

(*O Imparcial* em 11 de dezembro de 1901, grifo meu)

Pela descrição da fonte se pode perceber o tipo de material usado nessas escolas – a pedra – certamente é uma referência ao uso da ardósia³⁴. O excerto apresenta, também, a organização do currículo e a forma de avaliação a que estes alunos eram submetidos.

A Lei n. 846, de 11 de outubro de 1910 estabelecia que os professores das aulas públicas suprimidas no espaço urbano poderiam ter seus serviços aproveitados no Grupo Escolar. Em 19 de abril de 1913, a aula pública de Sophia Moritz de Carvalho foi fechada, como mostra o ofício encaminhado pelo Inspetor de

³⁴ Cf. DA BARRA, V. M. (2001), Nas escolas de Primeiras Letras de São Paulo do século XIX, a ardósia de uso individual era chamada de pedra ou lousa. Do final dos anos 20 ao início dos anos 40 do século XIX, a lousa era importante utensílio de escrita e aritmética, sendo mais freqüente seu uso na escrita.

Ensino em Santa Catarina, Orestes Guimarães, e a mesma incorporada ao Grupo Escolar que foi inaugurado em maio do mesmo ano.

Exma. Sra. D. Sophia J. Moritz de Carvalho

A bem do ensino e no uso das atribuições que me são conferidas pelo Art. 6º das Disposições Transitórias do regulamento em vigor, recomendo-vos que, a contar do dia 25 do corrente mês. Compareças a este Grupo, cessando, portanto, o funcionamento da vossa escola, por ter sido a mesma anexada ao Grupo escolar “Vidal Ramos”. O material de vossa escola será recolhido a este estabelecimento, para o que deveis fazer uma relação, que antecipadamente me enviareis.

Orestes Guimarães³⁵

Verificou-se que a implantação do Grupo Escolar em Lages trouxe alterações ao cenário da instrução primária. No âmbito do ensino público, a constituição do Grupo provocou a supressão das aulas públicas. No âmbito do ensino privado, criou mecanismos que buscaram distingui-lo dessas iniciativas de ensino, sem, no entanto extingui-las. No espaço das fazendas causou um processo *migratório*, quando as crianças passam a sair desses espaços rurais para o espaço da cidade onde se encontrava o Grupo.

Responsável, por alterar a configuração do ensino primário, o grupo escolar foi também, veículo disseminador de novos hábitos, de novas condutas, de demarcar uma cultura própria da escola..

2.3 A CRIAÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO PARA O ENSINO PRIMÁRIO:O GRUPO ESCOLAR

As ações engendradas pela política republicana buscaram criar no imaginário popular símbolos, alegorias, imagens, discursos e mitos que contribuíssem para afirmar e legitimar a força da nova ordem vigente. De acordo com Carvalho,

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as

³⁵ Ofício n. 422, Museu Thiago de Castro.

aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. (CARVALHO, 1990, p.10)

A sociedade republicana precisava definir uma identidade, ou melhor, precisava construir esta identidade. O processo de reorganização do ensino público foi um dos veículos que possibilitou esta criação. Para isso, foi preciso criar, no imaginário coletivo, a necessidade de uma nova educação.

A manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas. (...) uma nova sociedade, um novo homem (...) não basta mostrar a verdade, é necessário fazer com que o povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo (...) a educação pública significava acima de tudo: **formar as almas**. (Idem, p. 11. Grifo meu).

Em Santa Catarina, no pós-República, os discursos em circulação em prol de uma nova educação, de uma nova organização do ensino público preconizavam novos tempos para a educação no estado, “tempos de educação para todos”. Tempos nos quais era delegada à educação a alavanca para o progresso, a modernização da nação, ou seja, a educação se fez instrumento de progresso e conquista do futuro. Nesse sentido, a elaboração de projetos para as reformas no ensino intentou, primeiramente, ordenar as mentes para uma civilidade a ser alcançada, como sinaliza Carvalho (1990), precisava-se formar a alma do novo cidadão republicano para que este passasse a identificar a República como algo pertencente a ele. Para isto, foram criados, ainda segundo o autor, inúmeros elementos, como: a bandeira, o hino, os heróis, os monumentos, que buscavam criar no imaginário popular uma imagem menos distante deste novo regime e que simbolizariam a afirmação do mesmo.

No contexto da serra catarinense, as intenções de reorganizar os espaços de ensino e de criar uma nova escola, na qual o cidadão republicano devia ser formado, já circulavam antes mesmo de ser autorizada a reforma no ensino público, que só aconteceu em 1910. Em 1909, a imprensa lageana apontava para a necessidade de criar uma escola que instrísse para a compreensão do que significava a nova organização política no Brasil.

Um dos males em que se conturba esta República é o inimaginável descaso dos poderes públicos pelo ensino primário. É preciso desencruçar a consciência popular por uma instrução racional e bem orientada. Remanescendo, o povo intelectualmente no torpido estado em que se acha a República não passará de uma apagada e indecifrável esfinge. Pelo nosso regime, as massas populares impedem a indicação de seus dirigentes. Como podem elas bem escolher se são intelectualmente incapazes de uma preferência fundada e justa. Instruamos o povo em benefício do regime que nos governa. Aperfeiçoemos e desenvolvamos o ensino primário, amoldando-o aos métodos modernos, únicos consentâneos as exigências do espírito humano (*Região Serrana*, 29 de agosto de 1909).

A instrução do povo se tornou parte das preocupações das classes dirigentes no período pós-republicano. As aspirações depositadas na educação, amplamente disseminadas nos discursos que circulavam pelos estados brasileiros, associada à busca pela redefinição da condição da cidadania, apontou a educação como um dos aspectos que interveio na construção de uma nação nos moldes, que preconizava o discurso republicano, uma nação que rumou para a “ordem e o progresso”.

Para formar o novo cidadão republicano, em Santa Catarina, era necessário “fundar um novo tipo de escola, dar a mocidade um professorado cheio de emulação” (RAMOS,1912). Pela perspectiva defendida, o ensino público precisava ser significativamente alterado, uma nova configuração escolar precisava surgir no cenário catarinense reorganizando a instrução e levando-a a atingir os objetivos, que as autoridades políticas sugeriam, nesse momento para a educação, a de se tornar instrumento indispensável ao progresso do estado e conseqüentemente da nação.

Os Grupos Escolares representam nas práticas discursivas, a importância política e social da instrução pública primária associada a essas expectativas de modernização, de progresso e de afirmação do regime republicano. Em Santa Catarina, a implantação desse tipo de escola representou também

o projeto republicano (...) de reinvenção das cidades, as quais deveriam se adequar aos padrões de urbanidade dos grandes centros, ou dos centros que encarnassem de forma mais visível os padrões urbanos de modernidade. Sua localização geográfica oferece indicativos de que estes não atendiam a um conjunto alargado da população, mas serviram como símbolos importantes que demarcaram força política, registraram ação governamental e disseminavam um ideal de escola que prometia o alcance do progresso. (SILVA, In: VIDAL, 2006, p.344-345)

Em 1911, a Lei Municipal n. 267 autoriza a cessão de terreno para a construção do Grupo Escolar em Lages. Segundo Silva (2006), os grupos escolares em Santa Catarina foram “estrategicamente criados em pontos de grande visibilidade social”, em locais que os destacassem no cenário onde estavam sendo implantados. O local ocupado por esta escola em Lages, não fugiu ao apontado por Silva. Construído no centro da cidade, o grupo escolar ocupou o espaço da Praça Padre Antônio, lugar central no espaço citadino. A presença do grupo destacado na figura abaixo, associado ao que afirmava o jornal Região Serrana auxilia na assertiva apresentada por Silva, de que os grupos em Santa Catarina foram elementos simbólicos que buscaram representar a modernidade, a civilidade nos locais onde foram implantados e que sua localização no espaço urbano fazia parte dessa representação.

O alteroso prédio, **dominando** um panorama belíssimo – toda a cidade e seus circuitos – **eleva-se no centro** da antiga Praça Padre Antonio, com dupla fachada majestosa, ao Sul e Norte, ocupando com suas dependências uma área de 4.000 metros quadrados (Região Serrana, 09 de março de 1913, grifos meu)



FIGURA 4 - GRUPO ESCOLAR VIDAL RAMOS, VISTA DO PARQUE JONAS RAMOS.

ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO THIAGO DE CASTRO.

Esse Grupo Escolar era o quarto estabelecimento inaugurado, entre 1911 e 1913, em Santa Catarina. Os jornais destacavam esse grupo como sendo “o maior e mais suntuoso prédio escolar construído no período [ainda] o mais moderno e o melhor aparelhado do Estado com instalações adequadas para as salas de aula, laboratórios de Física e Química, sala de História Natural...” (*Semanário da Região Serrana*, 25 de maio de 1913). Na ocasião da inauguração, Vidal Ramos ressalta em seu discurso “recebam os meus conterrâneos, este moderno estabelecimento, o primeiro de seu gênero no Estado, como uma demonstração do meu reconhecimento pelo muito que lhes devo, da honrosa confiança em toda minha carreira política” (RAMOS, 1913).

Nas palavras de Vidal Ramos, *o primeiro de seu gênero no estado*, parecem indicar que os outros grupos antes inaugurados nos municípios de Joinville, Florianópolis e Laguna, não foram instalados de forma privilegiada como o de Lages. Em termos arquitetônicos, esse prédio foi, como mostra a figura, construído em dois pavimentos, fator que denotava a esta instituição de ensino ocupar um lugar de destaque no cenário urbano.



FIGURA 5 - MOSTRA O GRUPO ESCOLAR EM FASE FINAL DE CONSTRUÇÃO.

FONTE: ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO THIAGO DE CASTRO.

As iniciativas para o desenvolvimento das instituições escolares precisam ser compreendidas dentro do contexto histórico e cultural em que se gestou a organização desse novo tipo de escola no cenário municipal, estadual e federal. Assim, a terceira parte desse trabalho volta-se para a compreensão do grupo escolar em Santa Catarina, enquanto escola da República, criado por essa nova ordem política, com o intuito de justificar o regime que se instaurava e de criar uma nova condição educacional.

Nesse sentido, o propósito volta-se em compreender o momento de organização desse novo tipo de escola em Santa Catarina, e em específico na cidade de Lages, bem como as relações estabelecidas entre os contextos da instrução pública catarinense e de outros estados, em especial o estado paulista.

3 A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO ESCOLAR VIDAL RAMOS EM LAGES EM MEIO À REFORMA DO ENSINO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

Em mensagem ao Congresso Representativo do Estado em 1912, o governador Vidal Ramos referindo-se à realidade do ensino catarinense como sendo “o ensino primário no Estado é o que pode imaginar de mais atrasado (...) circunscrito a fórmula carunchada e gasta do ler, escrever e contar” (RAMOS, 1912, p.28). Essas palavras buscavam justificar as medidas que vinham sendo implementadas no ensino público catarinense que resultou, em algumas regiões de Santa Catarina, na criação de um outro tipo de escola pública primária distinta das formas de escolarização presentes no estado até então..

A Proclamação da República, como consequência da propagação de idéias que já se faziam presentes no cenário brasileiro antes da emergência deste regime³⁶, ao fortalecer o poder dos estados, ratificou a descentralização da instrução pública, já existente no Império, delegando aos estados a incumbência de organizar o ensino.

A Constituição de 1891 determinava que cada unidade da federação deveria ser responsável pelo seu ensino, isto é, cada Estado deveria organizar, estruturar e manter a instrução pública primária e secundária sob um regime livre, democrático e leigo.

De acordo com Nóbrega (2002), na representação discursiva do Império, não houve o estabelecimento de uma relação de identidade entre instrução pública e regime político como buscou estabelecer e mostrar o ideário republicano. Essa nova organização política buscou desenvolver um discurso educacional que procurava identificar

³⁶ Para esta afirmação busca-se subsídio em Roque Spencer Maciel de Barros. O autor aponta para o fato de que a Proclamação da República em 1889, não representa nenhum marco na mudança de mentalidade, segundo Barros, houve a necessidade de um sistema de governo que fosse consentâneo com as idéias que circulava, e que se faziam presentes na sociedade brasileira antes de 1889. Desta forma, a República não cria idéias novas, pelo contrário, as novas idéias que perpassavam a sociedade brasileira é que criam a República.(BARROS, 1986).

o ensino público e suas reformas à constituição e ao fortalecimento da nacionalidade, da cidadania e do ordenamento social, associando-os à eficácia administrativa, ao novo e ao moderno; em oposição ao ineficaz, velho, e retrógrado, representados pelas instituições do regime imperial”. (NÓBREGA, In: SCHEIBE; DAROS, (org.), 2002. p.114/115)

Afinal, se o objetivo era construir uma pátria que rumasse para o progresso e, para que isto se concretizasse seria essencial formar uma nova sociedade, certamente a educação seria um veículo possibilitador deste ideário. Nesse sentido, a educação passa a ser difundida pelo discurso republicano como “signo da instauração da nova ordem, arma para efetuar o Progresso” (CARVALHO, 1989, p. 07).

O estado de Santa Catarina, de acordo com Fiori (1991), adentrava a República com o ensino enraizado em uma precária organização da instrução pública. “Nos primeiros tempos do período republicano, o panorama geral da instrução pública catarinense apresentava-se desolador...” (p.77). Reforçando o discurso da precariedade do ensino catarinense, o jornal *Diário da Tarde*, que circulava no estado vizinho – Paraná aponta acontecer no estado catarinense, “Como acontece na maioria dos Estados brasileiros a instrução pública em Santa Catarina era, até fins do ano de 1911, uma organização imperfeita e que de modo algum satisfazia um fim útil”. (*Diário da Tarde*, 17 de outubro de 1914), um ensino precário que precisava ser reorganizado.

Com o propósito de alterar a estrutura do ensino público, o estado catarinense, entre os anos de 1900 a 1910 passou a buscar, no cenário brasileiro, referências para a reformulação do seu ensino escolar. O estado paulista vinha se destacando no cenário brasileiro, pela iniciativa de reorganização e difusão de um novo modelo de escola. Nesse sentido, a administração pública catarinense inicia um movimento de visitas ao estado paulista com o intuito de entender esse movimento de reorganização do ensino.

Viagens de estudo a esse Estado e empréstimo de técnicos passam a ser rotinas administrativas na hierarquia das providências com que os responsáveis pela Instrução Pública dos outros estados (e também do Distrito Federal) tomam iniciativas de remodelação escolar na primeira República. (CARVALHO, 2003, p. 337-338).

O estado de São Paulo, no cenário nacional, se apresentava como modelo de unidade federativa que foi “capaz de superar tradições culturais arcaicas e de se homogeneizar culturalmente pela modernização que acompanhou a implantação da industrialização e a lógica dominante do mercado” (NUNES, 1994, p. 182). Reforçando, essa posição, Catani aponta para o fato de que o estado de São Paulo se encontrava:

em situação economicamente privilegiada, em função da expansão da cafeicultura e da necessidade de produção e comércio assim gerados, São Paulo pode investir, de imediato, nos primeiros anos da República, na reforma e criação de escolas que até então vinham sendo poucas e ineficientes, mesmo na própria capital. (CATANI, 2003, p. 20-21)

A edição do jornal paranaense *Diário da Tarde*, de 20 de março de 1914 referindo-se a reorganização do ensino público paulista, também chama a atenção para a questão de que as condições financeiras do estado foram favoráveis, à implantação de um moderno sistema de ensino, como sinalizado por Nunes e Catani.

O excerto do jornal paranaense aponta São Paulo como estado precursor da implantação de um novo modelo educacional, mas chama atenção para a questão de que esse mesmo modelo não havia sido criação do estado paulista, e sim compilado do modelo educacional norte americano, porém, adaptado, reorganizado conforme a realidade paulista.

São Paulo **não inventou** a organização que deu ao seu ensino público. **Copiou-o**, - assimilando-o convenientemente, e adaptando-o ao seu meio, - dos Estados Unidos. Nada mais natural, portanto, do que outros Estados do Brasil, ao invés de irem a mesma fonte, o que seria mais difícil, volverem suas vistas para o co-irmão que, por mais recursos financeiros, já pode transplantar para o Brasil o que havia de melhor na instrução do grande povo da América do Norte. Foi o que fizeram Santa Catarina. (*Diário da Tarde*, 20 de março de 1914, PR, grifo meu).

O modelo de escola norte-americana foi introduzido no estado de São Paulo pelos protestantes presbiterianos em 1870³⁷. De acordo com Abreu (2003), a

³⁷ De acordo com BARRA. (2001, p.190). “A escola norte-americana reunia organização do ensino e disposição espacial planejadas. A graduação era a principal distinção entre uma modalidade escolar e outra, efetivada a partir da organização serial de um programa de ensino que se reparte em classes segundo a faixa etária e o desenvolvimento intelectual. A divisão dos alunos em classes por critérios

reforma do ensino público ocorrido nesse estado em 1890, sofreu contribuições do modelo norte-americano de escolas.

A reforma promovida por Caetano de Campos, a partir de 1890, no Estado de São Paulo, inaugura a lógica que dirige a reorganização do sistema público de ensino paulista – instruir e civilizar, presentes em países como Inglaterra, França e Estados Unidos. Um dos eixos que deu visibilidade a esta reforma foi a inserção do método de ensino³⁸, além dos recursos como: material didático específico para este modelo de escola, mobiliário e estrutura física.

A Reforma, no estado paulista, teve início pela Escola Normal da capital, pois entendia-se que era necessário formar primeiro os professores, os *faroes da civilização*³⁹, para depois, dar à população a instrução que os discursos preconizavam. No entanto, essa reforma teve seu primado de visibilidade, traduzida pela criação do grupo escolar, que funcionou como dispositivo que destacou este estado no cenário nacional, para as iniciativas de remodelação, reorganização dos sistemas de ensino em outros estados, dentre eles o catarinense.

Surgidos no estado paulista em 1893, os grupos escolares, de acordo com Souza (1998b), trouxeram mudanças para o ensino e para a sociedade paulista na última década do século XIX. No entanto, apesar de representarem a materialidade de uma proposta para a educação popular, a mesma autora sinaliza para o fato de que a defesa por este tipo de instrução, não era uma originalidade que nascia com a República no Brasil,

de homogeneização permite, portanto a organização serial do ensino. A seriação do ensino implica a seqüenciação dos conteúdos, donde pressupõe a freqüência regular dos alunos. Cada classe reúne um grupo de alunos com faixa etária e desenvolvimento intelectual comum e aos cuidados de um só professor com a função de transmitir uma parte do programa de ensino numa organização escolar guiada pela transmissão simultânea”.

³⁸ O método intuitivo, usado nas escolas americanas seguia a sistemática de lições curtas e adequadas à faixa etária do aluno, alternadas com cantos, marchas, exercícios ginásticos, trabalhos manuais de torno ou de modelagem. Procurava explorar a curiosidade natural da criança e dar-lhe como ambientes de estudo espaços e móveis adequados à sua idade e ao ensino. De acordo com Rosa Fátima de Souza, as escolas norte-americanas iniciam a introdução do método intuitivo a partir de 1860 e que representou uma inovação tecnológica de ordenação escolar na América do Norte. Este método posteriormente foi, também, adotado no contexto brasileiro pós República para representar um momento de renovação na educação.

³⁹ Em discurso proferido aos formandos da Escola Normal, em 1890, Caetano de Campos refere-se aos professores como sendo os faroes da civilização, onde existir a noite – ide fazer o dia. (CAMPOS, 1890. Apud: SOUZA, 1998a p. 61). Certamente, as palavras de Caetano de Campos denotam a idéia de que os novos professores formados pela escola normal levariam luz (instrução) a uma sociedade que necessitava deste elemento para ser civilizada.

ao contrário, ela foi propugnada durante todo o Império e até mesmo na Colônia. Contudo, a inovação republicana foi a articulação orgânica pelas classes dominantes de um ideário liberal democrático em torno da educação popular e a determinação empreendida a fim de implantar, efetivamente, um sistema de ensino popular no país consoante a nova ordem social (BUENO, 1897 Apud: SOUZA, 1998b. p.25).

Esse modelo de escola paulista se tornou referência para a reorganização de sistemas públicos de ensino em alguns estados brasileiros, como Santa Catarina. No entanto, cabe aqui lembrar que a circulação⁴⁰ desse modelo educacional, que vai sendo apropriado conforme a especificidade de cada estado ou região aponta para o fato de que esse mesmo modelo não foi referência unânime para todos os estados da Federação e, quando foi houve resistências⁴¹.

Pode-se sugerir que o estado de Santa Catarina, buscando o estado paulista como referência na reorganização de seu ensino público, começa a gestar as modificações na instrução pública. “Olhar o de lá, para pensar e concretizar o de cá”, esta relação com São Paulo propiciou a educação pública catarinense à organização de uma nova *forma* escolar para o ensino público primário - o Grupo Escolar.

Em 1904, a Lei n. 636 de 12 de setembro já mencionava a possibilidade da construção ou adaptação de instituições de ensino com características de grupo escolar no estado. No entanto, essa iniciativa ficava restrita aos municípios que dispusessem de recursos para implantar esse tipo de escola. Esta mesma lei enfatizava ainda que para a administração dessas escolas deveriam ser contratados um corpo administrativo adequado.

Para a direção do primeiro grupo escolar fundado no estado é facultado ao Governo contratar temporariamente os serviços de um diretor de estabelecimento idêntico da Capital Federal ou Estado de São Paulo, mediante aquiescência e indicação do governo da circunscrição preferida. (SILVA, In: VIDAL, 2006, p.342).

Como já exposto, entre os anos de 1900 a 1910, o estado catarinense deu início a uma série de contatos com o estado paulista. Em 1907, por exemplo, o

⁴⁰ Circulação entendida na perspectiva apresentada por Souza (2000), Op. Cit.

⁴¹ Cabe lembrar a pesquisa de doutoramento de Gizele de Souza, na qual a autora apresenta as resistências criadas pelo estado paranaense quando da implantação dos Grupos Escolares no estado. (SOUZA, 2004).

fragmento da Lei 765 de 17 de setembro do mesmo ano, refere-se às viagens comissionadas pelo estado para estudar o sistema de ensino paulista.

O Governador do Estado poderá cada ano comissionar um professor público que exerça o magistério há dois anos, pelo menos, para em qualquer dos Estados da República, onde a instrução lhe pareça melhor orientada estudar os métodos de ensino e organização que melhor se prestem ao nosso meio (...)
O comissionado terá licença com todos os vencimentos e passagens de ida e volta. (Idem, Ibidem)

Em 1908, o governador Gustavo Richard lê para o Congresso Legislativo uma mensagem na qual chamava a atenção para a necessidade de reformar o ensino catarinense. Sendo que essa reforma, nas palavras do governador como mostrou o excerto abaixo, deveria estar em sintonia com a proposta de difundir uma educação que configurasse uma nova forma de escola no Estado. Uma escola que servisse ao propósito de mostrar a ação do governo em disseminar um ideal de escola que prometia o alcance do progresso, da modernidade, da inovação e da redenção do povo.

a necessidade de reformar a nossa Instrução Pública com um novo programa prático e moderno, ministrado por um pessoal docente bem preparado.
A escola deve ser organizada de conformidade com os métodos racionais adotados nos países mais cultos, é e será o principal fator da civilização de um povo, devendo por esse motivo merecer cuidados especiais e o maior empenho dos poderes públicos. (RICHARD, 2 de agosto de 1908. p.13-14).

A primeira iniciativa em organizar esse tipo de escola em Santa Catarina, ocorreu em Joinville em 1907, quando este município, com o propósito de conferir uma feição “moderna” ao ensino público primário, contrata de São Paulo o professor Orestes Guimarães⁴² formado pela Escola Normal da capital paulista.

A iniciativa em Joinville, de caráter municipal, mas que recebeu subvenção do estado catarinense, só foi possível, segundo Nóbrega (2003), porque em 1906 o governo catarinense estava sob a administração do vice-governador (em exercício) Abdon Batista, representante da elite erva-mateira joinvilense, que solicitou ao

⁴² Para saber mais sobre as negociações entre o estado catarinense e o paulista referente à contratação do professor Orestes Guimarães, ver NÓBREGA. (2000).

governo paulista um educador para dirigir a (re)organização do Colégio Municipal em Joinville. O nome indicado para esse empreendimento foi o do professor normalista Orestes Guimarães⁴³ que permaneceu em Joinville até 1909.

Os resultados apresentados na reorganização no ensino público em Joinville trouxeram esse professor paulista para o cenário da instrução pública catarinense em 1910. Nesse período, Orestes Guimarães foi contratado pelo estado catarinense para desempenhar a função de Inspetor Geral da Instrução Pública e gestar a Reforma no Ensino Público no estado.

A Reforma empreendida na educação catarinense, a partir de 1910, resultou na organização dos grupos escolares no estado. Como já sinalizado, entre os anos de 1911 e 1913, são organizados sete grupos no estado. Vale destacar que o primeiro Grupo, inaugurado em 15 de novembro de 1911, foi o próprio Colégio Municipal de Joinville, que segundo Nóbrega (2000), “passou por uma reforma do prédio para adaptar-se por completo às características de Grupo, recebendo o nome de “Grupo Escolar Conselheiro Mafra”. (p.40-41). Defendia o jornal paranaense *Diário da Tarde*, em 07 de outubro de 1914 ser este “o primeiro monumento que se erguia, iniciador da grande obra”, que se operava em Santa Catarina.

Para o empreendimento de reorganizar o ensino, o Secretário Geral de Santa Catarina, Caetano Vieira da Costa, apresenta em Relatório ao governo a justificativa de que para dar conta da abrangência do propósito de tão acentuado empreendimento no ensino catarinense eram necessários trazer do estado paulista.

os professores (...), Sr. Orestes de Oliveira Guimarães e sua esposa D. Cacilda Rodrigues Guimarães, percebendo o primeiro 500\$000 e a segunda 300\$000 mensaes. Não só a circunstância de ser o grande Estado de São Paulo o que melhor tem, no Brasil, organizado o serviço da instrução pública, como porque já eram conhecidos em Santa Catarina, os méritos profissionais do professor Orestes, que foi o organizador do Colégio Municipal de Joinville, motivou a preferência de seu nome, em solicitação ao Governo do seu Estado, para auxiliar essa grande obra do Governo (COSTA, 1911).

⁴³ Além de Orestes Guimarães foram também contratados, a esposa dele, a professora normalista Cacilda Guimarães, bem como mais alguns professores normalistas paulistas, que tinham como missão lançar “focos de luz (...) ao caos da instrução pública catarinense”(TEIVE. 2003, p. 224).

Com a contratação daquele que seria o “semeador do novo”⁴⁴ na educação catarinense, os relatórios de governo e a imprensa catarinense passam a defender que essa iniciativa de reorganização do ensino público seria levada a efeito sob os auspícios dos modernos processos pedagógicos. Esses métodos são identificados como sendo os procedimentos pedagógicos considerados científicos, tendo como base a observação e a exploração da percepção dos órgãos dos sentidos, como concebiam Pestalozzi e Froebel, por intermédio do chamado método intuitivo ou lição de coisas e que de acordo com Carvalho (2003) teria sido a peça central na institucionalização do sistema de educação pública modelar em São Paulo.

A Lei n. 846, de 11 de outubro de 1910, determinava que a instrução pública do estado de Santa Catarina devia estar organizada da seguinte forma:

- I – Escolas ambulantes;
- II – Escolas isoladas;
- III – Grupos escolares;
- IV – Escola Normal.

As três primeiras destinadas ao ensino primário e a última a formação de professores. A preocupação com a formação de professores em Santa Catarina, como já sinalizado, foi um dos eixos dessa Reforma, que semelhante ao que ocorreu na reforma do ensino paulista⁴⁵, também privilegiou, num primeiro momento, a reorganização da Escola Normal da capital. Afinal, devia ser garantida “a qualidade da formação dos professores, que eram os portadores da difusão da nova visão de mundo calcada no racionalismo, no cientificismo, no positivismo”. (NOBREGA, In: DALLABRIDA, 2003, p. 256).

Esse ideário criado em torno da função docente, enquanto disseminadores de instrução e conseqüentemente de civilização, faziam-se presentes nos discursos de formatura das escolas normais e das escolas complementares, imprimindo uma forte marca a esta função docente. A exemplo apresenta-se um excerto do discurso

⁴⁴ A perspectiva em apresentar o professor Orestes Guimarães, como o *semeador do novo* no ensino público catarinense é abordada por TEIVE, 2003 In: DALLABRIDA, (2003). “Orestes representava o novo, o moderno, na época representado pelos ideais de progresso e de civilização” (p.223).

⁴⁵ São Paulo a partir de 1890, sob a direção de Caetano de Campos, desenvolveu sua reforma dentro dos modelos pedagógicos considerados modernos, iniciando-a pela reorganização da Escola Normal na capital paulista, seguida pela reorganização espacial, administrativa, programática e pedagógica no ensino primário.

proferido pela aluna complementarista⁴⁶, Maria Schleider, oradora da turma formada em dezembro de 1921.

a escola é o grande templo do trabalho, onde o mestre, verdadeiro sacerdote, prepara na mocidade estudiosa o futuro da Pátria mãe, pois, a escola: aí obtereis não somente o esclarecimento de vossa inteligência, mas ainda o espírito de ordem, de disciplina, de estímulo e solidariedade, indispensáveis ao convívio social.

É desse templo que saímos para iniciarmos nova jornada, sentindo à saudade do tempo em que recebendo os vossos ensinamentos e a influencia benéfica dos vossos exemplos de amor ao estudo e ao trabalho, freqüentamos o Grupo Escolar, mas ao mesmo tempo **cheios de uma viva esperança de podermos colaborar na grandiosa obra da difusão do ensino, que vem constituindo a aspiração máxima do governo benemérito de Santa Catharina.** (*O Planalto*, 24 de dezembro de 1921, Grifo meu).

Segundo a Legislação, o Grupo escolar, novo tipo de escola que se estabelecia em Santa Catarina, apoiava-se como já exposto na introdução deste estudo, em exigências como: prédio escolar, mobília, material escolar, livro didático, disciplina e programa. A disposição adequada desses recursos intentava garantir uma escola primária eficaz e de qualidade. Uma escola que se diferenciaria, ao menos no discurso, daquela que se apresentava até então no estado. Uma escola que formava o sujeito que recebia esta nova instrução, um sujeito que absorvia e reproduzia o ideário republicano. Tratava-se como apontado por Carvalho (1990, p.10), “de uma batalha em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos”. Necessitava-se, então, ainda de acordo com o mesmo autor, criar, construir o aluno dessa nova ordem vigente, afinal “O extravasamento das visões de República para o mundo extra-elite, ou as tentativas de operar tal extravasamento, (...) não poderiam ser feito por meio do discurso, inacessível a um público com baixo nível de educação formal ” (Idem. Ibidem. p.10), precisava-se formar as almas.

Dessa forma, o ensino elementar primário passou a ser objeto da reforma implementada na primeira década do século XX, que resultou na organização dos Grupos Escolares no estado de Santa Catarina. Sete grupos são implantados no

⁴⁶Junto ao Grupo Escolar Vidal Ramos, funcionou a Escola Complementar. As escolas complementares tinham a função de proporcionar uma formação que antecedia a Escola Normal. De acordo com o Regimento das Escolas Complementares, estas seriam estabelecimentos destinados a facilitar a habilitação de candidatos ao professorado e, bem assim, desenvolver o ensino dos alunos que tenham terminado o curso dos grupos escolares. Decreto n. 604 de 11 de julho de 1911.

estado, seguindo a lógica da inauguração desses edifícios como mostra o quadro a seguir.

NOME DA INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	INAUGURAÇÃO
Grupo Escolar Conselheiro Mafra	Joinville (reformado)	15.11.1911
Grupo Escolar Jeronymo Coelho	Laguna	10.12.1912
Grupo Escolar Lauro Muller	Florianópolis	24.12.1912
Grupo Escolar Vidal Ramos	Lages	20.05. 1913
Grupo Escolar Silveira de Souza	Florianópolis	28.09.1913
Grupo Escolar Victor Meirelles	Itajaí	04.12.1913
Grupo Escolar Luiz Delfino	Blumenau	30.12.1913

QUADRO 6 - GRUPOS ESCOLARES INAUGURADOS NAS REGIÕES CATARINENSES ENTRE 1911 E 1913

Fonte: (NOBREGA. 2000, p.41)

O Grupo Escolar em Lages foi o quarto estabelecimento proposto pela Reforma do ensino em Santa Catarina. Nessa região, a construção do grupo causou alterações nas formas de escolarização existentes, pois suprimiu as aulas públicas, organizando-as em um só estabelecimento e apresentando-se como um novo recurso ao ensino primário.

Em 1913, quando da inauguração do grupo escolar em Lages, o discurso do Inspetor Geral da Instrução Pública catarinense, Orestes Guimarães, deixa entrever a concepção subjacente à implantação dessas escolas no estado catarinense apresentando a defesa da instrução pública como estratégia fundamental de incorporação da população à vida nacional.

Durante o breve tempo que decorreu da abertura deste grupo a esta data, enfrentando os trabalhos de instalação pedagógica contemporaneamente com os (...) da organização didática e os modestos festejos adequados a este ato...

Neste momento em que o movimento pedagógico ou melhor, pedológico, absorve a atenção dos pedagogistas, educacionais, higienistas, pensadores e dos governos do velho e do novo mundo, a mim sempre se me afigurou impossível de uma só ocasião, de um só fato, salientar a benemerência do serviço que V. Exa. vai prestando ao seu estado, ou melhor a sua Pátria!

Esse movimento, a base moderna da Ciência educativa, iniciada por Tudmann, alastrou-se de um modo extraordinariamente feliz,

dominando a consciência, como disse, de todos os cientistas, homens de letras até chegar às camadas governamentais os dirigentes.

Para que muito de passagem se ajuíze desse movimento, direi, com Farias de Vasconcellos:

Na INGLATERRA, Sully, funda a Associação para o estudo da criança e o Dr. Wagner estuda aluno por aluno das escolas de Londres.

Na FRANÇA, os trabalhos de Taine Egger Perez, Comparê, Queyrat, mas, sobretudo Binet estabelece em nova orientação no ensino.

Na ALEMANHA, Groos, Stern fazem o estudo, da pedagogia experimental relativamente à fadiga, à memória, à associação e à atenção, seguindo-se os trabalhos não menos importantes sobre os mesmos assuntos, pelos grandes mestres da pedagogia, Kensies, (...) e centenas de outros.

Na BÉLGICA, Schuyten, Ley, Deeroty Demmor fundaram laboratórios anexos às escolas comunais, sociedades pedagógicas e pedotecnicas enquanto que nas Escolas Normais de Mors e Charleroi são inaugurados cursos de pedagogia, que passam a ser chefiados por mademoiselle Loteyko celebre pelos seus trabalhos sobre a fadiga.

Na ITÁLIA – é Mosso que estuda a psicologia do medo; Marro os fenômenos da puberdade; Sergi, Badaloni, De Sanetis, De Ferrari revolucionaram a ciência educativa, e na Escola Normal de Milão é fundado um instituto de pedagogia experimental, bem como em Roma.

Na ÁUSTRIA, Ranchburg orienta o movimento educativo sobre as bases inteiramente modernas.

Na RÚSSIA, Netcheff e Likoski o 1º em Kiem e o 2º em São Petersburgo revolucionaram a pedagogia russa.

Na SUÍÇA, Claparede, Combo, e outros, mas sobretudo o Iº fundamentam novas bases para o ensino.

Na ARGENTINA, Sennèt e Mercante são os primeiros na América do Sul acompanham esse movimento de benéfico progresso.

PORTUGAL, vendo, cansado, com Escolas Normais atrasadíssimas ainda assim produz dois vultos que saltam fora da rotina e espalham feixes luminosos sobre a arte de ensinar, sobre a criança e o seu ser – os drs. Costa Sacodero e Mascarenhas de Mello.

Mas, foi sobretudo na América do Norte que floresceu a nova fase para o ensino público.

Lá não há Escola Normal entre as centenas dessas Escolas que não possuem os seus gabinetes, laboratórios etc., etc. para estudo de tudo que se relaciona com o conhecimento científico da criança.

Stanley Itall, Baldevin, Earl Bearns multiplicaram os meios de alargar os conhecimentos do professorado americano, que passa desde então a estudos sob novas bases – os seguintes fenômenos: relação entre a evolução intelectual, programas e horários; a memória; a imaginação; o interesse; a associação de idéias; a atenção; a abstração; generalização; a receptividade mental e a (...); formação do caráter, da personalidade, da vontade, bem como as condições, meios e tipos destas funções.

Começou em 1893, por São Paulo, que recebeu a missão pedagógica Norte-Americana, graças aos esforços de Bernardino de Campos e Cesário Motta.

Mas, em que consistiu esse movimento, essa reforma de ensino que importada de uma das Américas se vai alastrando pela terra do Cruzeiro?

Essa reforma consistiu sobretudo, no aparecimento de **um novo tipo de escola – os grupos escolares** – estabelecimentos cujas

vantagens são a divisão do trabalho, conseqüência de seriação do ensino; a emulação do pessoal, conseqüência do trabalho em conjunto, sob uma direção uniforme e fiscalização por parte das autoridades escolares.

Afim de evitar errôneas suposições, oriundos da ignorância, apressamo-nos em noticiar que o ensino aos analfabetos, no grupo escolar, e feito pelo método analítico, segundo o qual nos primeiros meses não são usados livros.

As primeiras lições, por um processo todo especial, são dadas nos quadros negros, seguindo-se o uso imediato da cartilha analítica de Arnaldo Barreto.

Enquanto que pelos métodos antigos e muito usados em todas as escolas que não receberam o impulso da nova reforma da instrução, a porcentagem de promoção nunca foi superior a 12% (por cento), nos grupos escolares de Joinvile e Florianópolis essa promoção foi superior a 60% (por cento), sendo para considerar que, nos 1^{os} anos, onde desde o início da aprendizagem a criança é submetida ao método analítico, essa porcentagem atingiu em algumas classes 87% (por cento).

Podem os senhores pais e interessados ficar tranqüilos que os mesmos resultados serão obtidos no nosso grupo escolar, cujos métodos empregados, com o ser eficazes, ainda são econômicos, pois que lhes poupa a despesa com aquisição de livros, a não ser o de leitura exclusivamente, de meado do 1^o ano em diante.

O Sr. Diretor nos afirmou que dos 101 alunos analfabetos matriculados nos 1^{os} anos de ambas as secções, pelo menos 75 passarão no fim do ano para o 2^o, lendo, escrevendo, com começo de conhecimento das quatro operações, princípios de linguagem oral e escrita, elementos de geografia do Estado e do Brasil e de ciências naturais, tudo dosado à idade infantil.

Ainda é cedo, pois, para antecipar juízos temerários.

(A *Notícia*, ano II, n.16 de 05 de junho de 1913, grifos meus).

O primeiro argumento apresentado está em consonância com a iniciativa do governo catarinense em contribuir com o projeto republicano de instruir e civilizar. O segundo, assinala o conhecimento e apropriação feita pelo inspetor em relação às experiências pedagógicas em circulação fora do país, demonstrando a sua familiarização com os avanços pedagógicos divulgados desde o século XIX, bem como buscava justificar a eficácia desses modelos no intento de civilizar a criança, que passava a ser personagem central nesse discurso.

Seguindo a argumentação de Orestes Guimarães se percebe a menção que este faz ao modelo de escola norte americano como modelo de circulação pedagógica apropriado à educação brasileira e catarinense.

O Inspetor do ensino catarinense chama a atenção também, para as vantagens pedagógicas e econômicas implantadas por este tipo de escola, os grupos escolares. Evidenciou ainda, dados da promoção escolar nos grupos já em

atividade no estado catarinense. Enfim, a retórica apresentada pelo Inspetor da Instrução Pública, simbolizam e reforçam a crença no poder redentor da educação e pressupõe a confiança na educação como elemento (con)formador dos indivíduos. Esta retórica se fazia presente, também, no conteúdo da imprensa na época, referindo-se ao grupo escolar em Lages, a imprensa apontava que

o grupo escolar vem marcar, na história de Lages, um real acontecimento para a educação da nossa infância, pois tendo as aulas começado a funcionar regularmente a 02 de maio, já se observava tão satisfatório resultado em dezoito dias apenas. (*Região Serrana*, 25 de maio de 1913).

A campanha de enaltecimento dos frutíferos resultados desse projeto educativo compreendido pelas autoridades catarinenses à época, como promissora, produz uma avaliação precoce e discutível, a de que o grupo em menos de 18 dias da sua inauguração, já demonstrava resultados satisfatórios.

3.1 ESPAÇO, TEMPO E ATIVIDADES NA PROPOSTA DOS GRUPOS ESCOLARES EM SANTA CATARINA

No plano arquitetônico, o edifício, construído em Lages para abrigar o Grupo Escolar estava em consonância com o que vinha sendo difundido pela proposta republicana de mostrar a escola. Os edifícios deviam traduzir, na monumental arquitetura de seus prédios, “seus objetivos de projeção e divulgação dos novos tempos e dos rumos que se pretendia imprimir a educação pública.”(WOLFF, Apud: CARVALHO, 2003, p.70).

Os edifícios construídos para abrigar os Grupos Escolares em Santa Catarina, não ficaram distantes do projeto político atribuído à educação popular, que permearam as intenções paulistas no final do século XIX. A escola em Santa Catarina irá seguir uma retórica semelhante na construção e na finalidade desse tipo de escola, devendo, também “convencer, educar, dar-se a ver!”. (SOUZA, 1998a, p.123). Isto é, para além de uma nova proposta pedagógica, os grupos escolares seguiam também uma sistematização arquitetônica que intentava mostrar a distinção entre aquilo que se preconizava como novo e o velho em educação.

As determinações do Regimento dos Grupos Escolares instituíam a divisão do espaço escolar. Os grupos catarinenses deviam ser divididos em duas alas: uma seção que atendesse as meninas, sendo que, de acordo com Regimento, já citado, as classes de meninas só poderiam ser regidas por professoras, e outra seção que atendesse os meninos, a classe de meninos era regida por professores podendo as classes de 1º ano e 2º ano serem regidas por professoras. Esta separação de sexos cumpria a prescrição legal de que meninos e meninas deviam ser educados separadamente. A separação dos sexos dentro do Grupo Escolar resultou em entradas independentes para as seções, os pátios internos também eram separados: um para os meninos e outro para as meninas.

Mesmo que tenha se apresentado como referência na educação catarinense e que tenha modificado significativamente a organização no ensino, esse tipo de escola pública buscou não alterar, ao menos nos primeiros anos, os padrões morais predominantes na sociedade brasileira. De acordo com Souza (1998a), a implantação dos grupos escolares, no estado paulista, reafirmou o princípio da igualdade entre os sexos ao estabelecer igual número de classes para meninos e meninas. No entanto, impediu a promiscuidade dos sexos. Esta concepção de separação dos sexos, também esteve presente nos grupos catarinenses.

No Grupo Escolar em Lages, a entrada para este estabelecimento se fazia por dois largos portões “o do norte destinado a seção masculina, no primeiro pavimento, o do sul destinado a seção feminina, no segundo pavimento” (*Região Serrana*, 13 de abril de 1913). Assim, as duas seções ficavam separadas. Esta construção apresentava, ao lado do edifício, dois pátios iguais e distintos, destinados ao recreio dos alunos e alunas.

Apesar da prescrição na separação dos sexos no espaço escolar, existiam no estado escolas mistas, classes freqüentadas por meninos e meninas conjuntamente. Contudo, a decorrência da existência destas escolas justificava-se pela necessidade de uma racionalização dos recursos, ou como uma solução para a escolarização de crianças em localidades onde não havia número suficiente de alunos do mesmo sexo para formar uma escola.

O Regimento Interno dos grupos escolares em Santa Catarina prescrevia que cada instituição desta deveria organizar-se “em 8 salões, sendo quatro para a seção masculina e quatro para a seção feminina”. Esta prescrição não se constituía em uma regra, pois no grupo escolar em Lages foram construídas 12 salas de aula, seis

para cada seção. Estas salas deveriam constituir-se em amplos salões, que abrigavam os quatro anos de cada seção. Esses salões deviam ser ventilados, medindo, no mínimo, 9m x 7m x 5m, devendo ser também observado para a construção do edifício, a sua localização. Construídos em pontos estratégicos de visibilidade, a localização dos grupos deveria atender as condições indispensáveis de ar puro e saudável, devia proporcionar a projeção da luz, “de modo que os alunos recebam-na principalmente do alto e do lado esquerdo”.

O prédio construído para abrigar o Grupo Escolar em Lages cobria

uma superfície de 585 metros quadrados com 45 metros (...) de frente e 13 ditos de fundo, a altura é também de 13 metros, dividida em 2 pavimentos principais, o que perfaz numa área total de 1.175 metros quadrados. A parte térrea é formada por um vasto porão cuja altura máxima é de três metros, assentado sobre ele os dois mencionados pavimentos (*Região Serrana*, 9 de março de 1913).

Cada um destes pavimentos,

em tudo [eram] iguais, eram divididos em quatro salões de 72 metros quadrados cada um para as aulas, além do corredor, de duas peças para guarda-roupa e (...) do saguão de acesso (...). Ao longo dos corredores encontravam-se lavatórios servidos de água encanada” (ibidem).

O serviço das privadas também está distribuído com a mesma igualdade, e seguindo as melhores condições higiênicas recomendadas. O abastecimento de água, em geral, era feito em todo o prédio com abundância por bombas de pressão e caixa de depósito, conforme as necessidades do serviço escolar, havendo também um profundo poço para descarga geral, feito pelo sistema adotado nos grupos em São Paulo. Grades metálicas fecham todo o perímetro em nível razoável de altura do nível das ruas. Externamente, em toda a volta dos gradis estão construídos passeios de pedra lage e cimento e também em torno do edifício.

Além dos amplos salões destinados aos alunos, os grupos escolares catarinenses previam a organização de espaços diferenciados que atendessem às novas necessidades administrativo-pedagógicas. Espaços como: “um gabinete para o museu escolar; um gabinete para o diretor; um cômodo para a portaria; um galpão de abrigo para cada “seção”; em cada um deviam ser instaladas privadas

higiênicas, lavatórios e mictório no da “secção” masculina; pátios arborizados para os recreios de cada seção.” (SILVA, In: VIDAL, 2006, p.353).

A descrição arquitetônica do grupo escolar em Lages, erigida sob o discurso de se constituir enquanto local adequado para o ensino e organizado em espaços próprios, sob o ideário de se destacar e se contrapor às outras iniciativas de escolarização existentes no meio urbano. E que atendia, ainda aos preceitos pedagógicos vigentes, criavam a imagem de uma “sólida construção tão sólida quanto imponente e elegante (...) [e davam] ao edifício as maiores garantias de segurança interna e externa” (*Região Serrana*, 9 de março de 1913).

No entanto, essa imagem *sólida e segura* do grupo escolar, começa há ser desconstruída, quando três anos após a sua inauguração, os jornais locais começam a chamar atenção para a falta de manutenção na estrutura física do grupo e para o descaso dos poderes público em resolver tais problemas. É importante destacar que, esse mesmo órgão da imprensa lageana, que neste momento tece críticas às condições do espaço físico do grupo em Lages, já fora portador das idéias em prol da implantação desta instituição de ensino em Lages.

Sabemos que chove em diversos pontos do edifício do Grupo Escolar “Vidal Ramos” devido ao fato de terem arreventado as soldas dos canos que recebem as águas do telhado. É evidente que se não forem feitos com urgência, os reparos indispensáveis o belo edifício será enormemente prejudicado e muito maiores serão as despesas que o governo terá de fazer. Estamos porém, certos de que o honrado governo do estado, que com tanta solicitude cuida da instrução popular voltará suas vistas para o assunto, antes que o mal aumente. (*O Lageano*, 27 de abril de 1916).

Porém, enganam-se os que pensam que esta nota alertando sobre as más condições do telhado do Grupo Escolar seria resolvida de imediato pelo poder estadual. Dois anos depois, em 1918 o jornal *O Lageano* apresentava o mesmo tipo de denuncia sobre as condições físicas do grupo escolar, a fonte declara que nenhuma medida foi tomada em relação ao telhado desta instituição, pelo contrário, o teor contido no excerto, dá indícios de que este problema foi agravando-se cada vez mais. Ainda, chamava a atenção para o perigo ao qual as crianças estariam expostas.

É de causar admiração o que se está observando há muitos meses no edifício do Grupo Escolar desta cidade.

Durante um ano inteiro, ou mais, choveu por todos os cantos do belo edifício. Causava dó ver as paredes todas úmidas e sujas cada vez que caía uma chuva.

Ou fosse pelo mau funcionamento das calhas e canos ou pela defeituosa construção do telhado, o certo é que durante muitos meses choveu como na rua, dentro do edifício.

Começou então o movimento da papelada: reclamação vai, reclamação vem, orçamento vai, orçamento vem, até que depois do mal feito, isto é, de podre o madeiramento da armação, se mandou concertar as calhas e o telhado. Sucedeu porém o que todo mundo previa: o madeiramento podre começou a ceder, o telhado a abater em um ponto.

Novo movimento de papelada, telegramas, relatórios, orçamentos, etc.etc.

Botaram abaixo uma parte da platibanda e colocaram uns andaimes pelas janelas, que lá estão a espera que o vento os bote abaixo, com danos do prédio e talvez da vida de alguém. O engenheiro Kummel está fazendo cálculos e planos e nisto ficaremos por muitos meses.

Certos de que cumprimos o nosso dever, clamamos a atenção das autoridades competentes para o caso que é, sem dúvida, digno de ponderação porque ali se reúnem diariamente 400 crianças. (O *Lageano*, 13 de abril de 1918).

Nos grupos escolares em Santa Catarina “as carteiras escolares devem ser de tipos reconhecidamente aprovados pela higiene escolar” (Decreto n. 795). Devendo estar dispostas nas classes, em número suficiente à quantidade de alunos, que segundo o regimento podiam funcionar com no máximo 50 e no mínimo 16 alunos. Esse item que compunha o mobiliário dos grupos escolares teria sido, segundo Souza (1998a, p. 139), “o mais importante móvel escolar”, constituindo-se em um dispositivo ao disciplinamento dos corpos ao proporcionar a individualização do aluno, isto é, a carteira individual, isolava o aluno em seu espaço⁴⁷ evitando o contato, a brincadeira, a distração perniciosa, garantindo a disciplina a moral e o asseio. No entanto, esse item escolar podia ser alvo de expressões de *resistência* dos alunos, como o que ocorreu no grupo escolar em Lages.

Por falar em carteira, cá pra nós dois ...a canivete, somente uma vez, escrevi meu nome numa delas; foi o que bastou para a dona Alice Macedo decretar aquela coisa pavorosa “ - Vá para o gabinete se apresentar ao diretor!”. O mundo desabava, a gaiatice transformava-se em palidez tumular mudando numa fração de segundos a minha própria razão de viver. Fiquei com os beiços brancos. O possível golpe era a gente ficar para a fora da porta, mas num lugar em que seu

⁴⁷ Cf. SILVA. (In: VIDAL, 2006, p.353), nos grupos escolares em Santa Catarina “As salas de aula deveriam ser construídas de forma a assegurar a cada aluno uma área de mais ou menos 1,40 m de superfície e 6 a 7 m³ de ar por hora”.

Egídio, olhando do gabinete não visse mais um gaiato no corredor. Quando havia muita amarração no corredor, seu Egídio vinha vindo com aquele caminhar rápido e a gente, apavorado ia montando rapidamente fisionomia angelical para responder a velha pergunta “- O que é que estas fazendo no corredor?”. “- Eu?... nada!”. Então com um bellissimo pescoção, rumo ao gabinete, ficando em pé no mínimo duas horas. Mas, nestas alturas sentíamos a alma lavada, pois a pior hora já havia passado. (*Correio Lageano*, 26 de agosto 1976)⁴⁸.

Pela descrição na fonte percebe-se o temor às punições disciplinares aplicadas pelo diretor. No entanto, ficava evidente, a partir do exposto que os alunos criavam táticas para burlarem essas punições. Como no caso, desse aluno do grupo que criava meios para não ser visto pelo diretor, evitando em sofrer uma punição mais rígida.

O Regimento Interno dos Grupos Escolares em Santa Catarina determinava que a disciplina, em todos os assuntos da vida escolar, devia ser mais preventiva do que repressiva, “para o que os professores e os diretores explicarão aos alunos os inconvenientes de suas faltas”, devendo despertar no aluno o sentimento de honra, a idéia do dever, o estímulo antes de usarem das punições. Todavia, se uma vez prometida a punição, esta deveria ser aplicada. As punições prescritas pelo Regimento dos grupos escolares. O uso de castigos físicos era expressamente proibido nos grupos escolares catarinenses (§ 2º do Art. 136).

Outro item que compôs o mobiliário dos grupos escolares catarinenses foram os quadros-negros⁴⁹. O Regimento em Santa Catarina determinava o uso de “dois quadros negros parietaes, sendo um deles (o do lado) para exercícios e o outro (o do fundo da aula) para o lançamento das notas semanais de aplicação e comportamento” (Decreto n. 795). Quanto a esta última finalidade do quadro negro, o ex-aluno do grupo em Lages Danilo Thiago de Castro, já citado neste trabalho escreve:

professora do 1º ano (...) a dona Carlota de Aquino Nicoleli (...) às 13h30, direcionando seus passos rumo ao quadro negro, abria a lista “alunos presos depois da aula” com o eterno Danilo Thiago de Castro, seguido de uma plêiade; este conjunto nunca conseguiu fazer parte do outro quadro negro com o pomposo nome de – “Quadro de honra”, quadro só de peixinhos. (*Correio Lageano*, 26 de agosto de 1976).

⁴⁸ Em 1976, Danilo Thiago de Castro que havia sido aluno do Grupo Escolar em Lages em 1926, publica alguns fragmentos de sua passagem por esta instituição de ensino no jornal de circulação local *Correio Lageano*.

⁴⁹ Para maior aprofundamento sobre item que compunha o mobiliário escolar ver BARRA, V. M. da. 2001. (Dissertação de Mestrado).

A prescrição do uso do quadro negro no grupo escolar em Lages marcou o vínculo entre método e material escolar, redefinindo a disposição espacial da aula, do mobiliário escolar. Nesse sentido, a introdução desse objeto escolar, redefine, não só o ensino, mas também, a maneira de organizar a sala de aula determinando uma nova forma escolar.

Como nos Grupos Escolares em São Paulo, no estado catarinense o ensino devia ser “todo (...) intuitivo, aulas curtas, não excedendo de 20 a 30 minutos, intercalados de cantos patrióticos, marchas e exercícios físicos, de respiração, etc.” divulgava o jornal paranaense *Diário da Tarde* em 08 de outubro de 1914. O método intuitivo ou lição de coisas estava associado ao moderno na pedagogia e foi o elemento central na Reforma do Ensino em São Paulo. Esse método partia do simples para o complexo, do concreto para o abstrato, do particular para o geral, da síntese para a análise. A proposta de implementação do método para a perspectiva de determinadas autoridades catarinense era uma reação ao ensino mútuo⁵⁰, método adotado pelas escolas no Brasil no século XIX, que reunia em uma mesma sala alunos com idades e níveis diferentes de escolarização. Essa defesa transparece na fala do Governador Vidal Ramos quando denomina o método mútuo como “processos arcaicos considerados imprestáveis”. (RAMOS. 1912).

O método intuitivo prescrevia a seriação e a uniformização dos conteúdos, organizava o tempo escolar, distribuindo gradualmente os conteúdos nos quatro anos que compunham o curso primário e possibilitava “o desenvolvimento gradual do ensino, de série para série, de ano para ano, como uma marcha natural, não interrompida” (*Diário da Tarde*, 07 de outubro de 1914).

O jornal paranaense sinaliza que as propostas desse método sofreram “a princípio, forte repulsa por parte dos pedagogistas e professores” (Ibidem), isto é, o caráter inovador desse método sofreu críticas de parte dos professores dos grupos escolares, que foram resistentes às novas mudanças que lhes eram impostas pelas autoridades de ensino.

A mesma fonte que apresentou esta resistência ao método de ensino, logo em seguida apresenta a seguinte menção: “hoje ele vai triunfando. É preciso, porém ser bem aplicado. Requer muito esforço e muita penetração por parte do professor. Entretanto, é o caminho mais racional para o ensino, aquele que conduz o aluno

⁵⁰ Também chamado de método Lancaster.

sem esses tantos vícios que muito o prejudicam”. (*Diário da Tarde*, 07 de outubro de 1914). Assim, a escola primária em Santa Catarina, organizada sob os “métodos (...) racionais adotados nos países mais cultos” se tornou o “principal fator da civilização de um povo” (RICHARD. 1912, p.14), no caso, o povo catarinense.

Outra característica apresentada pelos Grupos Escolares foi a organização do tempo escolar. O Regimento dos Grupos Escolares estabelecia a flexibilidade⁵¹ do horário das atividades conforme a localidade da instituição. Estabelecia, também, a duração das atividades: “nenhuma aula poderá exceder de 40 minutos, no máximo e nem ser menor de 15 minutos, salvo as aulas de recreação ou de entretenimento, marchas, cantos, exercícios calistênicos, as quais não deveriam exceder a 10 minutos”, segundo determinava o Regulamento.

O início do ano letivo acontecia em 1º de março e terminava em 31 de dezembro, o regimento especificava que aos domingos não havia aulas e determinava que em algumas datas como: 24 de fevereiro; 21 de abril; 1, 3 e 13 de maio; 11 de junho; 14 de julho; 7 de setembro; 12 de outubro; 2, 15 e 17 de novembro; 24,25 e 26 de dezembro; nos dias de Carnaval; na quinta, na sexta e no Sábado da Semana Santa e nos meses de janeiro e fevereiro não haveria atividades nos Grupos.

Quanto à organização do horário nos grupos em Santa Catarina, o jornal paranaense *Diário da Tarde* de 07 de outubro de 1914, escreveu que: “Em virtude da boa organização do horário, da distribuição do tempo de aula, o ensino não se torna pesado. As crianças procuram a escola e passam com satisfação as horas de trabalho.” Para o primeiro ano do curso primário, as aulas de recreação ou de entretenimento deviam ser de 10 minutos, uma no 1º período e a outra no 2º, de modo que as horas de trabalho dos primeiros anos, sejam de apenas 4 horas (10 minutos – entrada, canto e chamada, 20 minutos de recreação geral).

O esforço empreendido em visualizar o tempo e o espaço escolar, no plano da prescrição, nos grupos escolares catarinenses que conduziram a análise neste capítulo buscou perceber esses elementos como conformadores de uma cultura escolar entendida como sugere Viñao Frago. Na perspectiva desse autor, o espaço escolar diz respeito à natureza da escola como lugar próprio e o tempo escolar como algo que se revela no interior dos acontecimentos da escola. Tempo e espaço não

⁵¹ Art. 33 – As horas para o início dos trabalhos de cada grupo escolar serão determinadas pelos horários locais.

são entendidos como algo neutro, mas sim como elementos que produzem modos de pensar e agir. Esses modos de pensar e agir foram se estendendo do universo da escola para o universo da sociedade produzindo modificações numa cultura mais ampla.

Nesse sentido, a historiografia da educação brasileira vem demarcando possibilidades em produzir um mapeamento cultural da escola, inventariando as práticas escolares, os fazeres ordinários, os sujeitos escolares e as formas de apropriação produzidas pelos sujeitos escolares no cotidiano da escola.

Assim, no próximo capítulo, o olhar se fecha sobre os sujeitos que compunham esse novo cenário do ensino público primário em Lages. No qual, se percebê-los a partir dos aspectos propostos por esta escola. Aspectos como: as festas escolares, as comemorações, os exames escolares, aspectos estes que demarcaram uma nova cultura escolar no espaço da instrução pública primária.

4 A COMPOSIÇÃO DO GRUPO ESCOLAR VIDAL RAMOS: SUJEITOS, PRÁTICAS E RITOS

4.1 AS CRIANÇAS E OS PROFESSORES DO GRUPO ESCOLAR

Em abril de 1913, o *Jornal Região Serrana* em relação à implantação do Grupo Escolar em Lages, anunciava que

a maior vantagem, (...) para a (...) população, é que é uma escola destinada aos **pobres**, para **aqueles que não podem freqüentar os colégios das grandes cidades**, e ao mesmo tempo também para **os que, mesmo dispondo de grandes recursos pecuniários**, não querem mandar seus filhos para longe, sujeitando-os aos grandes inconvenientes, defeitos e vícios dos internatos. (*Região Serrana*, 13 de abril de 1913, grifos meus).

A partir dessa fonte se pode pensar na de clientela que freqüentava esse tipo de escola em Lages. Lembrando que um dos eixos que moveu o discurso da Reforma no Ensino Público catarinense era a possibilidade de se estar ampliando o acesso a todas as camadas da sociedade, visando amenizar as desigualdades sociais. No discurso de inauguração do grupo em Lages, o governador do estado explicitava essa idéia quando apontava que esta instituição seria freqüentada pelas diferentes camadas sociais.

Poderão talvez os **pobres**, os desprotegidos da fortuna, aqueles que mais precisam de amparo dos poderes públicos, dizer que aos seus filhos, não é lícito entrar neste **palácio**. Puro engano, se assim pensam, porque estes pavimentos foram feitos para serem pisados, tanto pelo **calçado do rico**, como pelo **pé descalço do pobre**. Aqui todos são iguais, perante o mestre; aqui todos têm o mesmo direito, porque se os ornamentos deste edifício foram feitos com o ouro dos ricos, as paredes que o sustentam, foram argamassados com o suor dos pobres. Não consentireis por certo, que as suas portas cresça a erva daninha do indiferentismo. Aqui podem entrar o rico o pobre, sem distinção de classes, porque aqui só uma única Constituição da República, baseada nos princípios liberais, da igualdade e da fraternidade (RAMOS, 1913, p. 1-2, grifos meus).

No entanto, para um discurso que buscava dar ênfase à igualdade, às representações contidas do que é ser pobre e rico em Lages, parecem contradizer à idéia de um acesso igualitário. Pois, ao mesmo tempo, que preconiza o acesso de todos sem distinção, essas palavras fortaleceram e evidenciaram as representações de distinção entre a clientela usuária do grupo, quando aponta que esta instituição poderia ser pisada tanto pelo “pé descalço do pobre quanto pelo pé calçado do rico” (Idem. Ibidem).

O primeiro Regimento dos Grupos Escolares em 1910 determinava que nesses estabelecimentos de ensino seriam “matriculados as crianças, de ambos os sexos, maiores de 6 anos completos e menores de 15 anos completos”. Em 1915, o Decreto nº 855 de 05 de fevereiro do mesmo ano altera a idade mínima para a matrícula nos Grupos em Santa Catarina, os alunos só podiam ser matriculados, a partir desse decreto, se apresentassem 7 anos completos. O mesmo decreto ressalva, porém, que “por ocasião da matrícula [data da efetivação da matrícula] faltarem dois meses ou menos para completar a idade de sete anos, consideram-se como tendo sete anos completo”(Decreto nº 855). O texto do decreto que alterava a faixa etária para o acesso à matrícula nos Grupos Escolares determinava que:

compete aos poderes públicos promoverem o desenvolvimento físico das crianças matriculadas nas escolas primárias, quer públicas quer particulares; (...) entre as causas que concorrem para perturbar, retardar ou mesmo impedir esse desenvolvimento, a matrícula em idade precoce é uma das principais; (...) a matrícula de crianças de idade inferior a 7 anos completos, pelos motivos acima referidos, só deve ser permitida em estabelecimentos que pelos seus métodos a isso se prestem, tais como os denominados jardins de infância. Considerando, (...) que a criança só completa a sua primeira evolução física aos sete anos. (Decreto nº 855 de 05 de fevereiro de 1915)

A matrícula nos Grupos em Santa Catarina era gratuita e facultada indistintamente às crianças de ambos os sexos. O oferecimento de vagas nestes estabelecimentos deviam ser publicados em editais, nos periódicos de circulação local, devendo constar os dias e o horário para a matrícula, bem como algumas informações referentes a condições para a matrícula. O jornal *O Lageano*, em 18 de fevereiro de 1917, fez circular o edital de matrícula para o Grupo Escolar Vidal Ramos.

De ordem do Exmo. Sr. Diretor da Instrução, faço público, para conhecimento dos interessados, que acha-se aberta a matrícula inicial do ano, do G. E. Vidal Ramos todos os dias úteis das 11 às 16 horas, a contar de 25 a 28 de fevereiro do corrente ano, obedecendo as seguintes disposições do Regimento Interno:

- 1 – Serão matriculados as crianças de ambos os sexos, de 7 anos completos e menores de 15 anos completos;
 - 2 – A matrícula será feita mediante simples apresentação dos matriculandos, pelos pais, tutores ou protetores, que deverão dar ao Diretor, no ato da matrícula, os esclarecimentos seguintes:
 - a) nome e sobrenome;
 - b) idade, dia, mês e ano do nascimento;
 - c) filiação paterna;
 - d) profissão do responsável pelo aluno;
 - 3 – Não serão matriculados:
 - a) as crianças de notório maus costumes;
 - b) as de idade inferior a 7 anos ou superior a 15 anos completos;
 - c) as que padecem de moléstia contagiosa ou repugnante;
 - d) as imbecis e as que, por defeito orgânico, forem incapazes de receber instrução no estabelecimento;
 - 4 – Os alunos podem freqüentar as aulas calçados ou descalços;
 - 5 – A matrícula é gratuita;
 - 6 – Só será exigida justificação de idade quando o candidato apresentado pareça, ao Diretor, ser maior de 15 anos completos ou menor de 7 anos;
 - 7 – Têm preferência, para a matrícula os alunos que já tiverem irmãos no estabelecimento;
 - 8 – Os alunos do ano anterior serão matriculados, em primeiro lugar, nos dias 21 a 26, mediante apresentação dos boletins de promoções, cujos dizeres devem ser preenchidos pelos interessados.
- (*O Lageano* de 18 de fevereiro de 1917)

A prescrição de quem não podia freqüentar o grupo escolar, normatizada pelo Regimento Escolar, pode ser problematizada e abre a perspectiva de poder entender quem era a criança que ocupava os bancos da instrução de ensino primário. No plano do discurso se construía a idéia de que todos podiam freqüentar sem distinção de sexo, classe social, procedência familiar esta instituição. No entanto, quando nas prescrições para a matrícula se depara com a restrição de que não podiam freqüentar o grupo escolar as crianças de notórios maus costumes se remete a uma condição moralizante da infância e, por conseqüência, de suas famílias. Um conjunto de questões podem ser feitas: Quem eram as crianças de notório maus costumes? O que se entendia por maus costumes? São questões que se abrem a perspectiva de compreender que infância escolarizada era essa nos grupos escolares em Santa Catarina.

Segundo as fontes examinadas, observa-se que com a implantação do grupo escolar, aumenta a expectativa de freqüência à escola, porém, não se pode esquecer de que, mesmo tendo sido ampliado o número de vagas, nem todas as crianças podiam freqüentá-la, haja vista, as restrições aqui já apresentadas.

O contingente populacional em Lages, no momento da implantação dessa escola no espaço urbano, contava com 3.834 habitantes⁵². A matrícula no grupo escolar, de acordo com o movimento estatístico dos grupos Escolares em Santa Catarina entre 1913 e 1914, como apresenta o quadro a seguir, contou com 253 crianças distribuídas nas 8 classes que esse grupo oferecia.

DIZERES			CORPO DOCENTE	OBSERVAÇÕES
	1913	1914		
			Diretor: João A. Henrique	
Matrícula máxima	253	287	1º masc. D. Fausta Rath	NOTA:- Devido ao movimento dos fanáticos, as aulas estiveram suspensas, o prédio ocupado por forças, pelo que não houve exames finais em 1914, assim como não houve promoção e, 1913 por ter sido inaugurado no meio do ano. ⁵³
Freqüência media anual	215	235	2º masc. Dona Rosalina Oliveira	
Porcentagem da freqüência media anual	84%	85%	3º masc. Pedro Candido	
Eliminados	20	35	4º masc. João A. Henriques	
Matriculados no decorrer do ano	-----	-----	1ª fem. D. Etelvina M. Luz	
Matriculados ao encerrarem-se as aulas	233	252	2ª fem. D. Maria Rosar	
Não entraram em exames finais	233	252	3ª fem. D. Sophia Moriz de Carvalho	
Aprovados	-----	-----	4ª fem. Judith Simone	
Reprovados	-----	-----		
Porcentagem Geral das aprovações	-----	-----		
Aulas do Diretor	1348	127		
Dias letivos	164	210		

QUADRO 7 - MOVIMENTO ESTATÍSTICO GRUPO ESCOLAR VIDAL RAMOS (INAUGURADO EM 20 -05-1913)

FONTE: PINTO, 2001, p.82.

⁵² Dados do Arquivo Público da Prefeitura de Lages.

⁵³ Esta nota refere-se ao período em que o Grupo Escolar em Lages esteve ocupado pelas forças que combateram na Guerra do Contestado.

Um dado importante é o número de crianças eliminadas na matrícula nesse primeiro ano. No segundo ano, há uma ampliação do número de adesões à matrícula no grupo, no entanto, o critério da eliminação também estava presente.

Os critérios para eliminação do aluno estavam prescritos no Artigo 222 do Regimento Interno dos grupos escolares.

Serão eliminados:

- 1.- os alunos que se despedirem com autorização dos pais ou responsáveis;
2. – os alunos que derem 60 faltas injustificadas ou 90 justificadas.

Quanto à questão da frequência ao Grupo Escolar em Lages, uma situação encontrada no livro de matrículas da seção masculina, se tornou objeto de reflexão. Em 1920, o Grupo Escolar Vidal Ramos apresentava para a seção masculina o número de 82 alunos candidatos ao 1º ano, destes, 24 alunos foram eliminados pelo Artigo 222 do Regimento, restringindo a frequência ao 1º ano do Grupo Escolar em 1920 em 58 alunos.

Acompanhando pelo livro de matrículas, o número de alunos matriculados para os anos subsequentes encontram-se em 1921 matriculados para o 2º ano apenas 36 alunos; não constando nenhuma eliminação para esse ano. Em 1922, para o 3º ano, 24 alunos sendo que 3 destes foram eliminados pelo Art. 222, ou seja, haviam sido retirados com a autorização dos pais ou responsáveis; em 1923, o 4º ano contava com apenas 15 alunos, sendo que 4 haviam sido eliminados pelo Art. 222, e 3 haviam sido transferidos de outros Grupos Escolares⁵⁴. Ao final apenas 11 alunos terminaram seus estudos no grupo em Lages. O quadro abaixo organiza essas informações.

ANO	CLASSE	NÚMERO DE CANDIDATOS	ELIMINADOS	FREQÜÊNCIA
1920	1º ano	82	24	58
1921	2º ano	36	----	36
1922	3º ano	24	3	21
1923	4º ano	15	4	11

QUADRO 8 – APRESENTA O NÚMERO DE ALUNOS DA SEÇÃO MASCULINA DO GRUPO ESCOLAR EM LAGES ENTRE OS ANOS DE 1920 E 1923

FONTE: LIVRO DE MATÍCULAS DO GRUPO ESCOLAR VIDAL RAMOS 1920 – 1926

⁵⁴ 1 aluno transferido do Grupo Escolar Lauro Muller de Florianópolis para o Grupo Escolar em Lages e 2 alunos transferidos do Grupo Escolar Silveira de Souza, também de Florianópolis para o Grupo Vidal Ramos em Lages.

Diante do estranhamento em relação a esses números desproporcionais a uma escola que divulgava o intento de formar o cidadão para a República e que afirmava ter criado mecanismos de incluir todas as camadas sociais em seus bancos escolares, interessou-se em escolher e acompanhar, a partir do livro de matrícula encontrado no museu Thiago de Castro, o registro e a presença de 6 alunos matriculados para o 1º ano em 1920, foram eles:

ALUNO	INFORMAÇÕES
Abdon Siqueira	Nascido em 08 de junho de 1912 em Lages, matriculado no Grupo Escolar aos 8 anos de idade, filho de Vidal Rodrigues Siqueira, negociante, residente na Rua Quintino Bocaiúva nesta cidade. No ano seguinte, 1921, o aluno estava matriculado para o 2º ano, no entanto, em 1922, seu nome consta entre os alunos matriculados para o 2º ano, ou seja, o aluno teria repetido o 2º ano. Em 1923, Abdon esta entre os alunos do 3º ano. Ao verificar os nomes dos alunos matriculados em 1924 para cursar o 4º ano, o nome deste aluno encontra-se ausente, ou seja, Abdon Siqueira não fez matrícula para cursar o 4º ano no Grupo Escolar. Nos anos que se seguem seu nome também não foi encontrado.
Nilo Ramos	Nascido em 28 de abril de 1911 em Florianópolis, filho de Vidal de Oliveira Ramos ⁵⁵ , fazendeiro, residente a Rua Benjamim Constante, matriculado em 15 de fevereiro de 1920 e eliminado em 07 de maio do mesmo ano com transferência para Florianópolis. No ano seguinte o nome deste aluno consta entre os alunos matriculados no Grupo para cursar o 2º ano, com uma alteração na profissão paterna, Vidal Ramos era então Senador em Santa Catarina. Nos anos seguintes não aparece mais o nome do aluno entre os matriculados no Grupo em Lages.
Celso Goss de Carvalho	Nascido em 11 de agosto de 1909, filho de Virginia Goss de Carvalho, doméstica, residente a Praça Vidal Ramos. Chama-se atenção para duas questões: a faixa etária do aluno – 11 anos e a presença do nome da mãe no livro de matrículas. Em 1921, este aluno se encontra entre os alunos matriculados para o 1º ano e em 1922, novamente, ele está entre os alunos matriculados para o 1º ano, porém em 03 de novembro do mesmo ano, o aluno consta como eliminado pelo Art. 222, n.2. Em 1924, seu nome retorna para o livro de matrículas para cursar o 2º ano, nos anos seguintes não há mais registro de matrícula no Grupo Escolar.

QUADRO 9 - ALUNOS MATRICULADOS NO GRUPO ESCOLAR VIDAL RAMOS PARA O 1 ANO EM 1920

FONTE: LIVRO DE MATRICULAS DO GRUPO ESCOLAR EM 1920
CONTINUA

⁵⁵ É pertinente lembrar que o Grupo Escolar em Lages foi construído durante o governo de Vidal Ramos.

Aníbal Felício	Nascido em 14 de abril de 1913, em São José, filho de Seraphim Rodrigues Felício, carteiro, residente a Rua Coronel João de Castro, matriculado no Grupo Escolar em 15 de fevereiro de 1920. No entanto, é eliminado em 13 de agosto de 1920 pelo Artigo 222 do Regimento Interno dos Grupos Escolares. Em 1921 seu nome consta matriculado para cursar o 1º ano, em 1922 consta matriculado para a 2º, não aparecendo mais seu nome para os próximos anos.
Celso Silva	Nascido em 28 de dezembro de 1911, filho de Daniel Borges Silva, jornalista, residente a Rua Joinville. Matriculado no Grupo Escolar em 15 de fevereiro de 1920. Eliminado pelo Art. 222. No ano de 1921 seu nome não consta entre os matriculados para o primeiro ano. No entanto, em 1922 é matriculado pela sua mãe para cursar o primeiro ano novamente. Em 1923, seu nome não aparece entre os matriculados para o segundo ano. Seu nome só consta para cursar o segundo ano em 1924, nos anos seguintes não há indícios de sua frequência ao Grupo Escolar.
Feliciano Nascimento	Nascido em 18 de junho de 1909, filho de José Ramos, fazendeiro, residente a Rua Benjamin Constant. A primeira matrícula deste aluno no Grupo Escolar foi em 1918. Em 1920, seu nome encontra-se entre os alunos para cursar o primeiro ano. No entanto, aparece como eliminado pelo Art. 222 em 31 de maio do mesmo ano, seu nome não aparece mais entre os alunos matriculados no Grupo.

QUADRO 9 - ALUNOS MATRICULADOS NO GRUPO ESCOLAR VIDAL RAMOS PARA O 1 ANO EM 1920

FONTE: LIVRO DE MATRICULAS DO GRUPO ESCOLAR EM 1920
CONCLUSÃO

Ao acompanhar a presença desses alunos no grupo em Lages, algumas peculiaridades chamam atenção como: a procedência familiar, os meninos faziam parte de grupos sociais distintos, a repetência, a faixa etária distinta, por exemplo: Celso contava com 11 anos enquanto que Nilo Ramos contava com 9 anos. Entretanto, talvez, o grupo escolar, não oferecesse tantas oportunidades, como as preconizadas pelo discurso, haja vista, o acompanhamento a frequências destes alunos, como no caso de Celso Goss de Carvalho. Algumas indagações surgem a partir do registro de matrículas desse aluno: Que causas levavam o aluno a repetir o mesmo ano três vezes ? O que levou a não mais frequentar o Grupo?

Uma das medidas propostas para manter a presença das crianças “desprotegidas da fortuna” (RAMOS, 20 de maio de 1913), nesse espaço escolar foi a criação da Caixa Escolar, “uma forma engenhosa de envolver parte da sociedade e fazê-la contribuir direta e financeiramente nesse projeto” (SILVA, In: VIDAL, 2006, p. 350). Em 1916 a Lei nº. 1.130 determinava que a Caixa Escolar teria por função:

- § 1. – fornecimento de vestuário e calçado aos alunos indigentes;
- § 2.– assistência médica e fornecimento de livros, papel, pena e tinta aos mesmos alunos;
- § 3. – aquisição de livros, estojos, medalhas, brinquedos, etc. para serem distribuídos, como prêmios, aos alunos mais assíduos, mais aplicados ou de maior mérito;
- § 4 – fornecimento de lanches aos alunos pobres. (Idem, *Ibidem*, p. 350)

Em Lages, o recurso da Caixa Escolar para auxiliar os alunos matriculados no Grupo foi instituída em 11 de maio de 1917, e em consonância ao que já vinha ocorrendo nos grupos de outros municípios, também teria a finalidade de auxiliar as crianças pobres. A fonte mostra como ficou organizada esta prescrição.

Perante um número regular de senhoras e cavalheiros, que haviam sido convidados pelo Sr. João Areão a comparecerem ao Grupo Vidal Ramos, para se fundar nesta cidade a Caixa Escolar, foi de fato fundada essa Caixa, cuja diretoria ficou assim constituída:

Presidente: Major Aristiliano Ramos;

Secretário: João dos Santos Areão;

Tesouraria: D. Sophia Moritz de Cravalho;

Fiscais: Adolpho Schmidt, João Antonio de Oliveira Henriques e Mario Grant.

(*O Lageano*, 11 de maio de 1917)

O excerto apresenta a importância e a justificativa dessa ação à sociedade em Lages:

Tendo por fim auxiliar as crianças pobres que no Grupo se acham matriculadas, já fornecendo-lhes objetos escolares, já fornecendo-lhes lanche, etc., a Caixa Escolar é uma instituição destinada a prestar relevantíssimos serviços à mocidade escolar, como, aliás, já está provando na Capital, Laguna, Itajaí, Blumenau e Joinville.

Nessas cidades, os cavalheiros e as exmas. Sras., (...) empenharam os seus esforços no sentido de auxiliarem a fundação e manutenção das Caixas, porque reconhecem nelas um caráter de utilidade plena e superior.

E vendo quão amorável e filantrópica é o coração do nosso povo, estamos certos de que ele saberá proteger a Caixa Escolar que acaba de ser fundada em nossa cidade. (*Idem. Ibidem*).

Os recursos para manter a Caixa Escolar vieram de “subvenções pagas pelos sócios, produtos de quermesses, festas, espetáculos” (SILVA, In: VIDAL,

2006, p. 350). Em Lages, no livro de matrícula da Caixa Escolar encontram-se alguns nomes de destaque na sociedade lageana. Entre eles estão: Belisario José de Oliveira Ramos; Vidal José de Oliveira Ramos; Aristiliano Laureano Ramos; Emiliano de Oliveira Ramos, João Nerbass; Abílio Pedro de Oliveira Carvalho; Mario Grant; Carlos Vidal Ramos; Henrique de Oliveira Ramos; Manoel José Godinho; Manoel Thiago de Castro; José Luiz de Castro; Aristides Ramos Vieira, entre outros.

Alguns professores do grupo contribuía também para essa caixa escolar como Sophia Jovita Moritz de Carvalho, que ocupava o cargo de tesoureira nessa organização.

Como já sinalizado, as aulas públicas existentes na cidade de Lages foram cessadas quando da implantação do Grupo Escolar. No caso da professora Sophia Jovita Moritz de Carvalho, sua aula pública foi incorporada ao Grupo e segundo Costa (1982, p.1004), “Dona Sophia teve atuação relevante no setor educacional do Município e vinte e três anos depois de sua estréia, foi chamada para participar do primeiro corpo docente do Grupo Escolar”.

O discurso do governador Vidal Ramos, na ocasião da inauguração do Grupo Escolar, apontava a missão reformadora no ensino a qual o estado estava dando início, comparando-a a “uma cruzada santa”, na qual os professores seriam “os melhores batalhadores desta jornada bendita, contra o mais temível inimigo: o analfabetismo”, onde ainda, os que se empreendessem nesta cruzada, não deviam esquecer “um só instante, do dever assumido com a instrução catarinense” de levar, disseminar civilidade e erradicar o analfabetismo.

Imbuídos dessa missão propalada pelos discursos da época, em 20 de maio de 1913 em frente à seção feminina, o primeiro quadro de professores nomeados para atuarem no Grupo Escolar em Lages posa para a posteridade.



FIGURA 5 – CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO DO GRUPO ESCOLAR VIDAL RAMOS, 20 DE MAIO DE 1913.

1-FAUSTA RATH; 2- DELIA REGIS; 3-ETELVINA LUZ; 4-ROSALINDA DE OLIVEIRA; 5-DIRETOR SELISTRE ANTONIO CAMPOS; 6- PEDRO ANTONIO CANDIDO; 7- JOÃO ANTÔNIO OLIVEIRA HENRIQUE; 8- CACILDA GUIMARÃES; 9- INSPETOR DA INTRUÇÃO PÚBLICA, ORESTES GUIMARÃES; 10- MARIA ROSA FLORIANE; 11- SOPHIA MORITZ DE CARVALHO; 12- JUDITH SIMONE; 13- NÃO IDENTIFICADO.

FONTE: ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO THIAGO DE CASTRO.

Compuseram esse primeiro quadro docente, a professora Rosalinda de Oliveira, formada normalista pelo Colégio Coração de Jesus, em Florianópolis. A professora Fausta Rath, formada, também, normalista pelo Colégio Coração de Jesus na capital catarinense⁵⁶. As professoras Delia Regis, Maria Helena Rosar e os professores João Antônio Oliveira Henriques, e Pedro Antônio Cândido. Este último, além de lecionar no Grupo Escolar, atuava como educador no Centro Cívico Cruz e Souza, espaço destinado à comunidade negra em Lages e desenvolvia um “projeto da comunidade negra que pretendia integrar o negro na sociedade lageana” (ROMÃO,; CARVALHO, In: DALLABRIDA, 2003, p.52).

O corpo administrativo contava, ainda, com Antônio Selistre de Campos, diretor do Grupo e da presença do casal Orestes e Cacilda Guimarães. O casal havia sido contratado do estado paulista para atuar na educação em Santa Catarina. Orestes Guimarães, como inspetor de ensino, e sua esposa, formada também

⁵⁶ O Colégio Coração de Jesus, localizado na capital catarinense, era uma escola confessional que aceitava alunas sob o regime de internato.

normalista, acompanhou-o durante o processo de implantação dos Grupos Escolares em todo o estado, que segundo Fiori (1991), o procedimento em acompanhar a organização e o desenvolvimento das atividades nos Grupos Escolares catarinenses, oportunizou ao casal Guimarães residir em várias cidades catarinenses como Blumenau, Lages, Itajaí, Joinville, Laguna. No grupo escolar em Lages, a professora Cacilda Guimarães lecionou a disciplina de Educação Física.

A nomeação para professor de grupo escolar, de acordo com o Regimento, era feita sem dependência de concursos. Assim, a nomeação e a dispensa ficavam a critério do governo. Os deveres dos professores desta instituição encontravam-se normatizados pelo Regimento dos Grupos Escolares de Santa Catarina.

4.2 COMEMORAÇÕES E FESTAS ESCOLARES: DIMENSÕES DE UMA CULTURA ESCOLAR NO GRUPO VIDAL RAMOS

O artifício da festa e da comemoração, como meio que proporcionasse sentimentos patrióticos, nacionalistas, civilizatórios e que dessem visibilidade à nova ordem estabelecida, não são inéditos do movimento republicano.

Durante o império, as festas cívicas e as comemorações da nação foram instituídas como mecanismos de controle sobre a população. De acordo com Chamon, as festas cívicas e as comemorações destinadas ao povo teriam sido

rituais políticos que contribuem de maneira fundamental para a construção de um determinado conjunto de crenças e de valores sociais, para a compreensão de como uma coletividade se faz e se diz, de como ela se coloca no mundo e qual é esse mundo que ela constrói (CHAMON, 2002, p.18).

Nesse sentido ainda em acordo com a autora, a festa como recurso dentro do contexto de Brasil Império:

colocava em cena questões que agitavam a sociedade (...) procurando educar o povo para uma série de valores e virtudes cívicas, procurando tecer uma rede de sentimentos entre povo e poder e conquistar a adesão dos habitantes para propostas políticas relativas à forma de governar o país e a região. Aqui, a intensidade emocional produzida pelos festejos era tida como um elemento potencialmente

gerador de adesão e de uma união em torno dos valores e dos “bons sentimentos” políticos proclamados pela festa. (Idem, p.23).

Na transição do Império para a República percebe-se a inexistência de rupturas, ao menos num primeiro momento, das práticas de controle social. De acordo com Chamon (2002), as práticas de controle social denotam a criação de todo um imaginário político que perpassava a sociedade sendo evidenciadas pelas festas cívicas. Nesse sentido, se percebe uma continuidade⁵⁷ dessas práticas (re)elaboradas, (re)organizadas dentro de um novo discurso – a República.

As festas e as comemorações na escola são exemplos desta continuidade, pois como aponta Souza (1998a) “instituíam-se no ensino público práticas usuais dos grandes colégios particulares do Império” (p.253).

O discurso republicano, buscando evidenciar um tipo de escola diferente daquela existente no império, onde a intenção dos republicanos ao propor uma série de inovações socioeducacionais, era estabelecer um marco distintivo entre a escolarização primária ofertada antes e depois do regime republicano, mostrou a educação, e conseqüentemente a escola, como um dos elementos essenciais para a construção de uma nação civilizada⁵⁸. Nesse sentido, a escola passou a elaborar “expressões culturais onde as crianças atuaram como personagens principais” (BENCOSTTA, 2006) concretizando práticas que dessem visibilidade a este discurso e que se estendessem a sociedade.

O sentimento de pátria e o culto de tudo que diz respeito, a essa bela manifestação da alma, devem nascer no lar, desenvolver-se na escola e frutificar na sociedade. Mas para que este fato se manifeste **nessa ordem**, é preciso supor um **trabalho prévio** na escola. É necessário que, ali se tenha **formado a alma da criança na escola** do civismo, é necessário que se tenha robustecido o seu caráter na escola do dever **para que depois**, se consiga, no lar, progenitores capazes de encarregarem-se da nobre missão de desenrolar, aos olhos dos filhos,

⁵⁷ A historiografia que trabalha com o período republicano, muitas vezes aponta para uma ruptura com o período anterior – o Império -. No que concerne o discurso republicano existe a intenção de romper com o velho para instaurar o novo. Mas, a análise aqui feita, no que diz respeito às festas e comemorações, evidenciou uma continuidade, uma apropriação por parte do modelo republicano de práticas de controle social pertencentes ao império.

⁵⁸ A idéia de nação civilizada está aliada à noção de progresso e refere-se invariavelmente a um caminhar constante dos povos rumo a uma sociedade ideal. De acordo com o sociólogo alemão Norbert Elias, progresso e civilização são em geral utilizados com sentido metafísico, como um elemento mágico capaz de gerar felicidades e bem estar para uma sociedade e de conduzi-la a um estado de perfeição. O ideal de república no Brasil no final do século XIX e início do XX não estava desvinculada, dissociada deste ideário.

o painel sublime da pátria; capazes de segredar-lhes ao coração as belezas históricas do passado; capazes de desenvolver, os episódios épicos em torno dos grandes vultos do país. (CARDIM, 1916, Grifos meus).

Nessa perspectiva, a escola passa a ter o papel de formar o sujeito que ia intervir na sociedade. Os grifos acima evidenciam a intencionalidade de formar a alma infantil para que, depois de formada, esta possa intervir na sociedade, ou seja, formado o sujeito, este agiria e multiplicaria as práticas de difusão do sentimento de pátria, corroborando para a afirmação da nova ordem política e, ainda, criaria um novo modelo de cidadão – o cidadão para a República. Segundo Veiga e Gouvêa (2000),

Na perspectiva da invenção de um novo tempo, a regeneração da população foi indicada como urgente e, entre o passado e o presente, velhos e novos hábitos, esteve um vazio aflitivo: o novo cidadão precisaria ser penosamente trabalhado (...). No caso da criança, geração nascente, não haveria nada a conservar, tratava-se mesmo de um renascimento físico e mental para compor uma nova raça. Mais que sua formação, colocou-se como imperativo a sua **criação**, sua **invenção**. (p.138, Grifos meus).

Para que isso se concretizasse, a escola difundida pela República, que não cria as festas e as comemorações na escola, mas, será a responsável pela propagação, pela proliferação dessas práticas como expressões de uma cultura escolar, buscará estabelecer marcos distintivos entre a escolarização primária ofertada antes e depois do regime republicano, “essas práticas introduzidas no ensino público ajudaram a criar uma imagem da escola primária à altura dos melhores padrões educacionais existentes”. (SOUZA, 1998a, p. 253).

Para além de comemorar a infância, as festas e as comemorações na escola foram mecanismos usados para dar visibilidade à escola, como instituição ordenadora, disciplinadora da criança.

as (...) festas que a escola comemorava podem ser traduzidas como uma construção social que manifesta, em seu espaço, significações e representações que favorecem a composição de uma certa cultura inerente ao seus atores, o que nos facilita entender a identidade, sugerida pela compreensão daqueles que as organizaram e as celebraram, acerca dos símbolos que justificaram a sua realização, e que registraram de modo duradouro na memória social escolar um sentimento que se propunha ser coletivo pela união dos anseios de

seus participantes, como parte do calendário escolar que delimitava um tempo e um espaço peculiares (BENCOSTTA, 2006).

Assim, busca-se perceber como as festas e as comemorações foram sendo organizadas no universo deste modelo de escola em Lages, onde a criança passa a ter papel de destaque nesses acontecimentos, que não se restringiam somente a escola, mas estendiam-se à sociedade possibilitando a escola vê-la e deixar-se ver por ela.

Como já sinalizado, o intento republicano era o de estabelecer um novo modelo de escola que possibilitasse a produção do novo cidadão, isto é, a partir da escola, o ideal de cidadão estava sendo delineado, transpondo-a atingia a sociedade. Nesse sentido, a escola proporcionava elementos para a formação do cidadão, que devia iniciar com a criança, mas não só esta seria alvo deste projeto civilizador, as famílias e a sociedade também deviam ser atingidas. E para isso, as festas e as comemorações reorganizadas pela escola pública, irão inserir novos símbolos, como o hino nacional, hino a bandeira, poesias pátrias, exames, festas, comemorações, entre outros que passam a ser entendidos como mecanismos que oportunizaram a visibilidade do Estado, enquanto agente responsável por este processo, isto é, cria-se (recria-se) a necessidade de dar visibilidade à escola como espaço para todos e gerenciada pelo poder público.

Segundo Veiga e Gouvêa,

A palavra comemorar, do latim *commemorare*, segundo o Aurélio, é trazer à memória, fazer recordar, lembrar. Nos anos iniciais da república, as elites intelectuais chamavam atenção para a necessidade da cultura da memória nacional pelos escolares e pela população (...) a temática da memória nacional implicava um conjunto de rituais que deveriam estar presentes nas festas: a saudação à bandeira, o canto dos hinos, a inauguração de monumentos e estatuas de heróis, leitura de contos e poesias pátrias, etc. Esses artifícios colocaram-se como fundamentais para a celebração da nação, das instituições, da escola e da criança". (2000, p. 137-138).

A escola primária republicana irá, segundo Souza (1998a), introduzir no universo escolar, ritos, espetáculos, celebrações, desfiles, exposições que constituíram momentos especiais na vida da escola pelos quais ela ganha ainda maior visibilidade social e reforçava sentidos culturais compartilhados.

Dentre os artifícios usados pelo Grupo Escolar em Lages, para que este modelo de escola viesse afirmar-se enquanto tipo ideal de escola, instituição modelar que visava formar a criança lageana, seja ela “desprotegida da fortuna” (RAMOS, 1913), ou membro de famílias mais abastadas, escolheu-se seis expressões que possibilitam representar momentos de festividades construídos por esta instituição: a inauguração do Grupo Escolar, os exames, as exposições, comemorações, as festas e um momento peculiar desse Grupo, a Primeira Comunhão.

4.2.1 Festejos, Comemorações, Exames e Exposições no Grupo Escolar Vidal Ramos

De acordo com Veiga e Gouvêa,

Observa-se nas festas uma performance da educação estético-cívica tão disseminada pelo movimento da escola-nova, no claro intuito de combinar o despertar das sensibilidades, através da educação dos sentidos, com o sentimento de solidariedade nacional (...). Produzia-se para isso todo um ritual que ia da preparação à apresentação, tendo a festa, neste contexto pedagógico, um significado de educação integral e permanente. Estes momentos estiveram contidos numa perspectiva energética de mobilização em torno da necessidade de convencimento de que as pessoas, no caso, as crianças eram atores do novo espetáculo – a República. (2000, p. 142)

A festa de inauguração do Grupo Escolar, em Lages, contou com a produção e a apresentação de um ritual no qual se buscava preparar e apresentar à sociedade o monumento⁵⁹ escolar que havia sido construído para atender e formar a criança lageana, colocando-a, naquele momento, como ator do espetáculo que se empreendia ou como sinalizou Bencostta (2006), como personagens principais das expressões culturais instituídas por essa escola.

⁵⁹ Segundo Le Goff (1990), o monumento se caracteriza por uma relação de perpetuação das sociedades, é um legado à memória coletiva e um esforço para impor ao futuro determinada imagem de si próprios. A produção da memória coletiva foi essencial na luta das forças sociais pelo poder, sendo que os membros das elites dominantes se tornaram os senhores da memória e do esquecimento, através de manipulações, escolhas e da produção de certa noção de tempo histórico.

A descrição do ritual da inauguração do Grupo Escolar Vidal Ramos iniciou-se pelo ofício enviado aos pais, no qual se informava como deveriam estar vestidos os alunos para aquele momento festejado.

Os abaixo assinados, desejando dar o máximo brilhantismo à inauguração deste grupo escolar no dia 20 do corrente, para a qual desde já têm a honra de vos convidar e à Exma. Família, vem solicitar o vosso concurso a fim de mandastes fardar o aluno.....VOSSO.

Para esse **fardamento** ficar **uniforme** quanto à fazenda, corte e preparo, comunicamos que podemos tomar a responsabilidade do mesmo, mediante a quantia de 8\$000, incluindo chapéu, blusa, calça e calçado.

Todavia, caso desejeis fazer em casa, cumpre-nos informar que a fazenda (algodão branco) para blusa, calça e chapéu se encontra na casa Julio Costa desta praça, e o calçado consiste numa alpercata apropriada para exercício de ginástica e que é usado em todos os Grupos do Estado e nos de São Paulo.

A referida casa receberá essas alpercatas do dia 15 do corrente em diante.

As meninas deverão fazer vestido branco, modesto e simples.

Contando de antemão com o vosso apoio, para o completo êxito desta idéia, que sobre modo destacará a solenidade de inauguração, tal como se deu em Florianópolis, Joinville e Laguna, devemos declarar que não tem o caráter de obrigatoriedade esta solicitação.

Entretanto rogamos a fineza de nos responder com a maior brevidade possível.

(Convite de Inauguração do Grupo Escolar Vidal Ramos enviado aos pais dos alunos matriculados. Documento Impresso localizado no acervo do Museu Thiago de Castro).

Apesar de não se constituir em uma obrigatoriedade, a intenção em padronizar a vestimenta, de criar uma roupagem única para os meninos e para as meninas do Grupo Escolar, estava em consonância com o ideário de difundir uma escola onde “todos são iguais, perante o mestre: aqui todos têm os mesmos direitos, (...). Aqui podem entrar o rico o pobre, sem distinção de classe” (RAMOS, 1913). Segundo Souza (1998a), o uso do uniforme tem uma poderosa capacidade de igualar todos os indivíduos num mesmo nível de posição. A figura a seguir apresenta os alunos do Grupo Escolar em formação para o início dos festejos de inauguração, um olhar para a imagem reforça o que Souza sinaliza, não há como distinguir, a partir da vestimenta, a origem socioeconômica do aluno deste Grupo Escolar. A figura denota ainda, que a solicitação para a vestimenta a ser usada na festa de inauguração, foi atendida pelos familiares dos alunos matriculados no grupo.



FIGURA 6 - ALUNOS DO GRUPO ESCOLAR VIDAL RAMOS EM 20 DE MAIO DE 1913

FONTE – ACERVO DO MUSEU THIAGO DE CASTRO

A realização dos festejos de inauguração do Grupo Escolar, na tarde de 20 de maio de 1913, contou com a presença do governador Vidal Ramos, acompanhado de autoridades estaduais e municipais, de nomes destacados da sociedade serrana e da população local.

O programa de inauguração foi dividido em duas partes:

1ª Parte da Cerimônia da inauguração

- 1 – Hino do estado, por todos os alunos, acompanhados pela banda de Música Santos Barbosa;
- 2 – Ginástica Escolar – 38 movimentos elementares, da série organizada pelo professor Orestes Guimarães, dirigidos pela professora contratada Cacilda Guimarães;
- 3 – Imprensa – Poesia pela aluna Olívia Amaral;
- 4 – O Batalhão – poesia pela aluna Bernardina da Silva;
- 5 – A Pátria – poesia pela aluna Cora Silveira;
- 6 – Os Pequeninos – poesia pela aluna Edelvina Cezar;
- 7 – Os dois Edifícios – poesia pela aluna Galvina Amaral;

8 – A Primavera - diálogo pelas alunas Maria Fiúza e Araldina Eineke;

9 – O Atheneu – canto pelos alunos dos 3^{os} e 4^{os} anos de ambas as secções.

2ª Parte da Cerimônia da Inauguração:

1 - Hino à Bandeira, canto pelos alunos dos 3^{os} e 4^{os} anos de ambas as secções;

2 – Os Travessos Amiguinhos – pela aluna Hilda Nerbass;

3 – O Carçoço – monólogo pela aluna Delmira Andrade;

4 – Exultação – poesia pelo aluno Arnaldo de Castro;

5 – As árvores – poesia pela aluna Judith Silveira;

6 – Canto Primavera – pelas alunas dos 3^{os} e 4^{os} anos;

7 – 07 de Setembro – pela aluna Natália de Castro;

8 – O Gato, o lagarto e o grilo – monólogo pela aluna Judith Silveira ;

9 – Olhos em Leilão – diálogo pelos alunos José Pereira, Iracema de Castro e Araldina Eineke;

10 – O Brasil – poesia pela aluna Edelvira Cezar;

11 – Hino Nacional – canto por todos os alunos acompanhados pela banda musical Santos Barbosa.

(Acervo do Museu Histórico Thiago de Castro, material impresso)

O semanário local, *Região Serrana*, órgão do partido republicano catarinense e um dos mais importantes instrumentos da imprensa da região do planalto catarinense destinou à inauguração do Grupo Escolar Vidal Ramos, cinco de suas seis páginas habituais. No que concerne à atuação dos alunos do Grupo na solenidade de inauguração, esse órgão da imprensa em Lages destacou que:

cada aluno (...) compenetrado do seu papel como que sentia de dever se destacar afim de realçar a primeira festa escolar promovida naquela casa do qual são os legítimos donos. (Região Serrana, 25 de maio de 1913)

O jornal destacava ainda sobre os preparativos para as festividades de inauguração, desde a chegada do governador Vidal Ramos, as solenidades, as visitas e seu retorno para Florianópolis.

Assim, a inauguração do Grupo Escolar apresenta-se como sendo a primeira manifestação comemorativa dessa escola, onde a condição de aluno colocava a criança como personagem central, na qual ocuparia um lugar distinto e específico

aos olhares da sociedade lageana. Lugar, onde vivenciaria o nascer de uma cultura escolar festiva que se afirmaria a partir de outros eventos criados e incorporados pela escola primária em Santa Catarina⁶⁰.

O Decreto n. 588 de 22 de abril de 1911, Regimento Interno dos Grupos Escolares em Santa Catarina publicado para organizar esse tipo de escola no estado, não fazia menção às festas e às comemorações escolares, que foram como já mencionados, importantes mecanismos de visibilidade da escola pública.

Os exames escolares, que também fizeram parte das estratégias em proporcionar visibilidade à escola, estavam prescritos no Artigo 127 desse Regimento. As premiações ao corpo discente estavam condicionadas às seguintes situações:

- 1º - A passagem do aluno de lugar inferior para superior no quadro mensal.
- 2º - O elogio perante a classe;
- 3º - A distribuição de recompensas, segundo o modelo que foi adotado;
- 4º - A inscrição do nome do aluno em um quadro denominado de *honra*.

O Artigo 41, desse mesmo regimento, institui que “Para base dos prêmios, das recompensas e dos exames, haverá as seguintes notas”:

- 1º - 0 – péssima
- 2º - 1 – má
- 3º - 2 – sofrível
- 4º - 3 – regular
- 5º - 4 – boa
- 6º - 5 – ótima

O Capítulo I, do Título IV institui os períodos, procedimentos, métodos, resultados dos exames escolares. Como segue:

Art. 70. – Nos últimos dias de Abril, Julho e Novembro haverá exame em todas as classes, com exceção do 1º ano;

⁶⁰ Todos os Grupos Escolares do estado seguiam o mesmo calendário de festas e comemorações.

Art. 71. – O diretor procederá em cada classe, com o auxílio do respectivo professor, a exame orais e escritos;

§ 1º - O resultado dos exames orais será tirado da média das notas que forem dadas pelo professor e pelo diretor.

§ 2º - As notas dos exames escritos serão dadas pelo professor, que as submeterá à aprovação do diretor.

Segundo Souza (1998a), a instituição dos exames escolares constituiu uma das *inovações* educacionais na escola republicana. De acordo com a mesma autora, a implantação do Grupo Escolar institui “nos dispositivos legais o exame como atividade sistemática e contínua no ensino primário, submetendo-o a uma série de normatizações” (p.242), o que se diferenciava da forma de avaliação usada pelas escolas durante o Império, quando os alunos não eram submetidos a exames regulares, cabendo a verificação final quando eram considerados aptos, ou seja, quando concluíam a aprendizagem.

Estes exames foram tão relevantes que se tornaram rituais de grande projeção pública, ocasionando na instituição de novas práticas dentro da escola: a distribuição de prêmios⁶¹ e as festas de encerramento do ano letivo que foram acrescentadas à Legislação Escolar em 1914⁶². Para avaliar esses exames adotou-se a prática de convidar personagens ilustres da sociedade lageana: “Para as bancas examinadoras eram convidados políticos e autoridades locais, portanto uma validação social do ato de classificação de inegáveis conseqüências políticas e sociais” (SOUZA, 1998a, p.244).

Outro momento, especial e festivo na vida da escola, e que segundo Souza (1998), também se constituiu como meio de dar visibilidade à escola foram as exposições escolares. Cadernos, trabalhos manuais, provas, tudo o que era produzido pelos alunos era exposto para a sociedade. A partir dessas exposições se procurava mostrar o progresso, o desenvolvimento dos alunos que freqüentavam

⁶¹ No Regimento Interno dos Grupos Escolares de 1911 as premiações, como já citado anteriormente, já se faziam presentes no cotidiano da escola. Estas premiações só não apresentavam a condição de projeção social como também não apresentavam caráter festivo que lhes serão atribuídos no Regimento revisado de 1914.

⁶² Capítulo II. Artigo 256 ao 262 do Decreto 795 de 02 de maio de 1914.

esse modelo de escola. No entanto, a menção à organização das exposições escolares, estava ausente no primeiro Regimento Interno dos Grupos Escolares.

Em 1913, o governo catarinense autoriza a revisão⁶³ dos regulamentos da instrução pública em vigor. Desta forma, o Regimento dos Grupos Escolares sofreu alterações⁶⁴ – Decreto n. 795 de 02 de maio de 1914 esta revisão recuperará e ordenará pontos já presentes, mas também acrescentará pontos inexistentes como as festas, as comemorações e as exposições escolares, dando-lhes destaque. Esses elementos, acrescentados ao regimento, corroboraram para a divulgação do novo modelo de escola pública primária, que havia sido implantado no estado, elementos que contribuíram para *criar* no imaginário da população a importância, a necessidade por este tipo de escola.

Nesse novo Regimento, os exames são normatizados, sistematizados e padronizados passando a atender o discurso de projetar a escola. De acordo com o artigo 27, os exames seriam realizados segundo a seguinte periodização:

1. – do décimo ao décimo sétimo dia útil do mês de maio;
2. – do décimo ao décimo sétimo dia útil do mês de agosto;
3. – do sétimo ao décimo oitavo dia útil do mês de dezembro.

Instituíam-se desta forma, os dias em que os alunos dos Grupos Escolares em Santa Catarina deveriam estar prestando exames. Para os exames realizados em maio e agosto, o artigo determinava que “os mesmos não serão públicos, todavia devem ser franqueados à assistência das autoridades e dos pais que os quiserem assistir; para que o diretor publicará editais cientificando os dias dos exames”. Para os exames realizados em dezembro: “serão feitos com toda a festividade, precedidos de convites nominais aos pais, às autoridades e à imprensa” (Art. 227, § 1.).

Na cidade de Lages, no final do mês de novembro de 1916, os jornais de circulação local veiculavam as datas para os exames no mês de dezembro como mostra o excerto:

⁶³ Lei n. 967 de 22 de agosto de 1913.

⁶⁴ O Regimento de 1911, esta organizado em 7 Títulos, 122 Artigos adicionados de 5 artigos nas Disposições Transitórias. O Regimento revisado em 1914, esta estruturado em 334 Artigos que compõem 15 Títulos, adicionados das Disposições Gerais que compõem o Título XVI constituindo nos artigos 335 a 342.

Científico aos Srs. Pais e interessados, que os exames, neste estabelecimento de ensino, terão início, dia 8 de Dezembro próximo sendo franqueada a assistência, a toda e qualquer pessoa, pois conforme o “Regulamento escolar”, os exames devem ser feitos com toda a publicidade.

Os exames obedecerão a seguinte ordem:

Dias 8 e 9 de Dezembro, provas escritas para o IV ano feminino;

» 11 e 12	»	»	orais para o IV ano feminino;
» 12 e 13	»	»	escritas para o IV ano masculino;
» 14	»	»	orais para o IV ano masculino;
» 15	»	»	escritas e orais para o III ano feminino;
» 16	»	»	escritas e orais para o III ano masculino;
» 18	»	»	escritas e orais para o II ano feminino;
» 19	»	»	escritas e orais para o II ano masculino;
» 20	»	»	escritas e orais para o I ano feminino;
» 21	»	»	escritas e orais para o I ano masculino.

NOTA: Embora hajam terminado os exames, todos os alunos, deverão freqüentar o “Grupo” até o dia último de Dezembro (31 de Dezembro), para a boa organização do mapa mensal, rogo a todos os pais, a observância desta clausula.

O Diretor

(O *Lageano* de 26 de novembro de 1916)

Chama-se a atenção para a nota anexa ao comunicado dos exames, que institui a obrigatoriedade de freqüência dos alunos do Grupo Escolar. O não cumprimento desta freqüência remeteria o aluno a penalidades como mostra a seguinte nota:

A citada cláusula baseia-se no Art. 269 do Regimento Interno dos Grupos Escolares que diz: “Os alunos são obrigados à freqüência do estabelecimento, até o dia da entrega dos boletins de promoção (31/12).

A inobservância deste Art. traz como consequência o seguinte: “Fora da época fixada no citado art.; os boletins de promoção, indispensáveis para a matrícula no ano imediato só serão entregues mediante requerimentos, que pagarão o selo de 2\$000. (*Ibidem*)

Isso significa que o aluno que descumprisse essa observação do regulamento estaria na situação de pagar para retirar o boletim de promoção, ou não poderia efetuar matrícula para o próximo ano letivo.

Em Lages, as sessões dos exames de dezembro, acompanhadas pelos pais, responsáveis, autoridades locais e pela população, eram publicados nos jornais de circulação local como apresenta o quadro a seguir.

Secção Masculina

1º ano – Professora Maria Henn

Matricula	61
Comp. do exame	31
Approvados	24
Reprovados	7
Porcentagem de promoção	39%

2º ano – Professora Sophia M. de Carvalho

Matricula	33
Comp. do exame	22
Approvados	21
Reprovados	01
Porcentagem de promoção	63%

3º ano – Professora Doralice Senna

Matricula	22
Comp. do exame	15
Approvados	12
Reprovados	03
Porcentagem de promoção	54%

4º ano – Professor João A. O Henriques

Matricula	10
Comp. do exame	08
Approvados	08
Reprovados	0
Porcentagem de promoção	80%

QUADRO 10 - MOVIMENTO DO GRUPO ESCOLAR INCLUINDO AS PROMOÇÕES

FONTE: O LAGEANO DE 22 DE DEZEMBRO DE 1917, ANO III, N. 123
CONTINUA

Secção Feminina

1º ano – Professora Georgina V. Branco	
Matricula	53
Comp. do exame	29
Approvados	24
Reprovados	05
Porcentagem de promoção	45%

2º ano – Professora Zulmira A. da Silva

Matricula	27
Comp. do exame	18
Approvados	16
Reprovados	12
Porcentagem de promoção	58%

3º ano – Professora Rosalina de Oliveira

Matricula	18
Comp. do exame	14
Approvados	14
Reprovados	0
Porcentagem de promoção	77%

4º ano – Professora Gracinda A. Machado

Matricula	09
Comp. do exame	07
Approvados	07
Reprovados	0
Porcentagem de promoção	77%

QUADRO 10 - MOVIMENTO DO GRUPO ESCOLAR INCLUINDO AS PROMOÇÕES

FONTE: O LAGEANO DE 22 DE DEZEMBRO DE 1917, ANO III, N. 123
CONCLUSÃO

Os dados apresentados pela publicação dos resultados dos exames, provocam alguns questionamentos quanto à frequência e ao número de alunos que se matriculavam no Grupo Escolar em Lages.

No primeiro ano da seção masculina, por exemplo, apresentavam 61 alunos matriculados. Para a realização dos exames da prova escrita e oral no dia 21 de

dezembro, apenas 31 compareceram. E os outros 30 alunos? Quais foram as causas que os levaram ao não comparecimento dos exames e conseqüentemente a não promoção para o segundo ano? Se as realizações destes exames eram, também, momentos festivos, o que causava a ausência a esses exames escolares?

O Regimento Interno apresenta as solenidades escolares divididas nas categorias comemorações e festas. Essa divisão, conforme o artigo 250 se fazia “a fim de não ser prejudicado o ensino com a superabundância de festejos escolares”.

As comemorações eram promovidas sem convites, somente para os alunos e professores e tinham como objetivo “incutir no ânimo das crianças amor a si próprios, a família e a pátria” (Artigo 251). No entanto, apesar de serem “promovidas sem caráter festivo, sem convites e intimamente, todavia a assistência das mesmas é permitida aos pais e as autoridades locais” (Artigo 255).

Eram comemorados todos os feriados instituídos pelo Artigo 137⁶⁵ do Regimento bem como os seguintes dias: 28 de setembro; 24 de maio; 11 de junho e a data da inauguração do estabelecimento. As comemorações eram realizadas às vésperas dos feriados e passavam por dois momentos. No primeiro, o professor de cada classe explicava, em linguagem ao alcance dos alunos, o motivo do feriado do dia seguinte. No segundo momento, todas as classes do Grupo eram reunidas e o diretor explicava com mais profundidade a data comemorada.

Diferente das comemorações, as festas escolares, de acordo com o Regulamento, se realizavam “sob convites nominais, a fim de bem acomodar aos alunos, pais, autoridades e demais convidados que as assistirem”, as festas

⁶⁵ Artigo 137. – Cessa o exercício das aulas nos grupos escolares:

1. - nos domingos;
2. - no dia 24 de Fevereiro;
3. - » » 21 » Abril;
4. - » » 1º » Maio;
5. - » » 3 » Maio;
6. - » » 13 » Maio;
7. - » » 11 » Junho;
8. - » » 14 » Julho;
9. - » » 7 » Setembro;
10. - » » 12 » Outubro;
11. - » » 2 » Novembro;
12. - » » 15 » Novembro;
13. - » » 17 » Novembro;
14. - » » 24, 25 e 26 de Dezembro;
15. - nos dois dias de Carnaval;
16. - na Quinta, Sexta e Sábado da Semana Santa;
17. - nos meses de Janeiro e Fevereiro

escolares se faziam coetâneas com os ideais republicanos de criar uma consciência cívica, iniciando com a criança e estendendo-se a sociedade.

As festas escolares aconteciam em datas fixadas pelo Regimento Interno, sendo que não era permitido aos diretores promoverem outras festas, a fim de não prejudicar o andamento do ensino. Cabe aqui, uma observação ao Regimento Interno dos Grupos Escolares em Santa Catarina, no que concerne a data fixada para as festas, o Artigo 259⁶⁶ apresenta cinco festas capituladas no artigo 257, todavia esse artigo apresenta somente 4 datas para os festejos – 03 de maio, 07 de setembro, 19 de novembro e 30 de dezembro.

A festa de 03 de maio deveria estar dividida em duas partes: a 1ª deveria ser em homenagem ao Brasil e a 2ª parte à festa das aves. A festa de 7 de setembro, também tinha seu programa dividido em 2 partes: na qual a 1ª destinava-se à independência e a 2ª a festa às árvores. Em 19 de novembro, o programa comemorava a República na 1ª parte e a bandeira, na 2ª. E ainda em 30 de dezembro “Os festejos de encerramento precediam a solenidade das promoções e só podem ser realizados em 30 de dezembro, embora este dia caia em domingo” (Artigo 262). As duas primeiras festas do ano tinham, além do caráter cívico – o de homenagear o Brasil e a Independência -homenageavam a natureza.

Em 1916, o Grupo Escolar em Lages fugiu à regularização e cresceu ao calendário escolar a festa de inauguração do retrato do patrono daquele estabelecimento, Vidal Ramos.

No dia 8 do corrente, às 15 horas, foi solenemente inaugurado no GRUPO ESCOLAR “VIDAL RAMOS” o retrato do seu eminente patrono Sr. Senador Vidal Ramos.

Compareceram ao ato o corpo docente e discente do estabelecimento, coronel Thiago de Castro, deputado estadual e representante do ilustre homenageado, coronel Belisário Ramos, Superintendente Municipal, autoridades, funcionários públicos, muitas senhoras e cavalheiros perante os quais, á hora aprazada, foram corridas as cortinas que velavam a magnífica tela enquanto todos os alunos cantavam o Hino ao Patrono, letra do professor Manoel Luiz e música do maestro Virgílio Godinho.

Em seguida o Sr. Dr. Marcos Ribeiro proferiu um discurso laudatório do homenageado, cujas qualidades e serviços analisou devidamente, abordando o tema da instrução pública e a situação dos grupos escolares e concluiu declarando inaugurado no estabelecimento sob

⁶⁶ Artigo 259 – Fora das **cinco festas** capituladas no artigo 257, os diretores não poderão promover outras festas escolares, afim de não prejudicar o andamento do ensino. (Grifo meu)

sua direção o retrato dos seu insigne patrono Sr. Senador Vidal Ramos.

Em nome deste seguiu-se com a palavra o Sr. Deputado Thiago de Castro que pronunciou o discurso que adiante publicamos, sendo os dois oradores muito aplaudidos.

A brilhante festa inaugural foi completada com diversos números do programa escolar, lavrando-se de tudo uma ata que foi assinada por grande número das pessoas presentes.

A este ato compareceu o representante desta folha Sr. Áureo de Castro, que em nome dela felicitou o Sr. diretor do Grupo pela solenidade da inauguração, felicitações estas que são extensivas ao ilustre homenageado Sr. Senador Vidal Ramos pela justiça da homenagem e pelo magnífico acabado da tela que o reproduz com inteira fidelidade.

(*O Lageano*, 17 de setembro de 1916, n. 21)

Em acordo com Bencostta (2006), quando sinaliza ser a festa escolar e suas representações, espaços de sociabilidade capaz de contribuir na construção de interpretações históricas do universo escolar, no qual as crianças (alunos) eram apresentadas à sociedade como personagens principais desses momentos, que para além de comemorar a criança intentava mostrar o monumento escolar. Buscando visualizar o universo festivo do Grupo Escolar Vidal Ramos em Lages, apresentam-se três datas festivas são elas: o 7 de setembro, o 19 de novembro e o 30 de dezembro.

Em 1922, as comemorações do centenário da Independência do Brasil, ganharam proporções festivas que se fizeram sentir por todo o país⁶⁷. Em Lages, organizou-se um programa que abrangia todos os segmentos da sociedade - igreja, clubes, poder municipal, escolas - que estavam envolvidos nas comemorações do centenário da Independência.

O programa devia iniciar às 6 horas da manhã, quando todos os sinos da Igreja Matriz tocavam, ininterruptamente, durante 5 minutos. No decorrer do dia havia manifestações cívicas e a festa se encerrava às 20 horas da noite quando os clubes 14 de Julho e 1º de Julho, espaços de sociabilidade, abriam suas portas para comemorar a data, quando era apresentado um programa especial.

As instituições de ensino na cidade, o Grupo Escolar, a Escola Complementar e o Colégio Santa Rosa de Lima, estavam estar presentes às 10 horas para a sessão solene de hasteamento do pavilhão nacional, na praça municipal. Os alunos

⁶⁷ Gizele de Souza e Marcus Levy Albino Bencostta discutem como os grupos escolares em Curitiba - PR comemoraram esta data.

dessas escolas prestavam suas homenagens cantando o Hino Nacional que era seguido de uma programação e de uma passeata cívica pelas ruas da cidade.

As comemorações do centenário da Independência tiveram grande repercussão na sociedade lageana, pois passados 9 dias das comemorações, os jornais da cidade ainda traziam detalhadamente de como haviam sido as comemorações.

No Grupo Escolar a festa comemorativa obedeceu ao seguinte programa:

I Parte
Independência

- 1) Hino da Independência, acompanhado ao piano pela exma. Sra. Dona Áurea Leal Moura;
- 2) 7 de Setembro, Dinarte Brasil;
- 3) Hino da Bandeira;
- 4) Minha Pátria, Edith Carvalho, complementarista;
- 5) Discurso pela complementarista Ismênia V. Furtado;
- 6) Monumento do Ypiranga, Plínio Schmidt, complementarista.

II Parte

- 1) Hino às árvores, acompanhado ao piano pela exma. Sra. d. Áurea Leal Moura;
- 2) Canção Portuguesa, Belinha Leal, acompanhado ao piano pela exma. Sra. Áurea Leal Moura;
- 3) Hino Nacional.

A afluência das autoridades e famílias ao Grupo foi extraordinária, dando ao Grupo o cunho de um dos seus grandes dias de festividade patriótica.

O sr. Professor João Ambrosio, atual diretor do Grupo, foi muito felicitado pelo brilho da comemoração no Grupo.

(*O Planalto*, 16 de setembro de 1922)

Quanto à passeata cívica popular pelas ruas da cidade, prevista pelo programa, de acordo com o mesmo jornal, havia sido suspensa devido ao mau tempo, porém:

Tendo (...) a tarde melhorado, realizou-se a das escolas, levado a efeito pelo Grupo escolar que percorreu precedido de uma banda de música as ruas da cidade cantando os hinos da Independência, da Bandeira, da Proclamação e outros hinos patrióticos. (*Idem, Ibidem*).

Entre esses hinos, possivelmente o hino criado para o Grupo Escolar pode ter sido entoado pelas crianças nessa passeata. Na letra de Trajano José de Souza e na música de Manoel José de Mello é perceptível o enaltecimento à função da

escola, à importância da instituição na vida de seus alunos e à sua ação transformadora na vida da sociedade lageana.

Hino do grupo Escolar Vidal Ramos

*Nobres filhos de heroes bandeirantes,
Neste templo de luz a fulgir,
Estudantes briosos confiantes,
Preparamos da Patria a povier.*

Estrilho

***Mocidade elevar esta terra,
Terra ativa em fecundo labor,
E num hino que jubilo encerra,
Eis cantar nosso grupo ardor.***

*Oh! quão belesa sublime a cruzada,
Desfraldando da ciencia o fanal,
Desvendamos mil coisas do nada,
Já sorri-nos o fulgido ideal.*

Estrilho

*Oh! jamais o entusiasmo esmorece,
Sempre avante com a fé juvenil,
Prazo a Deus que este grupo florece,
Gloria a honra de nosso Brasil.*

Estrilho



FIGURA 7 – DESFILE DOS ALUNOS DO GRUPO ESCOLAR EM LAGES, SEM DATA

FONTE – MUSEU HISTÓRICO THIAGO DE CASTRO

A participação dos alunos do Grupo Escolar em desfiles pelas ruas da cidade, como mostra a figura, possivelmente foram mecanismos criados para fortalecer os sentimentos patrióticos, ou como sinaliza Bencostta (2006), “os desfiles patrióticos foram vistos como transmissores de uma linguagem coletiva, capaz de expressar concomitantemente múltiplos planos simbólicos que os levam a serem identificados como uma grande festa que intentavam inculcar consciência patriótica nos futuros cidadãos” (In: VIDAL, 2006, p.313).

A terceira festa comemorada pela escola primária fazia referência ao 19 de Novembro, o regulamento dos Grupos Escolares dividia essa festa em duas partes. A primeira parte da festa era dedicada aos festejos da República e a segunda à Bandeira. Em 14 de novembro de 1917, o Grupo Escolar de Lages apresentou o seguinte convite-programa para a festa de 19 de novembro.

Programa

Ilmo. Sr.

Em homenagem ao áureo Pavilhão Brasileiro e a Proclamação da nossa República, unida e forte, este estabelecimento de ensino fará uma festa, para a qual convidamos V. S. e a Exma. Família.

Lages 14 de novembro de 1917

João dos S. Areão

1ª Parte

Às 12 horas em ponto, será hasteada a Bandeira Brasileira no Grupo Escolar, formando todos os alunos, que cantarão o Hino á Bandeira.

Discurso pelo professor João Antonio de Oliveira Henriques

Hino Nacional por todos os alunos

2ª Parte

Passeata formando todos os alunos, que percorrerão as ruas da cidade em cumprimento aos Pavilhões hasteados.

3ª Parte

(as 17 horas na área do Grupo)

A Republica Brasileira

1. Hino 15 de Novembro
2. Abençoada Semente – Baselissa Borges
3. 15 de Novembro (dialogo) – João Ghiorzi e Plínio Schmidt
4. 15 de Novembro de 1889 – Zenita Andrade
5. Aos propagandistas – Celina Arruda
6. Hino Proclamação da República.

4ª Parte

ABandeira

1. Hino á Bandeira
2. A'Bandeira (discurso) – Edmundo Arruda
3. Saudação á Bandeira – Edith Silva
4. Nosso Dever – Agnello Arruda
5. Ave Bandeira (monologo) – Euthalia Andrade
6. A Bandeira – Annita Couto
7. Salve Bandeira – Ecildo Borges
8. A Bandeira Nacional – Mauro Ribeiro
9. Sugestão de Sy bolo – Belisaria Rodrigues
10. Hino ao Brasil Cívico

5ª Parte

Quem desalvora a Bandeira – Jogo pelos partidos verde e encarnado.
Verde

Cap. Couto, Agnello, Menote, Raul, Nepomuceno, J. Carvalho, Grechi, Plínio, Edmundo, Cícero e Mauro.

Vermelho

Cap. Nicolleli, Sabastiao, Osny, Octavio, Rivadavio, Aroedo, Agenor, Joaquim, Virgilo, João e Dorvalino.

A parte do vencedor desalvorará a Bandeira com toda a solenidade, ao som do Hino Nacional cantado por todos os alunos.

Fonte – Museu Thiago de Castro – 14 de novembro de 1917.

De acordo com o programa apresentado pelo Grupo em Lages, a primeira parte não festejava a República, ficando os festejos desta para a terceira parte do programa.

As festas escolares estendiam-se, como pode ser verificado a partir do mesmo programa - 2ª Parte -, para além dos espaços da escola. Os desfiles escolares, como já sinalizado por Bencostta (2006), eram responsáveis, até os nossos dias, por dar visibilidade a escola e instituir uma consciência cívica, uma vez que assumem, em determinado período proporções, que enaltecem a pátria. O 7 de setembro, data da Independência do Brasil, é um mecanismo que articulado com a escola, ainda é usado para perpetuar a consciência cívica, haja vista as manifestações escolares como desfiles, solenidades, guarda do fogo cívico.

A última festa do ano acontecia em 30 de dezembro⁶⁸, era a festa de encerramento das atividades, momento onde se mostrava os resultados, “o progresso” dos alunos do Grupo.

Em 1916, após a realização da festa de encerramento do Grupo, o jornal *O Lageano* divulgava a seguinte nota em prol resultados mostrados pelos alunos, buscando também evidenciar uma possível receptividade dos mesmos resultados pelos que assistiram às festividades de encerramento.

Festas Escolares

Grupo Vidal Ramos

Este importante estabelecimento de ensino público encerrou o ano escolar com uma magnífica festa realizada ante ontem.

Com quanto modesta a festa do grupo, causou a **melhor impressão** e alegria a todos quantos a ela assistiram, especialmente aos que ali tem seus filhos, seus irmãozinhos recebendo a luz da instrução.

O programa foi executado á risca, **sendo completo o desempenho dos alunos**, por isso mesmo que felicitamos com abundancia de coração ao corpo docente desse estabelecimento.

Durante a festa tocaram belas peças a orquestra “Lyra Serrana” e a Banda do 54 Batalhão.

(*O Lageano*, 01 de janeiro de 1916, n. 34, grifos meus)

Faziam parte da solenidade de encerramento do ano letivo no Grupo Escolar, as exposições e as leituras de poesias, enfim um cronograma de eventos, organizados de acordo com o Regimento Interno sendo publicado nos jornais locais.

⁶⁸ Art. 262 “embora este dia caia em domingo”.

A 14 do corrente este acreditado estabelecimento de instrução encerrou suas aulas com uma encantadora festa. As 17 horas, com a presença de muitas exmas. Famílias e Cavalheiros teve ela inicio, com a distribuição dos diplomas aos alunos que concluíram o curso preliminar.

Finda que foi essa distribuição o Sr. João Areão, esforçado diretor, leu substancioso discurso e, o qual, com elevação de idéias, concitou os alunos a estudarem cada vez mais para serem **úteis a Pátria**.

A impressão deixada foi **mais uma vez provada a obra verdadeiramente patriótica**.

Ao Sr. Diretor e aos inteligentes e dedicados srs. Professores, apresentamos nossas mais sinceras felicitações pelo feliz resultado de seus esforços” (Jornal *O Lageano*, 22 de dezembro de 1917, Grifos meus).

Dentre diversos excertos jornalísticos mencionando as festas de encerramento do ano letivo no Grupo escolar, o que se apresenta acima, foi escolhido por trazer em seu bojo duas afirmações por parte do diretor do Grupo: apontar os alunos como úteis à pátria, isto é, a escola como mecanismo de formar o cidadão, devendo este ser útil à nação, e o fazer do Grupo escolar como obra verdadeiramente patriótica na perspectiva analisada por Carvalho “A escola foi (...) arma para efetuar o Progresso” (2003, p.07).

De acordo com o Regimento Interno dos Grupos Escolares, as exposições “terão por fim apresentar ao público o resultado dos trabalhos do ano letivo” (Artigo 263), ou seja, a intencionalidade das exposições escolares era a de mostrar as atividades desenvolvidas pelos alunos durante o ano letivo. O mesmo Regimento particulariza a maneira de como deviam estar organizadas as exposições dos trabalhos, e esta função era atribuída ao diretor do Grupo escolar.

As exposições aconteciam ao final do ano letivo e, acrescentadas aos exames do mês de dezembro configuravam as festas de encerramento onde

apresentavam um momento de exposição pública do trabalho e das atividades desenvolvidas na escola. Por meio delas as famílias dos alunos e a população em geral tomavam ciência da qualidade do trabalho desenvolvido nos estabelecimentos de ensino. (SOUZA, 1998a, p. 261)

As festas de encerramento do ano letivo constituíram-se de momentos em que a população e a sociedade adentravam ao universo escolar para verem concretizados o grau de desenvolvimento do alunado refletido nos trabalhos expostos por cada um destes, afinal, o grupo escolar era depositário de otimismo. E

os trabalhos apresentados nas exposições escolares eram os resultados dos objetos confeccionados manualmente pelos alunos do Grupo, como mostra a figura a seguir. Nessas exposições além dos trabalhos manuais eram expostos também provas, cadernos e outros trabalhos.



FIGURA 8 - TRABALHOS EXPOSTOS NO GRUPO ESCOLAR, SEM DATA DE EXPOSIÇÃO

FONTE: ACERVO DO MUSEU THIAGO DE CASTRO

Em 1917, o jornal *O Lageano* vinculava a seguinte nota referente à exposição dos trabalhos apresentados na festa de encerramento das atividades do Grupo Escolar.

Correspondendo ao gentil convite de seu Diretor tivemos ocasião de visitar a exposição de trabalhos escolares no Grupo Vidal Ramos que, assim como nos anos anteriores, causou a melhor impressão, **tradutora do adiantamento** daquele bem organizado instituto de ensino. (*O Lageano*, 06 de janeiro de 1917).

A informação contida nesse fragmento corrobora para a perpetuação no imaginário dessa crença progressista, desse otimismo depositado nesse modelo de escola implantada pela nova ordem vigente no Brasil.

No grupo escolar em Lages não só circulou a prática dos festejos cívicos, exames e exposições de trabalhos de alunos, mas também a realização de outro ritual, de caráter religioso: a primeira comunhão.

Em 1921, o jornal *O Planalto* trazia a informação de que as aulas de catecismo nas dependências do Grupo Escolar encontravam-se abertas.

Em Prol da Instrução Religiosa

Comunico aos srs. Pais que estão reabertas as aulas do catecismo para os alunos e alunas do Grupo Escolar. A doutrina de agora em diante é as 2 horas da tarde nas quartas feiras e nos sábados (...)
Queiram os exmos srs. Pais aproveitar a oportunidade, proporcionando a seus filhos, **ao lado da instrução profana os necessários conhecimentos religiosos.**
Padre Gabriel Zimmer – vigário

(*O Planalto*, 20 de agosto de 1921)

A presença da Igreja Católica ministrando aulas de catecismo e organizando festas de primeira comunhão no espaço interno de uma instituição, que ao menos no propósito, fazia parte de um projeto de educação público e laica,⁶⁹ no mínimo gera uma aparente dicotomia. No museu Thiago de Castro, encontram-se interessantes imagens de alunos do Grupo Escolar comemorando a cerimônia da Primeira Comunhão nas dependências da escola e imagens de religiosos como docentes nesses espaços de ensino.

⁶⁹ Em 1891, a promulgação da Carta Magna, documento de cunho liberal, não garantiria somente a liberdade de manifestações religiosas, mas, também a laicidade do ensino. Esta garantia possibilitou a inserção das escolas de manifestação protestante pelos estados brasileiros. Na capital catarinense, a título de exemplo: “A Escola evangélica, dirigida pela Igreja Presbiteriana, teve o seu início no dia 18 de março de 1903” (HACK, O. H. P. 2000, p. 145).



FIGURA 9 – PRIMEIRA COMUNHÃO DOS ALUNOS DO GRUPO ESCOLAR VIDAL RAMOS, 1928
 FONTE: ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO THIAGO DE CASTRO

Esta situação presente no grupo escolar em Lages, onde a Igreja católica se insere como *aliada* às ações do estado, apesar de oficialmente distinta deste a igreja aparece também como coadjuvante de um projeto republicano de educação que se declarava laico e liberal e isso abre a perspectiva de tencionar a relação desta igreja com a sociedade lageana. No entanto, no plano das festividades, a presença da igreja católica neste espaço educativo proporcionava às crianças a festa da Primeira Comunhão, como mostra a imagem a seguir. Assim, questiona-se se a relação entre escola e a ação católica tinham sido momentos em que a escola pública em Lages procurou dar-se a ver pela sociedade, usando taticamente⁷⁰, esse momento para mostrar a importância, a imponência desse grupo escolar a sociedade em Lages. Ou, ao contrário, da igreja em relação à sociedade, ocupando espaços públicos para ações religiosas.

⁷⁰ Aqui no sentido do conceito de táticas empregado por Certeau, quando afirma que a tática é “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio” (2000, p.100) e que atenta fica na espreita para que no momento oportuno possa aproveitar as “possibilidades e as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário”(idem, ibidem, p.101).



FIGURA 10 – PRIMEIRA COMUNHÃO NO GRUPO ESCOLAR – 1928

FONTE: ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO THIAGO DE CASTRO

As festas organizadas e celebradas pela escola em Lages foram momentos de destaque no cotidiano dela, momentos em que se buscava delinear um novo cidadão, momentos em que se procurava engendrar no imaginário coletivo a necessidade por esse tipo de escola. Se, por um lado, o artifício das festas e das comemorações foi concebido como momento em que a escola dava a ver e deixava-se ver, por outro, foi também momento em que os novos atores (as crianças) passaram a ser partícipes desse novo universo que se configuravam a partir da implantação do Grupo Escolar.

Por fim, há de problematizar, que para além da dimensão governamental, que produziu as festividades escolares instituindo-as por decretos, regulamentos e inserindo-as ao tempo escolar, esses festejos não teriam assumiram, também no universo infantil, a dimensão do lúdico, do prazeroso, do divertido?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lages, 19 de maio de 1913, recebe a inauguração de uma nova instituição de ensino público primário – o Grupo Escolar – e que carrega em seu nome o nome de Vidal Ramos considerado cidadão benemérito de Lages e que ocupara vários cargos políticos no estado catarinense como: Senador, Governador, Deputado Estadual.

O trabalho pôde evidenciar aspectos que mobilizaram as autoridades de ensino e outros segmentos sociais na (re)organização do ensino público primário catarinense e na edificação do Grupo Escolar em Lages. Dentre esses aspectos, destaca-se a auto-referência da atuação política de determinados representantes do governo catarinense em prol da instrução pública e da potencialidade modernizadora que tais ações produziram em âmbito social. Um bom exemplo que aqui pode ser lembrado é Vidal Ramos:

a minha presença aqui, significa, não somente, uma homenagem que eu quis prestar à terra onde nasci e onde dei meus primeiros passos na vida pública, como também, o meu cumprimento de um dever, do cargo que ocupo. Fui eleito governador. É meu dever examinar e dirigir diretamente, os públicos negócios, nem eu compreendo de outro modo, o regime vigente.

Recebam meus conterrâneos, este moderno estabelecimento de ensino (...), como uma demonstração do meu reconhecimento, pelo muito que lhes devo, da honrosa confiança em toda minha longa carreira política, que pode terminar hoje ou amanhã, tranqüila e serenamente, porque, no remanso da vida íntima não me perturbará o temor do juízo da história.

Sou um político que não pode queixar-se da sua estrela, para cujo brilho talvez, tenha concorrido, a minha educação política, baseada nos são princípios da lealdade e da tolerância. Sou talvez o único homem público catarinense que, neste regime, conseguiu governar o Estado por duas vezes, cercado do apoio unânime de todos os bons elementos.

Que prova mais evidente da aprovação à minha conduta política, no sentido legítimo da palavra, eu poderia esperar?

(RAMOS, 20 de maio de 1913)

Pode-se perceber, a partir das palavras, que o governador procurava demarcar sua atuação política e evidenciar os resultados destas ações. Ações como a Reforma no Ensino Público Primário que implantou um novo tipo de escola pública primária no estado catarinense.

A pergunta que se fez desde o início desta pesquisa foi sobre o lugar que o grupo escolar teria ocupado no cenário da instrução primária em Lages.

Verificou-se que o grupo escolar, em relação às outras iniciativas de escolarização primária, trouxe algumas mudanças no modo de organização do ensino primário utilizando-se de mecanismos que buscavam distingui-lo, destacá-lo destas iniciativas de escolarização existentes na região da serra catarinense. Mecanismos como método de ensino, materiais didáticos, espaço, mobília adequada, festas, comemorações e exposições escolares. E que, ainda introduziu elementos como a função de portaria e direção, que regulou os horários de funcionamento e que controlou o exercício do professorado e do alunado. Ou seja, buscava consagrar uma nova forma escolar (VINCENT, 1980) de ensino primário que uniu gradação, seriação de conteúdos, e que ainda estão presentes na estrutura da escola contemporânea.

A organização dos grupos escolares em Santa Catarina representou, nas primeiras décadas do século XX, o símbolo de modernização, inovação e renovação no ensino. Nos discursos políticos, esse tipo de escola passou a ser enaltecido como força propulsora do progresso do país, que deveria formar o cidadão republicano. As fontes consultadas, especialmente os jornais do período, veiculavam a idéia de uma nova instituição escolar que romperia com os “arcaicos métodos de ensino” que mantinham o ensino primário no estado “circunscrito à fórmula carunchada e gasta do ler, escrever e contar”. (RAMOS, 1912, p.28).

Fica evidente a partir das fontes consultadas, a operação de constituição das idéias republicanas que, para afirmar o novo propalado pelos ideais republicanos, necessitava destituir o velho. No bojo destas idéias, o grupo escolar aparece como instituição que romperia com o velho e que instituiria o novo em educação, que tanto poderia ser “pisada pelo pé calçado do rico como pelo pé descalço do pobre”. Nesse sentido, a educação, neste movimento de afirmação republicana, constituía-se como mecanismo para seduzir a população.

Para além dos discursos que propalavam os ideais de escola republicana, esse projeto, também proporcionou materialidade visual a essa nova forma escolar. Criados sob uma arquitetura monumental, os grupos escolares organizavam-se em espaços específicos prescritos a suas funções como: sala do diretor, sala para o museu, biblioteca, salas de aula, pátios distintos para as seções masculinas e femininas. No que concerne a localização no espaço urbano os grupos escolares, e

aqui em específico o grupo escolar Vidal Ramos, ocupou lugar de destaque nesse cenário.

A imagem que estampa este trabalho, na qual apresenta o grupo escolar em Lages ocupando um lugar distinto no cenário urbano, reitera a perspectiva de que estes teriam sido criados para “darem-se a ver”, ou seja, o grupo escolar em Lages estava em consonância com o projeto republicano de mostrar a escola a partir da monumentalidade de seus edifícios. Associada a monumental arquitetura do grupo escolar em Lages, a localização, o lugar ocupado no cenário urbano remete a construção de um lugar simbólico, de centralidade nesse momento de constituição da República.

Acredito como aponta Silva (2006), que os grupos escolares se constituíram, nesse momento “em símbolos importantes que demarcavam força política, registravam ação governamental e disseminavam um ideal de escola que prometia o alcance do progresso, a modernidade, a redenção” (SILVA, 2006, p.345).

O estudo do Grupo Escolar em Lages, desenvolvido dentro da perspectiva de compreender o lugar ocupado por esta instituição de ensino na configuração do ensino público primário, desvelou elementos do seu cotidiano, tais como: a organização e práticas pedagógicas, a organização do tempo e do espaço escolar; a organização dos alunos, o corpo docente, as festas, as comemorações, os ritos.

Nesse sentido, no último capítulo apresenta-se a tentativa de entender a escola por dentro, de se aproximar de alguns aspectos que permitiram visualizar o funcionamento interno deste grupo escolar em Lages. Na busca por compreender quem eram os sujeitos que freqüentaram essa escola, o acompanhamento aos alunos matriculados em 1920, mesmo não se constituindo em um grande mapeamento, oportunizou visualizar que o grupo escolar foi freqüentado por alunos de diferentes níveis econômicos. No entanto, se por um lado, foi uma instituição que contava com a presença de crianças mais abastadas economicamente e de crianças pobres, por outro, a fonte dá indícios de que os processos de escolarização podem não ter ocorrido de formas semelhantes para todos os alunos. As questões que surgem, a partir da observação *ao tempo, ao período* de permanência e as condições à que estiveram associadas à freqüência ao grupo, são: por que a criança pobre apresenta um índice de repetência maior? Por que esta criança pobre entra com uma faixa etária mais avançada? São questões que nesse trabalho apresentam-se

inconclusas, mas, que oportunizam novos olhares, novos interesses a pesquisa em História da Educação.

No esforço, ainda, de entender essa escola por dentro destacou-se as práticas festivas desse universo escolar. As festas, as comemorações, os exames, os ritos que compunham o interior desta escola, para além de serem práticas instituídas, vinculadas e prescritas as normas que regeram este tipo de escola. Em Lages apresentaram-se, em algumas ocasiões, como peculiares como, por exemplo: a presença da festa de primeira comunhão no interior do grupo, o que também se torna passível de tencionar as relações entre sociedade e poder eclesiástico, algo aqui também inconcluso.

No entanto, se por um lado, este universo festivo apresentou-se sob uma dimensão governamental, que produziu as festividades escolares instituindo-as por decretos, regulamentos e inserindo-as ao tempo escolar, e que procurava formar a partir deste o novo cidadão para a República, por outro, há de se problematizar que esses festejos certamente assumiram no universo infantil a dimensão do lúdico, do prazeroso, do divertido?

Em Lages, esse modelo de escola, inserido no cenário urbano, ocasionou uma nova configuração do ensino primário, quando aglutinou em um mesmo espaço apropriado, as aulas públicas existentes no espaço urbano. Se por um lado, essa nova forma escolar modificou o cenário da instrução pública primária, quando suprimiu as aulas públicas existentes no espaço urbano organizando-as em um mesmo prédio. Por outro, na dimensão das iniciativas de ensino primária particular, não houveram alterações significativas causadas pela presença do grupo escolar, pelo contrário, a partir das fontes percebeu-se que estas iniciativas de ensino continuaram a serem oferecidas no espaço da cidade. Nas localidades distantes do centro urbano, as aulas isoladas e nas iniciativas de ensino de caráter particular que ocorriam nos interiores as fazendas.

A pesquisa oportunizou, para além de perceber o movimento no cenário educacional lageano, causado pela implantação do grupo, a relação entre os reformadores catarinenses e o modelo de escola paulista. Essa assertiva tem como base a bibliografia disponível, que permite perceber que os estudos que caminham nessa direção, consideram os débitos da reforma catarinense aos padrões e modelos paulistas de ensino. Todavia, este estudo não desconsiderou a presença do modelo de escola norte-americana introduzida na capital catarinense no início do

século XX pelos presbiterianos. Uma escola que se organizava sob uma forma semelhante à dos grupos escolares.

Esse estudo trata-se da primeira tentativa de contribuição de cunho historiográfico sobre esta instituição de ensino que constituiu uma nova forma de praticar o ensino primário na região do planalto serrano. As reflexões apresentadas no decorrer do estudo permitem pensar em questões, que talvez aqui, não tenham ocupado o objetivo principal, ou que, talvez tenham sido tratadas com caráter mais informativo. No entanto, não se pode desconsiderar que possibilitam constituir uma nova frente de pesquisa em História da Educação catarinense como: um estudo comparativo entre as iniciativas de escolarização e o grupo escolar no sentido de identificar as rupturas e as permanências entre essas formas de ensino; a representação do Grupo escolar para a cidade e para a sociedade lagena, entre outras possibilidades.

Por fim, cabe destacar as dificuldades no trato com as fontes. A grande parte do corpus documental usado faz parte do acervo do Museu Histórico Thiago de Castro constituindo-se na grande maioria em excertos jornalísticos. Os livros de matrículas, os programas, as fotografias, enfim, a parca documentação referente ao grupo, também fazem parte desse acervo.

Finalizando, cita-se o texto de Vera Lucia Gaspar⁷¹, no qual estão representados os elementos que compuseram os ideais de escola pública no período estudado. O texto sintetiza a representação dos grupos escolares, enquanto escolas que buscaram criar no imaginário da população a necessidade de escolarização que pretendia ser a mola propulsora de uma nova sociedade.

Tive, em minha meninice, o privilégio de ser um dos primeiros alunos, assim como meus colegas de classe, do Grupo escolar Belisário Penna, de Capinzal. Por quanto me permite a memória lembrar, havia tantas novidades que todas não poderia elencar; lembro dos quadros negros parietais frontais, da largura da sala, o que era simplesmente estupefaciente para os que haviam vindo de uma escola tão mais primitiva em construção e objetivos e de status tão inferior; não lembro que um deles (o do fundo da sala) se destinasse ao lançamento das notas semanais de aplicação e comportamento; lembro sim de motas de aplicação e comportamento (tecnicamente então distinguiam-se os bons dos maus), mas isso mais tarde, na época do ginásio, quando então, além de muitas outras novidades, entre as quais a de se ter de sair da própria para uma cidade maior, o que era então o maior objeto

⁷¹ O texto faz parte do artigo “Vitrines da República: Os Grupos Escolares em Santa Catarina (1889-1930) publicado por Vera Lúcia Gaspar em 2006.

de desejo e de promoção de status social, assim como era glamuroso voltar para as férias de verão (e viver internado era tão charmoso quanto cheio de histórias a contar e mais que tudo inventar), tudo sinal do mais reconhecido prestígio quando o simples passar pelas ruas era como desfilarmos e ser cumprimentado até pelos mais velhos que antes nunca sequer nos haviam considerado e que agora curiosos se manifestavam por novidades como tanto novo saber, o chamar de “matéria” o ter-se “tantas matérias” de aula e o chiquê maior de ser ter um professor para uma ou duas matérias, e de serem aulas exclusivas para a matéria, e de ser de tirar as dúvidas de português, história ou matemática ao professor de português, ou de história ou de matemática, o ter que compartimentar as dúvidas e respostas num bem ordenado esquema do saber ou ignorar, como se isso também fosse um insuspeitado salto social jamais sequer inopinado; era, lembro, tão envaidecedor falar palavras que eram apenas sonoras, mas que nossos antigos colegas, pais, familiares e senhores e senhoras de nossa cidade natal nunca poderiam saber o que pudessem significar; perguntavam então, com pretensão do que pudessem melhor entender, de viagens de trem, e então falávamos de andar de ônibus urbano, de ruas calçadas e de praças... palavras que enchiam o peito ao serem pronunciadas, e até nessas coisas havia algo de muito maior e superior e intangível aos pobres amigos e concidadãos confinados ao interior. Lembro, voltando ao Grupo Escolar Belisário Penna, do armário de porta de vidro, para arrecadação do material dos alunos; lembro das praças de esportes, cousas dantes nem pensadas, com modernos traçados e gramadas, lembro dos aparelhos sanitários, com surpreendentes dejectórios e mictórios que tão nobre e assepticamente substituíam as casinhas; os hábitos de “asseio”, palavra nova e desconhecida, mas que então em usar sabão de coco, grande novidade por cor e perfume e a não menor novidade de as mãos em lavatórios de louça branca lavar, e que, por levarem escrito “marca patente” por patente havia de ser conhecido, nome que logo aprendemos que devia ser substituído pelo então chique de aparelhos sanitários; só não lembro das escarradeiras; lembro das paredes caiadas; lembro da sala do diretor e do respeito e terror de que se acercava, mormente se quando por negligência ou indisciplina à sua presença, que rara e só formalmente se via, se tivesse que comparecer para justa reprimenda receber ou satisfação de atos repreensíveis que ultrajassem a autoridade e competência da professora; lembro que até a cozinha havia, com a merenda, em geral sopa, que se havia de tomar não importava o gosto e sabor, tamanha era a novidade; lembro da estética e do orgulho de a tal instituição pertencer, e do status que tal matrícula conferia sobre os alunos de outras quase inexistentes escolas individuais ou particulares; lembro da autoridade de que gozavam os professores (aliás sempre e somente professoras eu tive), mas não de que quietos e atenciosos fossemos senão por receio à disciplina e suas ameaças; sabíamos e nos surpreendia a limpeza geral, que não sabíamos que para as instalações sanitárias se chamasse de assepsia; lembro de hábitos antigos e locais como os de marchar, a bandeira hastear, hinos patrióticos cantar, poemas recitar, as celebrações da semana pátria e os desfiles de 7 de setembro em que alunos e alunas, sempre de uniforme, azul e branco, de meias soquete e sapato preto ou tênis branco, pelas ruas então cascalhadas - o que era sinal de progresso e primeira vitória sobre a lastimável e pegajosa lama, que em geral por

ela e pela chuva descalços se enfrentava – se marchava por ruas de nomes pelas ruas principais que tinham nomes tão sonoros como XV de Novembro, que vínhamos então a saber pela professora de história tratar-se da data da proclamação da República.

O destaque dado ao texto de Juarez Segalin⁷², ao encerrar o estudo ao Grupo Escolar em Lages, corrobora com uma das hipóteses levantadas nesse estudo, a de que o Grupo Escolar em Lages, foi agente, que talvez não tenha modificado significativamente a configuração do ensino primário na serra catarinense, quanto as formas de aquisição da cultura letrada, se levar em conta que as iniciativas de escolarização continuaram existindo mesmo após a implantação desta escola. No entanto, não há como ignorar que, semelhante ao que ocorreu em Capinzal e que estão presentes na memória de Juarez Segalin, o Grupo Escolar em Lages foi, agente que introduziu uma nova forma de escolarização que paulatinamente foi introduzindo novos hábitos, novas práticas que foram estendendo-se ao âmbito da sociedade lageana.

Assim, o intuito desse estudo não era o de dar conta da história dessa instituição escolar, mas, provocar a reflexão sobre o lugar ocupado por ela na organização da cultura escolar primária e na constituição da infância escolar. Se o intento foi alcançado...não se sabe!!

⁷² De acordo com Vera Lúcia Gaspar da Silva, Juarez Segalin é um “cuidador de textos”, isto é, ele responsável pela revisão dos textos da professora Vera.

FONTES

Acervo do Museu Histórico Thiago de Castro.

Jornais

O Lageano, 28 de maio de 1883.
O Lageano, 14 de julho de 1883.
O Lageano, 28 de julho de 1883.
O Lageano, 26 de abril de 1888.
O Clarim, 14 de setembro de 1888.
A Gazeta, 9 de março de 1893.
O Lageano, 19 de maio de 1895.
O Imparcial, 18 de setembro de 1901.
O Imparcial, 11 de dezembro de 1901.
Região Serrana, 29 de agosto de 1909.
Região Serrana, O Imparcial e Cruzeiro do Sul, edição única de 11 de novembro de 1902.
O Lageano, 18 de fevereiro de 1913.
Região Serrana, 09 de março 1913.
Região Serrana, 13 de abril de 1913.
Semário da Região Serrana, 25 de maio de 1913.
Região Serrana, 25 de maio de 1913.
A Notícia, 05 de junho de 1913.
Diário da Tarde, 20 de março de 1914, Paraná.
Diário da Tarde, 08 de outubro de 1914.
Diário da Tarde, 07 de outubro de 1914, Paraná.
Diário da Tarde, 14 de outubro de 1914, Paraná.
O Lageano, 01 de janeiro de 1916.
O Lageano, 27 de abril de 1916.
O Lageano, 17 de setembro de 1916.
O Lageano, 26 de novembro de 1916.
O Lageano, 06 de janeiro de 1917.
O Lageano, 18 de fevereiro de 1917.
O Lageano, 11 de maio de 1917.
O Lageano, 22 de dezembro de 1917.
O Lageano, 11 de maio de 1918.
O Lageano, 13 de abril de 1918.
O Planalto, 10 de março de 1921.
O Planalto, 20 de agosto de 1921.
O Planalto, 24 de dezembro de 1921.
O Planalto, 16 de setembro de 1922.
A ÉPOCA, 11 de setembro de 1927.
Correio Lageano, 26 de agosto 1976

LIVROS DE MATRÍCULAS

Livro de matrículas da aula de Primeiras Letras de Clemência Antonia de Medeiros, 1851 – Acervo do Museu Thiago de Castro.

Livro de matrículas da aula Pública do Professor Simplício dos Santos Souza, 1896 – 1901 - Acervo do Museu Thiago de Castro.

Livro de matrículas da aula Pública da Professora Anna Antonia de Oliveira Carvalho, 1886 – 1896 - Acervo do Museu Thiago de Castro.

Livro de matrículas do Grupo Escolar Vidal Ramos, 1920 – 1916, seção masculina.

OFÍCIOS, DECRETOS, LEIS, RELATÓRIOS

Coleção de Leis do Império do Brasil de 1830. Tipografia Nacional.

Lei Imperial n. 268 de 1 de maio de 1848

Coleção de Leis Municipais, Lei 117 de 8 de janeiro de 1904.

Lei Municipal n. 156 de 08 de janeiro de 1904.

Lei n. 636, de 12 de setembro de 1904.

Lei n. 765, de 17 de setembro de 1907.

Lei n. 846 de 11 de outubro de 1910.

Coleção de Leis do Município de Lages 1907 – 1911

Lei Municipal n. 267 de 06 de janeiro de 1911.

Decreto n. 588 de 22 de abril de 1911

Decreto n. 604 de 11 de julho de 1911.

Relatório do 1º Substituto em exercício do Superintendente Municipal, Otacílio Vieira da Costa, apresentado ao Conselho Municipal em 3 de janeiro de 1911

COSTA, C. V. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Coronel Vidal José de Oliveira Ramos Governador do Estado pelo Tenente-Coronel Caetano Vieira da Costa Secretario Geral em 30 de junho de 1911. Florianópolis, Typ. a vapor da Livraria Moderna.

RAMOS, V. J. de O. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado, em 23 de julho de 1912.

Ofício n. 422, de 19 de abril de 1913.

RAMOS, V. de O. Discurso de Inauguração do Grupo Escolar em Lages proferido em 20 de maio de 1913.

Lei n. 967 de 22 de agosto de 1913.

Regimento Interno dos Grupos Escolares de Santa Catarina 1914

Decreto n. 855 de 05 de fevereiro de 1915

Lei n. 1130 de 1916

Lei Estadual n. 1619 de 1 de outubro de 1928.

CONVITES E PROGRAMAS DE FESTAS ESCOLARES

Convite de Inauguração do Grupo Escolar Vidal Ramos, 1913. (impresso)

Programa da inauguração do Grupo Escolar Vidal Ramos, 1913 (impresso)

Programa para a festa de 19 de novembro de 1917. (impresso)

REFERÊNCIAS

ABREU, G. S. A. de. **Escola Americana de Curitiba (1982 – 1934)**: um estudo do americanismo na cultura escolar. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 2003.

BARRA, V. M. da. **Da Pedra ao Pó**: O itinerário da lousa paulista do século XIX. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em educação: História e Filosofia da Educação, PUC/SP, 2001. (Dissertação de Mestrado).

BARROS, R. S. M. de. **A Ilustração Brasileira e a idéia de universidade**. São Paulo: Convívio – Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

BENCOSTTA, M. L. A. Desfiles **patrióticos: memória e cultura cívica dos Grupos Escolares em Curitiba (1903 – 1971)**. In: VIDAL, D. G. Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971), Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

_____. **História, cultura e sociabilidades: representações e imagens das festas escolares (Curitiba, 1903-1971)**. Disponível em <http://www.faced.ufu.br/columhe06/anais/arquivos/Marcus%20Levy%20Albino%20Bencosta.htm>. Acessado em 12 de fevereiro de 2007.

CARDIM, C. A. G. **As comemorações cívicas e as festas escolares**. São Paulo, 1916.

CARVALHO, J. M. de. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, M. M. C.de. **A Escola e a República**. São Paulo:Brasiliense, 1989. (Coleção Tudo é Históris, n. 127).

_____. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. (Estudos CDAPH. Série historiografia).

CATANI, B. D. **Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902 – 1918)**, Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano. 1 Artes do Fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 97.

_____ de. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHAMON, C. S. **Festejos Imperiais: Festas Cívicas em Minas Gerais (1815 – 1845)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

CHARTIER, R. **A História Cultural: Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CORRÊA, C. H. **Os governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982: notas biográficas**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1983.

CORREIA, A. C. L.; SILVA, V. L. G. da. **A lei da escola: sentidos da construção da escolaridade popular através de textos legislativos em Portugal e Santa Catarina-Brasil (1880 – 1920)** In: Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo: Autores Associados, julho/dezembro de 2004, n. 8.

COSTA, C. V. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Coronel Vidal José de Oliveira Ramos Governador do Estado pelo Tenente-Coronel Caetano Vieira da Costa Secretario Geral em 30 de junho de 1911. Florianópolis, Typ. a vapor da Livraria Moderna.

COSTA, L. **O Continente das Lajens: sua história e influência no sertão da terra firme**. Vol 3. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

DALLABRIDA, N. **“Colméia de virtudes: O Grupo Escolar Arquidiocesano São José e a (re)produção das classes populares”**, In: DALLABRIDA, N. (Org.). Mosaico de Escolas: Modos de Educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

EHLKE, C. **A Conquista do Planalto Catarinense**, Rio de Janeiro: Landes (UDESC), 1973.

ELIAS, N. **O processo civilizacional: Investigações sociogenéticas e psicogenéticas**. Vol. 1: Transformações do comportamento das camadas superiores seculares do ocidente. 1989. Trad. de Lídia Campos Rodrigues. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

FARIA FILHO, L. M. e VIDAL, D. G. **Os tempos e espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil.** In: Revista Brasileira de Educação. ANPed, Mai/Jun/Jul/Ago 2000.

FARIA FILHO, L. M. de. **Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa.** LOPES, Alice C. e MACEDO, Elisabeth. *Disciplinas e integração curricular: história e políticas.* Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 17.

_____. **Instrução elementar no século XIX.** (p.135–150). In: LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F.; VEIGA, C. G. (Org.). *500 anos de Educação no Brasil.* 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.

_____. **O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise** (p. 77 – 98). In: FONSECA, T. N. De L e VEIGA, C. G. *História e Historiografia da Educação no Brasil.* Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____; GONÇALVES, I. A.; VIDAL, D. G.; PAULILO, A. L. **A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira.** Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 30, n.1, p.139-159, jan./abr. 2004.

FIORI, N. A. **Aspectos da evolução do ensino público:** ensino público e política de assimilação cultural no estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

FONSECA, T. N. de L. **História e Historiografia da Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autentica, 2003.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HACK, O. H. **Protestantismo educação brasileira.** 2. ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 2000.

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico.** Tradução de Gizele de Souza. In: *Revista Brasileira de História da Educação.* N. 1, SBHE, Campinas, SP: ed. Autores Associados, 2001, p. 10 e 11.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto.** São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LE GOFF, J. **História e Memória.** Campinas: UNICAMP, 1990.

LUCHESE, T. A. **Leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita**": o processo escolar na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, Brasil. VIII Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana: contactos, cruces y luchas en la historia de la educación latinoamericana, Buenos Aires, 2007.

MIRA, C. **Terra catarinense**. Tipografia da Livraria Moderna. Florianópolis, 1920.

NOBREGA, P. de. **Ensino Público, Nacionalidade e Controle Social**: política oligárquica em Santa Catarina na Primeira República, 1900 – 1922. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado, 2000.

_____. **Escola Normal, ciência e nacionalidade na Primeira República**. In: SCHEIBE, L. e DAROS, M. das D. (org), Formação de professores em Santa Catarina. Florianópolis: NUP/CED. 2002. Série Pesquisas 1.

_____. **Grupos Escolares**: modernização do ensino e poder oligárquico. In: DALLABRIDA, N. (Org.). Mosaico de Escolas: Modos de Educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

NUNES, C., CARVALHO, M. M. C. de. **Historiografia da educação e fontes**. ANPED, 15^a R. anual , 13 a 17 de setembro , Caxambu: MG, 1992.

NUNES, S. **Caso Canozzi**: um crime e vários sentidos. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado, 2007.

PEIXER, Z. I. **A cidade e seus tempos**: o processo de constituição do espaço urbano em Lages. Ed. UNIPLAC – Lages, 2002.

PESSANHA, E. C., DANIEL, M. E. B e MENEGAZZO, M. A. **Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar**: uma trajetória de pesquisa. Revista Brasileira de Educação, nº 27. set/out/nov/dez. 2004. p.57-69.

PICHETTI, A. **História de Santa Catarina**. Curitiba: Grafipar, 1970.

PINTO, F. M. M. **Escola Pública em Lages na Década de 1930**: espaço de disputa política. Florianópolis: UFSC, 2001. Dissertação de Mestrado.

RAMOS, L. **Vidal Ramos completa 90 anos**. In: Revista Visão, ano 1. vol.1, junho 2002, p.29.

RICHARD, G. Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Coronel Gustavo Richard. Governador do Estado na 2ª Sessão da 7ª Legislatura do Congresso Representativo em 2 de agosto de 1908. Joinville, Typ. Boehm, 1908, p.13-14.

RODRIGUES, J. H. **Teoria da História do Brasil**: introdução metodológica. 3.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

ROMÃO, J., CARVALHO, A. A. de M. C. de. **Negros e Educação em Santa Catarina**. p.39 – 67. In: DALLABRIDA, N. (Org.). Mosaico de Escolas: Modos de Educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

SERPA, E. C. **A reformulação de condutas e sociabilidades em Lages durante a primeira República**. In: Revista da memória. Lages: Fundação Cultural, 1996.

SILVA, V. L. G. da. **Vitrines da República**: Os Grupos Escolares em Santa Catarina (1889 – 1930). In: VIDAL, D. G. (Org.). Cultura Escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971). Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

SINZIG, P. (Frei). **Rogério Neuhaus**. Petrópolis: vozes, 1939.

SOUZA, G. **O Talher para o Banquete da Civilização**: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados em educação: História, Política, Sociedade, PUC/SP, 2004. (tese de doutorado).

SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização**: A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890- 1910). São Paulo: Unesp, 1998a.

_____. **O Direito à educação**. Campinas: Editora da Unicamp, (Coleção Campiniana), 1998b.

_____. **Tecnologias de ordenação escolar no século XIX**: currículo e método intuitivo nas escolas primárias norte-americanas (1860 – 1880) p.10 In : Revista Brasileira de História da Educação, São Paulo : Autores associados, janeiro – junho 2005, n. 9.

_____. **Inovação educacional no século XIX**: a construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cad. CEDES** , Campinas, v. 20, n. 51, 2000

.Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622000000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 Jun 2008. 10.1590/S0101-32622000000200002

TAPIA, J. E. B., CORRÊA, A. **Escola Americana de Florianópolis**. In: DALLABRIDA, N. (Org.). *Mosaico de Escolas: Modos de Educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

TEIVE, G. M. G. **A escola normal catarinense sob a batuta do professor Orestes Guimarães**. In: DALLABRIDA, N. (Org.). *Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

VEIGA, C. G.; GOUVÊA, M. C. S. **Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas**. *Educação e pesquisa*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 135 – 160, jan./jun. 2000.

VIDAL, D. G. **Culturas escolares**: estudo sobre práticas de leituras e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX), Campinas: São Paulo: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, C. E. **Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação**: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. p. 11-40. In: OLIVEIRA, M. A. T. de. (Org.). *Cinco estudos em História e Historiografia da Educação*. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

VIÑAO FRAGO, A. **Historia de la educación e historia cultural**. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 0, p.63 – 82, set./dez. 1995.

_____. **El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico**. In: *Contemporaneidade e Educação: revista semestral de Ciências Sociais e Educação*. Rio de Janeiro: IEC, Ano V, n. 07, 1º semestre 2000.

_____. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. 2ª ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p. 45.

WARDE, M. J. **O itinerário de formação de Lourenço Filho por descomparação**. *Revista Brasileira de História da Educação*. São Paulo: Autores Associados, n. 4, julho de 2003. In: ABREU, G. S. A. de. *Escola Americana de Curitiba (1982 – 1934): um estudo do americanismo na cultura escolar*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 2003.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)